

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL)
SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
2008



ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL)
SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ÍNDICE

- 1 – Órgãos Sociais**
 - 2 – Relatório de Gestão**
 - 3 – Demonstrações Financeiras Individuais**
 - 4 – Demonstrações Financeiras Consolidadas**
 - 5 – Certificação Legal das Contas Individuais**
 - 6 – Certificação Legal das Contas Consolidadas**
 - 7 – Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**
 - 8 – Relatório dos Auditores sobre as Contas Individuais**
 - 9 – Relatório dos Auditores sobre as Contas Consolidadas**
 - 10 – Extracto da Acta da Assembleia Geral
Anual que aprovou as contas, realizada
em 27 de Maio de 2009**
-

1

ÓRGÃOS SOCIAIS

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL)

SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

SECRETÁRIO

Paula Cristina Guerreiro Duarte

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

VICE-PRESIDENTE

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

VOGAIS

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Olindo Reis de Oliveira

Augusto de Athayde Soares d'Albergaria

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Carlos Alberto Marques da Costa

VOGAIS EFECTIVOS

José Maria Rego Ribeiro da Cunha

(Cargo vago)

VOGAL SUPLENTE

José Correia Levy Abrantes

REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

ROC EFECTIVO

José Manuel Macedo Pereira – ROC

ROC SUPLENTE

UHY & Associados, SROC, Lda, representada por
António Tavares da Costa Oliveira

2

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2008

Senhores Accionistas,

O Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. (ESF(P))**, referentes ao exercício de 2008.

1. Ambiente macroeconómico nacional e internacional em 2008

1.1. Situação económica internacional

O ano de 2008 foi marcado pelo prolongamento da crise do crédito hipotecário *subprime* nos Estados Unidos e pela sua transformação gradual numa crise de confiança generalizada, com reflexos no sistema financeiro e na actividade económica a nível global.

A maior percepção dos riscos de liquidez e de solvabilidade (com a falência ou perda de independência de algumas instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa) resultou numa relutância quase total das instituições em se exporem entre si nos mercados monetário e de crédito. A indisponibilidade de cedência de liquidez por parte do sector privado foi particularmente visível entre o final do 3º trimestre e o início do 4º trimestre, não obstante as intervenções agressivas das autoridades no sentido de assegurar o regular funcionamento dos mercados. Na Zona Euro, a taxa de juro Euribor a 3 meses subiu de 4,684% para um máximo de 5,393% (observado no início de Outubro), terminando o ano em 2,892%, após as descidas das taxas de referência e as fortes injeções de liquidez no mercado monetário levadas a cabo pelo Banco Central Europeu (BCE). O clima de aversão ao risco foi igualmente visível no comportamento do *spread* da Euribor face às taxas dos Bilhetes do Tesouro a 3 meses, o qual subiu de 88 pontos base para um máximo de 350 pontos base (também em Outubro), antes de corrigir no final do ano, embora para valores ainda elevados (124 pontos base, que compara com valores próximos de 20 pontos base no Verão de 2007). Neste contexto de maior procura por activos de refúgio, a *yield* dos títulos da dívida pública a 10 anos observou uma tendência

de descida na segunda metade de 2008, atingindo 2,951% no final do ano (4,621% no final do 2º trimestre).

O aumento da incerteza (sobretudo associada ao sector financeiro) e as expectativas de desaceleração da actividade económica penalizaram fortemente os principais índices accionistas. Nos EUA, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 caíram 33,8%, 40,5% e 38,5%, respectivamente. Na Zona Euro, os índices DAX, CAC40, IBEX e PSI-20 caíram, respectivamente, 40,4%, 42,7%, 39,4% e 51,3%.

A elevada volatilidade foi também visível nos mercados de *commodities*. Na primeira metade do ano, o preço do petróleo exibiu uma forte tendência de subida, atingindo um valor próximo de USD 150/barril em Julho. Esta evolução ficou a dever-se à forte procura oriunda dos mercados emergentes, às dificuldades de expansão da oferta global e, em particular, a um aumento da procura de natureza especulativa. A expectativa de abrandamento da procura e, mais tarde, a probabilidade crescente associada a um cenário de recessão global retiraram o suporte à procura especulativa e contribuíram para uma forte correcção em baixa do preço do barril, que fechou o ano em valores ligeiramente acima de USD 40.

A mesma tendência de correcção foi observada ao nível das matérias-primas não energéticas, contribuindo, assim, para uma descida significativa da inflação (e das expectativas de inflação) no final do ano.

O ambiente monetário e financeiro mais restritivo, a secagem de liquidez nos mercados de capitais, a forte subida dos preços das *commodities* e da inflação na primeira metade do ano e, por último (mas não menos importante), uma deterioração significativa dos índices de confiança dos agentes económicos, alimentaram uma desaceleração, ou mesmo contracção, da actividade nas principais economias desenvolvidas. Embora mantendo perspectivas de crescimento mais favoráveis que a Europa e os Estados Unidos, os mercados emergentes foram também afectados pela deterioração global dos níveis de confiança, quer ao nível da actividade, quer, sobretudo, ao nível dos mercados financeiros. No Brasil, o índice Bovespa caiu 41,2%. Na China, o índice Shanghai Composite caiu 65,4%.

1.1.1. Estados Unidos da América

A economia norte-americana foi marcada, em 2008, pela forte instabilidade nos mercados financeiros e pela deterioração acentuada das condições de funcionamento da actividade.

A crise financeira que eclodiu no Verão de 2007, decorrente do fenómeno do crédito *subprime*, adquiriu novos contornos durante 2008, colocando a desconfiança dos agentes intervenientes nos mercados em níveis muito elevados e agudizando os problemas de liquidez e solvência no sistema financeiro. A resposta das autoridades governamentais foi incisiva, tendo a Reserva Federal procedido, por um lado, a uma descida continuada da *target rate* dos *fed funds* e, por outro lado, ampliado os movimentos de injeção de liquidez nos mercados financeiros. Desde o início do ano, o Fed baixou por dez vezes a taxa de referência, duas das quais fora das reuniões calendarizadas, passando-a de 4,25% para um intervalo entre 0% e 0,25%. Ao mesmo tempo, implementou um conjunto de programas de cedência de liquidez a fim de suprir as dificuldades das instituições financeiras, o que implicou uma expansão do respectivo balanço em cerca de 150%. Em simultâneo, o Tesouro norte-americano apresentou ao Congresso um programa de saneamento dos activos mais problemáticos – o TARP, *Troubled Assets Relief Program*, no montante USD 700 mil milhões – cuja utilização final se destinou ao reforço da solvabilidade das instituições financeiras e da indústria automóvel.

Embora no conjunto de 2008 a economia dos Estados Unidos tenha alcançado um crescimento positivo (1,1%), o ano ficou marcado pela entrada da economia norte-americana em recessão, com uma contracção da actividade nos últimos dois trimestres. A deterioração do crescimento foi generalizada aos diferentes sectores de actividade e patente de forma muito significativa no mercado de trabalho, com excepção de áreas como a educação, saúde e administração pública, onde se observou um crescimento do emprego. Em 2008, a economia norte-americana perdeu mais de 2,5 milhões de postos de trabalho, o registo mais desfavorável desde a II Guerra Mundial. A taxa de desemprego agravou-se de 4,9% para 7,2%. A deterioração no mercado de trabalho, que se verificou em todos os meses do ano, teve repercussões no comportamento das famílias, tendo o consumo privado registado uma contracção no 3º trimestre, pela primeira vez desde 1991. Manteve-se a correcção no mercado habitacional, com os principais indicadores do sector em queda, destacando-se em particular o recuo próximo de 25% nos preços da habitação. De referir, por último, que os riscos inflacionistas que se colocaram à economia norte-americana até meados do ano (a variação homóloga de preços chegou a elevar-se a 5,6% em Julho) se dissiparam nos meses seguintes, com a elevada degradação da conjuntura e a correcção do preço das matérias primas, tendo em Dezembro a variação homóloga de preços registado um valor próximo de zero (0,1%).

1.1.2. Zona Euro

A Zona Euro sofreu, em 2008, um expressivo abrandamento, tendo o crescimento do PIB sido de 0,8%, após o registo de 2,6% observado em 2007. Deve, contudo, sublinhar-se que apenas no 1º trimestre do ano foi verificado um crescimento trimestral positivo (de 0,7%, largamente

influenciado por condições climatéricas favoráveis, que estimularam fortemente o sector da construção), tendo nos restantes trimestres sido observada uma contracção da actividade, que se acentuou na parte final do ano. De facto, o desempenho da economia da Zona Euro foi sendo crescentemente influenciado por uma maior restritividade das condições de financiamento, por um efeito riqueza negativo decorrente da desvalorização ocorrida nos mercados accionista e por um aumento generalizado do clima de incerteza. A deterioração do sentimento de empresários e consumidores foi evidente, com os respectivos índices a atingirem níveis historicamente baixos nos últimos meses do ano. Assim, foi essencialmente a procura interna que liderou a trajectória de abrandamento, crescendo apenas 0,7%, após 2,4% no ano de 2007. Também as exportações e as importações exibiram uma trajectória de desaceleração ao longo do ano, as primeiras penalizadas pela desaceleração do comércio a nível global e pela apreciação do euro verificada na primeira metade do ano e as segundas acompanhando a desaceleração da procura interna.

Apesar desta evolução da actividade, a taxa de desemprego média anual manteve-se idêntica à registada em 2007, em 7,5% da população activa, sendo, no entanto, visível uma trajectória de agravamento na parte final do ano (8,1% no 4º trimestre). No plano dos preços, a taxa de inflação média anual agravou-se de 2,1% para 3,4%, em consequência da subida acentuada do preço do petróleo nos mercados internacionais e dos alimentos não processados, sobretudo na primeira metade de 2008. De referir, no entanto, que a taxa de variação homóloga desceu significativamente no último trimestre, atingindo um registo de 1,6% em Dezembro.

As perturbações nos mercados monetário e de crédito contribuíram para uma acentuada degradação da confiança, para um forte incremento da aversão ao risco e, consequentemente, para uma reduzida disponibilidade de cedência de liquidez, sobretudo no último trimestre do ano. Concretamente, tal implicou que o financiamento das instituições financeiras e não financeiras tenha sido feito com *spreads* mais elevados, penalizando as empresas com maiores necessidades de financiamento. Da mesma forma, também o financiamento do consumo e do investimento das famílias se tornou mais escasso, contribuindo para o enfraquecimento da procura privada. Neste ambiente monetário e financeiro mais restritivo, depois de ter elevado em 25 pontos base a taxa de juro de referência em Julho, para 4,25% (para fazer face ao agravamento dos riscos inflacionistas, sobretudo relacionados com o aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais), o BCE reduziu, entre Outubro e Dezembro, aquela taxa num montante acumulado de 175 pontos base, para 2,5%. A cotação do euro registou, no conjunto do ano de 2008, uma depreciação de 4,3% relativamente ao dólar, encerrando o ano a EUR/USD 1,3953. De referir que, na primeira metade do ano, se observou uma apreciação da divisa europeia, tendo sido alcançado um máximo de EUR/USD 1,5990 em Abril, ocorrendo no segundo semestre uma visível correcção em baixa.

1.1.3. Brasil

O ano de 2008 pode ser dividido, no que respeita à economia brasileira, em dois períodos distintos: o primeiro de Janeiro a Setembro e o segundo, de Outubro a Dezembro.

No final de 2007, a economia brasileira apresentava taxas de crescimento elevadas. Este crescimento acelerou ao longo dos primeiros nove meses de 2008, impulsionado pela procura interna, pelo aumento do rendimento e pela expansão do crédito. Em função do ritmo de crescimento bem acima do produto potencial, somado ao choque de preços de *commodities* enfrentado na primeira metade do ano, a inflação mostrou rápida deterioração, forçando o Banco Central a iniciar um processo de aperto monetário em Abril e que se estendeu até Setembro.

O diagnóstico da autoridade monetária mostrou-se acertado, mas os membros do Comité de política monetária, assim como os demais agentes económicos, foram surpreendidos por uma crise de confiança sem precedentes no âmbito global, incluindo contracção do crédito, falência de grandes bancos e forte queda nos preços dos activos. A falta de previsibilidade e de confiança levou os empresários e consumidores a reverem rapidamente as suas decisões de investimento e consumo, e a actividade económica perdeu dinamismo.

A indústria brasileira cresceu 6,4% até Setembro, mas apresentou queda expressiva no 4º trimestre. Neste contexto, o PIB terá recuado 1% nesse período, após 12 trimestres consecutivos de crescimento. A inflação também mostrou forte descompressão no final do ano, passando de uma média mensal de 0,52% até Setembro para 0,36% no 4º trimestre.

Esta rápida reversão do cenário macroeconómico levou o banco central a interromper a trajectória de alta dos juros na reunião de Outubro e a discutir a possibilidade de uma redução da taxa básica já em Dezembro. A taxa Selic encerrou o ano de 2008 em 13,75% (11,25% em Dezembro de 2007) e a inflação oficial medida pelo IPCA apontou elevação média de 5,9% nos preços em 2008, acima do centro da meta de 4,5%, mas abaixo do tecto de 6,5%.

Outra variável que mostrou grande disparidade de comportamento nos dois períodos mencionados foi a taxa de câmbio. A moeda doméstica seguiu uma trajectória de valorização durante boa parte do ano e chegou a ser cotada a USD/BRL 1,56 em Agosto de 2008, mas depreciou rapidamente, testando o patamar de USD/BRL 2,60 após Setembro, com o agravamento da crise internacional. A divisa americana encerrou o ano cotada em USD/BRL 2,34, uma valorização de 31,9% em relação ao final de 2007.

Este movimento contrariou a expectativa consensual de que seria pouco provável uma depreciação acentuada do Real, dada a robustez das contas externas brasileiras. Apesar da subida do défice da balança corrente, alguns factores – como o título de “grau de investimento”, o elevado fluxo de capitais para o país e a posição credora em moeda estrangeira (derivada do elevado *stock* de reservas internacionais e do baixo endividamento externo) – reforçavam a visão de um sector externo com baixa vulnerabilidade. Mesmo com o choque proeminente, a estrutura da Balança de Pagamentos não foi seriamente afectada. A balança comercial fechou o ano com saldo positivo de USD 24,7 mil milhões. A conta corrente registou, até Novembro, um défice de USD 25,8 mil milhões, um resultado facilmente financiado pelo fluxo de Investimento Directo Estrangeiro de USD 36,9 mil milhões no período. Por fim, as reservas internacionais atingiram USD 207,5 mil milhões em Dezembro (USD 180,3 mil milhões em 2007). A principal alteração na dinâmica da Balança de Pagamentos a partir de Setembro foi observada nos fluxos capitais de curto prazo, com uma saída considerável de investimento de carteira e renda fixa e a redução da taxa de *roll over* dos vencimentos externos.

A depreciação da divisa, por outro lado, contribuiu para a redução do endividamento público. A manutenção dos superávites expressivos (5,1% do PIB) até Novembro, motivada pelo forte crescimento das receitas de impostos, a despeito do aumento dos gastos públicos, somada à posição credora em dólares do banco central, levou a dívida do sector público de 42% do PIB em 2007 para 34,9% do PIB em Novembro de 2008.

Em suma, 2008 foi um ano marcado por desenvolvimentos positivos e negativos, mas que comprovou os avanços da economia brasileira nos últimos anos, com um crescimento acima da média mundial, inflação dentro dos parâmetros estabelecidos, redução do endividamento público e situação externa relativamente sólida, apesar de toda a volatilidade no cenário internacional.

1.1.4. Angola

Em 2008, a economia angolana manteve uma conjuntura de forte crescimento, com uma variação real do PIB de 16%. A actividade do sector petrolífero registou um crescimento de cerca de 13%, tendo o PIB do sector não petrolífero crescido cerca de 19%. A economia angolana vai apresentando cada vez mais sinais de diversificação sectorial para lá do petróleo, com a construção, os serviços e a agricultura a mostrarem um maior potencial de crescimento, mantendo-se o sucesso e a rapidez desta diversificação como um dos principais desafios da economia angolana nos próximos anos.

A evolução em alta do preço do petróleo ao longo de 2008 e o aumento da respectiva produção permitiu a manutenção das receitas associadas à sua exportação que, aliada aos resultados da política de estabilização macroeconómica seguida nos últimos anos, permitiu uma evolução favorável das contas públicas e a obtenção de excedentes nas contas externas. O saldo orçamental terá registado um excedente de 10% do PIB, enquanto o saldo da Balança de Mercadorias atingiu perto de 56% do PIB. Neste contexto, prosseguiu, em 2007, a tendência de acumulação de reservas externas, que atingiram cerca de USD 20,4 mil milhões em 2008 (USD 11,3 mil milhões no ano anterior).

Após uma acentuada descida da taxa de inflação entre 2003 e 2007, em 2008, o índice de preços no consumidor manteve um registo semelhante ao observado no ano anterior, aproximadamente 12%. Assim, as autoridades angolanas mantiveram a taxa de juro de redesconto em 19,6%, praticamente 6 pontos percentuais acima do valor mínimo atingido em 2006.

Depois de uma ligeira descida até meados do ano, as taxas de juro dos Bilhetes de Tesouro voltaram a subir, tendo atingindo, em Outubro, um valor próximo de 15%. Estes títulos continuaram a ser suportados por uma elevada procura, como consequência da elevada liquidez existente e da escassez de alternativas de aplicações em moeda angolana.

Com o objectivo facilitar o processo desejado de redução do ritmo de crescimento dos preços, as autoridades angolanas mantiveram a evolução do kwanza ligada à evolução do dólar norte-americano. Esta opção é, em grande medida, suportada pela forte acumulação de reservas cambiais ao longo dos últimos anos que assim garantem os capitais necessários para o suporte de uma cotação estável em redor de USD/AOA 75. No entanto, dada a desvalorização do dólar norte-americano face as principais divisas internacionais, por arrastamento, em 2008, o kwanza desvalorizou-se face a diversas moedas, como por exemplo, o euro, o real brasileiro e o renminbi da China.

1.1.5. Espanha

A economia espanhola registou, em 2008, um crescimento de 1,2%, o que representa uma acentuada desaceleração em relação a 2007 (3,7%). Ao longo do ano foi visível uma crescente degradação da actividade, em especial durante o segundo semestre, altura em que a crise financeira internacional se agudizou, com perturbações nos mercados monetário e de crédito, que se traduziram num ambiente mais restritivo ao nível da liquidez. O consumo privado apresentou, no conjunto de 2008, um crescimento de 0,1%, 3,3 pontos percentuais abaixo do registo do ano anterior, e com uma variação homóloga de -2,3% no 4º trimestre. A degradação

do mercado de trabalho, a maior restritividade na concessão de crédito por parte das instituições financeiras e o efeito riqueza negativo associado à desvalorização do mercado imobiliário condicionaram decisivamente a evolução do consumo das famílias, um dos maiores motores de crescimento da economia na última década. A formação bruta de capital fixo contraiu-se 3%, após crescimento de 5,3%. Esta evolução ficou a dever-se, sobretudo, à evolução negativa da actividade da construção (-5,3%, após variação de 3,8%), tendo a despesa em bens de capital (incluindo máquinas e equipamentos e material de transporte) apresentado uma variação anual de -1,1%, após um ganho de 10% observado em 2007.

Paralelamente, foi visível (através dos diversos indicadores qualitativos) uma deterioração das expectativas de evolução futura da actividade económica. Em 2008, o endividamento das famílias manteve-se estabilizado na ordem de 127% do rendimento disponível e os preços da habitação prosseguiram a evolução desfavorável observada nos últimos anos, tendo recuado 2,8% ao longo de 2008. As despesas das famílias mantiveram-se fortemente influenciadas pela deterioração do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a subir de 8,3% para 11,2% da população activa, e por uma subida da taxa de inflação média anual, de 2,8% para 4,1%, em função das subidas dos preços da energia e da alimentação.

Neste contexto, o crédito ao sector privado registou, ao longo do ano, uma trajectória clara de desaceleração. A variação homóloga dos empréstimos às sociedades não financeiras terá caído de 17,4% para um valor ligeiramente abaixo de 10%. Os empréstimos para aquisição de habitação terão crescido em torno de 5%, abaixo do registo de 13,2% observado um ano antes. E os empréstimos ao consumo viram o respectivo crescimento homólogo descer de 11,2% igualmente para 5%.

Face aos sinais recessivos evidenciados na segunda metade do ano, e após três anos com excedente orçamental, em 2008 voltou a verificar-se um défice das contas públicas (de 3,8% do PIB), suportado na queda das receitas não financeiras e no aumento dos gastos, nomeadamente no aumento da despesa com a Segurança Social e no aumento das despesas com subsídios de desemprego. O saldo conjunto das balanças corrente e de capital voltou a agravar-se, de -8,1% para -8,7% do PIB, condizente com as alterações associadas à procura interna e ao enquadramento económico internacional.

1.2. Portugal

Embora sem exposição directa ao fenómeno do crédito *subprime*, a economia portuguesa sofreu, em 2008, os impactos da crise de confiança no sistema financeiro internacional, da subida dos preços das matérias-primas (na primeira metade do ano) e da desaceleração da

procura externa. Neste contexto, o crescimento anual do PIB desceu de 1,9% para 0%, registando-se duas quedas trimestrais consecutivas da actividade económica na segunda metade do ano.

Para esta evolução contribuíram, sobretudo, a forte desaceleração das exportações, com o respectivo crescimento anual a descer de 7,5% para 0,4% e a queda do investimento, que registou uma variação de -0,5%, após um crescimento de 3,1% no ano anterior. O arrefecimento das exportações esteve associado, sobretudo, à evolução desfavorável da actividade económica nas economias de Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha e França, com quem Portugal mantém relações comerciais privilegiadas. As três primeiras foram afectadas pelas crises financeira e imobiliária de uma forma particularmente rápida e intensa, o que se reflectiu num ajustamento mais pronunciado da respectiva procura interna. A Alemanha, onde o consumo privado revelou uma maior resistência, sofreu um impacto negativo através do seu importante sector exportador. De referir, no entanto, que as exportações portuguesas para alguns destinos menos tradicionais mantiveram um dinamismo elevado. Destacam-se, neste caso, as economias de Angola e do Magrebe e, em menor grau, algumas economias na Ásia e na América Latina. A desaceleração das exportações foi comum às mercadorias e aos serviços. Neste último caso, isso aconteceu sobretudo a partir de uma evolução desfavorável das exportações líquidas de serviços de turismo, fortemente afectadas pelo ambiente recessivo no Reino Unido e pela depreciação significativa da libra esterlina, que se aproximou da paridade face ao euro no final do ano.

A formação bruta de capital fixo foi, sobretudo, condicionada pelo ambiente monetário e financeiro mais restritivo (que se concretizou numa subida generalizada dos *spreads* de crédito para empresas e famílias) e pela deterioração das expectativas de evolução da procura, visível na tendência de queda, ao longo do ano, dos principais indicadores de confiança das empresas. Estima-se que o investimento residencial e o investimento público tenham registado quedas reais em 2008, compensadas por uma variação ligeiramente positiva da despesa de capital das empresas.

Principais Indicadores Macroeconómicos – Portugal

Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado.

	2005	2006	2007	2008 E
PIB	0.9	1.4	1.9	0.0
Consumo Privado	2.0	1.9	1.6	1.4
Consumo Público	3.2	-1.4	0.0	0.3
Investimento	-1.5	-0.3	3.1	-0.5
Exportações	2.0	8.7	7.5	0.4
Importações	3.5	5.1	5.6	2.3
Inflação (IPC)	2.3	3.1	2.5	2.6
Saldo Orçamental (% do PIB)	-6.1	-3.9	-2.6	-2.2
Dívida Pública (% do PIB)	63.6	64.7	63.6	65.9
Desemprego (% da população activa)	7.6	7.7	8.0	7.6
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-8.3	-9.3	-8.3	-10.3

Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, ES Research.

No conjunto de 2008, o crescimento do consumo privado manteve-se relativamente estabilizado, em 1,4%. Este registo implica um crescimento ainda superior ao do PIB e sugere uma nova redução da taxa de poupança das famílias, para um valor em torno de 5,5% do PIB. Não obstante a tendência negativa registada pelo índice de confiança dos consumidores, as despesas das famílias terão sido suportadas, na segunda metade do ano, pela desaceleração dos preços e pela descida das taxas de juro. A taxa de inflação média anual subiu de 2,5% para 2,6% em 2008, mas a variação homóloga dos preços terminou o ano com um registo de apenas 0,8%. A taxa média anual de desemprego desceu de 8% para 7,6% da população activa, reflectindo o crescimento ligeiramente acima do potencial observado nos dois anos anteriores. De registar, no entanto, que o desemprego observou já uma subida no último trimestre de 2008 (para 7,8%), em linha com a estagnação da actividade registada na segunda metade do ano.

A maior restritividade dos critérios de financiamento contribuiu para uma moderação do crescimento anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro, que desceu de 9,9% para 7,1%. Na base desta evolução esteve a forte desaceleração dos empréstimos aos particulares, cujo crescimento baixou de 9% para 4,6%. Os empréstimos para aquisição de habitação desaceleraram de 8,5% para 4,3% e o crescimento dos empréstimos ao consumo e outros fins caiu de 11,3% para 6,1%. Os empréstimos às sociedades não financeiras mantiveram um crescimento relativamente estável, em torno de 11%, mas em desaceleração face aos registos mais fortes observados na primeira metade do ano.

O défice das Administrações Públicas voltou a reduzir-se em 2008, de 2,6% para 2,2% do PIB. Ao mesmo tempo, a desaceleração das exportações e a manutenção de um crescimento sustentado das importações contribuíram para um aumento do défice conjunto das balanças corrente e de capital (isto é, das necessidades líquidas de financiamento da economia portuguesa), de 8,3% para cerca de 10% do PIB.

2. Actividade da Espírito Santo Financial (Portugal), Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

No período em apreço, a actividade da ESF(P) consistiu, essencialmente, na gestão da participação na BESPAN – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. (BESPAN), tendo acompanhado a actividade desta subsidiária e, por seu intermédio, a actividade do Grupo Banco Espírito Santo, e ainda, durante o segundo semestre de 2008, através da associada PARTRAN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (PARTRAN) a actividade da seguradora Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., bem como das seguradoras por esta detidas, a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e a Seguros Logo, S.A..

Como aspecto significativo do exercício, há a registar a aquisição de um lote de 20 279 700 acções representativas de 45% do capital social da PARTRAN à ESFG pelo montante de 199,6 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2008, a ESF(P) detinha 92 076 027 acções representativas de 67,4% do capital social da BESPAN e de igual percentagem de direitos de voto e detinha 20 279 700 acções representativas de 45% do capital social da PARTRAN e de igual percentagem de direitos de voto.

Ainda como aspecto marcante da actividade societária, no mês de Novembro de 2008, a ESF(P) aumentou o capital social de 270,6 milhões de euros para 400 milhões de euros. Esta operação foi realizada por incorporação de suprimentos no montante de 129,4 milhões de euros, pertencentes à accionista única Espírito Santo Financial Group SA (ESFG), mediante a emissão de 25 880 000 novas acções, com o valor nominal de cinco euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital da ESF(P), integralmente subscrito e realizado, era representado por 80 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada, e, em 31 de Dezembro de 2007, era representado por 54 120 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

As demonstrações financeiras individuais da ESF(P) relativas a 31 de Dezembro de 2008 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005. As NCA traduzem-se na aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal.

Em termos da evolução da estrutura financeira da ESF(P), no período em análise, registou-se um aumento significativo do activo líquido em 200,9 milhões de euros (24,5%), o qual atingiu o montante de 1 022,4 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, enquanto que em 31 de Dezembro de 2007 o seu valor totalizava 821,4 milhões de euros. Ao nível do passivo, que ascende a 571,3 milhões de euros, verificou-se um aumento, embora menor que o aumento do activo, no montante de 66,4 milhões de euros (13,2%), face a 31 de Dezembro de 2007.

Detalhando a análise, realçamos os seguintes factos:

- i A rubrica de Investimentos em subsidiárias e associadas, que em 31 de Dezembro de 2008 apresenta um saldo de 1 020,7 milhões de euros, registou um acréscimo de 199,6 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2007, em resultado da aquisição da participação financeira no capital social da PARTRAN;
- ii A rubrica de Outros empréstimos compreende exclusivamente os empréstimos da accionista ESFG, concedidos a título de suprimentos, que em 31 de Dezembro de 2008 ascendiam a 471,9 milhões de euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2007 se cifraram em 438,1 milhões de euros;
- iii O aumento da rubrica Responsabilidades representadas por títulos em 32,1 milhões de euros, a qual passou de 66,4 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2007, para 98,5 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2008, é reflexo do efeito da emissão de obrigações no montante de 60 milhões de euros e do reembolso de obrigações no montante de 29,9 milhões de euros. Simultaneamente, os Juros a pagar e encargos relacionados com a emissão de obrigações aumentaram no valor de 2 milhões de euros;
- iv Distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2007 no montante de 28,7 milhões de euros e dividendos antecipados de 2008 no montante de 37,9 milhões de euros, o que perfaz um total de 66,6 milhões de euros.

Ao nível da Demonstração dos resultados, do lado dos proveitos, merece destaque o aumento dos dividendos decorrentes da participação que a ESF(P) detém na BESPARG, em 9,2 milhões de euros, tendo sido registado o valor de 80,1 milhões de euros em 2008, contra 70,9 milhões de euros em 2007.

Do lado dos custos, registou-se um aumento da rubrica de Juros e encargos similares em 2,0 milhões de euros, que em 31 de Dezembro de 2008 ascendeu a 5,3 milhões de euros, contra 3,3 milhões de euros em 2007, reflexo do aumento do passivo remunerado.

O Produto da actividade em 2008 situou-se em 74,5 milhões de euros, enquanto que em 2007 atingiu 67,7 milhões de euros, o que reflecte uma progressão de 6,8 milhões de euros. Para a evolução positiva do Produto da actividade em 2008 contribuiu, sobretudo, o aumento em 9,2 milhões de euros dos dividendos decorrentes da participação que a ESF(P) detém na BESPAP.

Os factos acima assinalados conduziram a um resultado apurado no exercício de 2008, em base individual, de 71,7 milhões de euros, enquanto que em 2007 tal resultado havia sido de 65,5 milhões de euros.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º 2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

O resultado consolidado do exercício de 2008 atribuível aos accionistas da empresa-mãe foi positivo no valor de 75,7 milhões de euros, o que evidencia uma redução de 52,2% face ao registado no ano anterior (2007: 158,3 milhões de euros).

Para a obtenção deste resultado contribuíram as seguintes entidades:

- O Grupo BES, positivamente, com um montante de 97,8 milhões de euros (2007: 167,2 milhões de euros);
- A ESF(P) e a BESPAP (ambos em base individual), negativamente, com um montante de 12,1 milhões de euros (2007: 8,9 milhões de euros); e
- A PARTRAN (apenas no decurso do segundo semestre), negativamente, com um montante de 10,0 milhões de euros.

Relativamente a 31 de Dezembro de 2008, e à semelhança do que havia acontecido no ano anterior, não existiam quaisquer situações que requeressem a constituição de provisões.

A sociedade também não adquiriu, nem alienou, durante o exercício de 2008 quaisquer acções próprias, nem foram solicitadas ou concedidas, pelos administradores, quaisquer autorizações

com vista à celebração, por estes, de negócios com a sociedade, a qual, como é sabido, não dispõe de quaisquer sucursais.

Como a actividade da ESF(P) está cometida à gestão das participações que hoje detém no capital social da BESPARG e da PARTRAN e, através destas, no capital social do BES e da TRANQUILIDADE, os seus resultados não podem deixar de reflectir a evolução das actividades desenvolvidas pelo BES e pela TRANQUILIDADE, bem como, pelo conjunto das instituições de crédito, sociedades financeiras e empresas seguradoras que, incluídas nos seus perímetros de consolidação, com elas formam os denominados Grupo Banco Espírito Santo e Grupo TRANQUILIDADE.

Impõe-se, portanto, uma referência, embora sumária, à actividade desenvolvida e aos resultados alcançados no sector bancário pela BESPARG e pelo Grupo BES, e no sector segurador pela PARTRAN e pelas suas filiais seguradoras, o que faremos de seguida.

3. Actividade e resultados das empresas participadas

3.1. BESPARG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

No exercício em apreço, a actividade da BESPARG consistiu na gestão da participação financeira no BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A..

3.1.1. Participação no capital social do BES

Em 31 de Dezembro de 2008, a BESPARG detinha 200.000.000 de acções representativas de 40,00% do capital social do BES, e de igual percentagem de direitos de voto.

De acordo com o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários, são também contados como pertencentes à BESPARG, 0,206% dos direitos de voto correspondentes a 1 029 555 acções do BES detidas pelos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

Pelo que antecede, e em aplicação dos supracitados normativos, são atribuíveis à BESPARG, directa e indirectamente, votos correspondentes a cerca de 40,206% do capital social do BES.

Ao nível dos rendimentos obtidos da participação financeira no BES, no exercício de 2008, a BESPARG recebeu dividendos no valor de 96 milhões de euros.

3.1.2. Estrutura accionista actual

No decurso do exercício de 2008 a estrutura accionista da BESPARG não sofreu qualquer alteração e, em 31 de Dezembro de 2008, é composta como segue:

ACCIONISTAS	Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SGPS, SA	92.076.027	67,40%
CREDIT AGRICOLE, SA	31.254.723	22,88%
PREDICA - PREVOYANCE DIALOGUE DU CREDIT AGRICOLE, SA	13.281.657	9,72%
TOTAL	136.612.407	100,00%

No dia 16 de Março de 2009 a Assembleia Geral da BESPARG deliberou a realização de um aumento de capital, que proporcionou um encaixe de 480 milhões de euros, o qual se concretizou no passado dia 7 de Abril. Este aumento de capital teve como objectivo permitir à BESPARG exercer o seu direito de preferência no aumento de capital realizado pelo BES.

3.1.3. Outros factos relevantes relativos à actividade da BESPARG durante o exercício de 2008

A evolução da estrutura financeira da BESPARG, em termos individuais, reflecte a actividade corrente desenvolvida no exercício. Da análise ao balanço, constata-se uma diminuição do activo líquido em cerca de 1,9%, o qual atingiu o montante de 1 471,3 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008. Ao nível do passivo, que ascende a 101,3 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, verifica-se um ligeiro acréscimo de 0,2 milhões de euros (0,2%) face a 31 de Dezembro de 2007. Detalhando a análise, sobressaem os seguintes factos:

- i Relativamente ao activo, destaca-se a rubrica de Outros activos, no montante de 59,7 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, sendo essencialmente constituídos por um empréstimo concedido a uma participada, que foi reduzido em um terço, decorrente do reembolso parcial ocorrido no exercício;
- ii Ao nível do passivo, a variação ocorrida é explicada pelo aumento da rubrica de Recursos de instituições de crédito em 0,2 milhões de euros.

Ao nível da Demonstração dos resultados, do lado dos proveitos, merece destaque o aumento dos dividendos decorrentes da participação que a BESPARG detém no BES, em 16 milhões de

euros, tendo sido registado o valor de 96 milhões de euros em 2008, contra 80 milhões de euros em 2007. Verificou-se também um acréscimo da rubrica de Juros e rendimentos similares, que de 0,8 milhões de euros em 2007 passou para 1 milhão de euros em 2008, devido essencialmente, à existência de maiores excedentes pontuais de tesouraria em 2008.

Do lado dos custos, registou-se um aumento da rubrica de Juros e encargos similares em 0,7 milhões de euros, que em 31 de Dezembro de 2008 ascendeu a 6,1 milhões de euros, contra 5,4 milhões de euros em 2007.

O Produto da actividade em 2008 situou-se em 90,8 milhões de euros, enquanto que em 2007 atingiu 75,3 milhões de euros, o que reflecte uma progressão de 15,5 milhões de euros. Para a evolução positiva do Produto da actividade em 2008 contribuiu, sobretudo, o aumento em 16 milhões de euros dos dividendos decorrentes da participação que a BESPARG detém no BES.

Os factos acima apontados conduziram a um resultado do exercício de 2008, em base individual, de 90,4 milhões de euros, enquanto que em 2007 tal resultado havia sido de 74,8 milhões de euros.

3.2. Grupo Banco Espírito Santo

O exercício de 2008 foi particularmente difícil para a actividade e resultados do sector financeiro. Os riscos que estiveram na base da profunda crise financeira global tiveram efeitos severos no sector a nível mundial originando falências, intervenções governamentais e quedas acentuadas nos resultados e/ou apuramento de prejuízos avultados num número significativo de bancos internacionais.

A deterioração dos níveis de confiança e a maior restritividade dos critérios de financiamento reflectiram-se na actividade real, com as principais economias a entrarem em recessão no segundo semestre, determinando uma descida significativa dos preços das *commodities* e da inflação a nível global.

A economia portuguesa terminou o ano também em acentuada desaceleração, muito justificada pela evolução desfavorável das exportações de mercadorias e do investimento. Mesmo assim, no conjunto de 2008, o PIB registou uma variação de cerca de +0,4%.

O Grupo BES tem acompanhado muito atentamente todos os desenvolvimentos da crise dos mercados financeiros, procurando minimizar os seus efeitos e cooperando activamente com as Autoridades na procura de soluções que promovam o restabelecimento dos níveis de confiança necessários ao normal funcionamento da economia.

Neste contexto de acentuada crise financeira, não se pode deixar de realçar o mérito da performance alcançada pelo Grupo BES em 2008:

- o **resultado do exercício** totalizou 402,3 milhões de euros, equivalente a uma redução de cerca de 34%, mas representativo do terceiro registo mais elevado da história do Grupo;
- a **rendibilidade dos capitais próprios** (ROE) foi de 9,8%;
- a **solvabilidade**, medida pelo rácio Tier I (IRB Foundation), situou-se nos 7,1%;
- a **produtividade e a eficiência** continuaram a progredir favoravelmente, tendo o rácio *Cost to Income*, excluindo os resultados de mercados, passado de 59,5% em 2007 para 58,2%;
- a **quota média de mercado** terá aumentado para 20,9% (Dez,07: 20,7%).

Num clima de forte instabilidade como o verificado em 2008, o equilibrado modelo de gestão financeira do Grupo BES, alinhado com uma rigorosa disciplina de capital, foi decisivo para a prossecução de uma trajectória de crescimento e consequente criação de valor. De facto, o Grupo BES pratica tradicionalmente uma política rigorosa e prudente em termos de liquidez, assente no financiamento de médio e longo prazo e com fontes de financiamento diversificadas.

O posicionamento doméstico tem vindo a ser reforçado através do aumento sustentado da **quota média de mercado**, que em 2008 se situou nos 20,9% (20,7% em 2007). Para este reforço têm sido determinantes a aposta permanente na qualidade do serviço oferecido aos Clientes, a oferta de novos e inovadores produtos, assim como uma bem sucedida estratégia de *cross segment* e *cross selling*. A este crescimento não terá sido alheia a captação de 157 mil novos Clientes particulares e 680 novos Clientes empresas, assente em diversas iniciativas, entre as quais se destaca o programa Assurfinance.

A forte dinâmica comercial teve reflexos expressivos nas principais áreas de negócio. O **crédito** concedido a clientes aumentou 4,6 mil milhões de euros (+9,7%), incluindo o saldo das operações de titularização. O crescimento do **crédito a empresas** (+13,4%), embora em desaceleração face ao verificado no final de 2007 (+21,5%), contribuiu para o reforço do posicionamento competitivo neste segmento. No que se refere ao **crédito a particulares**, a componente do crédito à habitação desacelerou, acompanhando a tendência geral do mercado de habitação, tendo registado um crescimento de 2,9%, enquanto que o crédito a particulares para as restantes finalidades apresentou um aumento de 3,2%, crescendo a ritmo significativamente inferior ao do período precedente (17,5% em Dezembro de 2007).

As unidades no exterior têm tido um papel preponderante na performance conseguida pelo Grupo, apresentando níveis de crescimento superiores aos verificados no mercado doméstico: o crédito a clientes aumentou 27,6% enquanto que os recursos totais de clientes registaram uma quebra de 15,0%; os activos totais atingiram os 27,0 mil milhões de euros, correspondente a um acréscimo de cerca de 5,0% face ao exercício precedente.

A crise económica que se tem vindo a instalar, tanto em termos domésticos como ao nível internacional, traduziu-se num aumento do crédito vencido há mais de 90 dias em 91,3 milhões de euros que foi acompanhado pelo aumento do saldo de provisões que totalizou 157,7 milhões de euros.

Os rácios de sinistralidade registaram ligeiros agravamentos tendo o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias atingido 1,09% (2007: 1,00%), com a correspondente cobertura por provisões em 219%.

A actividade de captação de recursos foi condicionada pela queda nas cotações dos títulos de dívida e de capital que se verificou na generalidade dos mercados. Com efeito, a desvalorização sofrida fez-se sentir fundamentalmente na actividade de *asset management* e nas demais formas de desintermediação, cujos capitais sob gestão tiveram uma redução de 4,8%.

No entanto, os recursos de clientes de balanço neutralizaram aquela redução, fazendo evoluir os recursos totais de clientes para 55,7 mil milhões de euros (+0,5%). Este aumento foi suportado pelo acréscimo dos depósitos (+11,0%) e pela dívida titulada colocada em clientes (+12,1%), que mais que compensaram a redução do saldo captado sob a forma de certificados de depósito.

A inactividade do mercado de titularização de activos, a aversão dos investidores institucionais na aquisição de títulos de dívida e os receios acerca da solidez do sistema financeiro mundial trouxeram novos desafios à gestão financeira e condicionaram a expansão da actividade.

Neste contexto, foram tomadas diversas iniciativas tendo em conta o abrandamento do crescimento do activo, designadamente do crédito concedido que, de uma taxa de crescimento de 20,7%, observada em Dezembro de 2007, foi gradualmente desacelerando até se situar nos 11,7%, no final do exercício de 2008 (valores de balanço, excluindo crédito securitizado).

Pese embora a estratégia e as iniciativas tomadas, foi mantida a anterior trajectória de evolução dos rácios de transformação que apontava para uma crescente alavancagem do crédito. Assim, o rácio de transformação de recursos totais de balanço em crédito passou para

91% (Dez,07: 88%), enquanto o rácio de transformação de depósitos em crédito (178%) se manteve praticamente ao nível do ano anterior (177%).

A **solidez financeira** do Grupo é um aspecto de particular relevância no actual contexto dos mercados. Num ano em que os instrumentos de crédito foram fortemente penalizados, com os mercados accionistas em forte queda, o Grupo soube aproveitar as escassas janelas de oportunidade que surgiram nos mercados de capitais internacionais e executou as seguintes emissões de dívida de médio e longo prazo:

- duas operações de obrigações hipotecárias no montante global de 2 500 milhões de euros efectuadas ao abrigo do programa de obrigações hipotecárias (montante máximo de 10 mil milhões de euros) estabelecido em Novembro de 2007;
- uma emissão ao abrigo do programa EMTN (montante máximo de 20 mil milhões de euros) de dívida sénior no montante de 1 250 milhões de euros; e
- uma emissão de obrigações permutáveis indexadas às acções ordinárias Bradesco, no montante de 1 000 milhões de dólares.

Os níveis de liquidez excedentária de curto prazo, que caracterizaram o Grupo desde 2001 e se verificaram até Setembro de 2008, foram condicionados pelo agudizar das condições que pela primeira vez afectaram fortemente as empresas, conduzindo à utilização em maior escala das linhas de crédito aprovadas e à redução dos seus depósitos.

Em contrapartida, a evolução dos depósitos em balanço com um crescimento de 11% em 2008 é fundamentalmente suportada pelo segmento de particulares. Este forte dinamismo assume particular relevância porque os activos sob gestão em Fundos de Investimento e produtos de Bancaseguros registaram apenas uma ligeira redução.

Os capitais próprios e equiparados atingiram 7 482 milhões de euros, valor que se situa próximo do final do ano anterior (7 509 milhões de euros), apesar da quebra registada nas reservas de justo valor (-913 milhões de euros) devido principalmente à desvalorização das participações estratégicas, parcialmente repostas em 333 milhões de euros pelo auto-financiamento (aumento das Outras Reservas e Resultados Transitados).

A valorização das principais exposições accionistas da carteira de “Activos disponíveis para venda” traduzia perdas potenciais para o conjunto das posições no montante de 179,5 milhões de euros. Como decorre do actual enquadramento prudencial, as perdas potenciais são deduzidas aos fundos próprios de base (*Core Tier I*) ajustadas pelos activos por impostos diferidos a elas associados, enquanto os ganhos potenciais em títulos de capital são elegíveis como Tier II em apenas 45% do respectivo valor bruto.

O rácio de solvabilidade, calculado com base no método IRB, era de 11,3% (Dez, 07: 11,5%); considerando os fundos próprios de base o rácio *Tier I* situava-se em 7,1% (Dez, 07: 7,5%) e o *Core Tier I* em 6,1% (Dez, 07: 6,6%). Todos os rácios estavam significativamente acima dos mínimos exigidos pelo Banco de Portugal.

A estratégia do Grupo, assente no crescimento orgânico doméstico complementado pela expansão internacional focada no triângulo composto por Espanha, Angola e Brasil, permitiu assim a obtenção de um resultado líquido de 402,3 milhões de euros o que traduz uma redução de cerca de 34% relativamente ao verificado no ano anterior, correspondente a uma rentabilidade dos capitais próprios (ROE) de 9,8% e a uma rentabilidade dos activos (ROA) de 0,56%.

A expansão da **actividade internacional** continua a decorrer a bom ritmo tendo sido determinantes para a performance alcançada a consolidação da presença em Angola, mas também a presença em Espanha, no Reino Unido, França, Estados Unidos da América, Brasil e Macau.

Apesar do reforço significativo das provisões, que passou de 26,7 milhões de euros (ano de 2007) para 71,6 milhões de euros, o resultado da área internacional atingiu 143,2 milhões de euros e apresenta-se ligeiramente acima do alcançado no exercício de 2007 (141,5 milhões de euros). Atendendo à redução de 44% nos resultados da área doméstica, a contribuição da área internacional para o resultado consolidado passou de 23% em 2007 para 36%.

Todas as geografias onde o Grupo está presente evidenciaram resultados positivos, sendo de assinalar a contribuição de Angola com 48,2 milhões de euros (+44%), seguida do Reino Unido (41,7 milhões de euros) e Brasil (29,8 milhões de euros).

Analisando em detalhe os resultados consolidados, verifica-se que o produto bancário comercial, que traduz a geração recorrente de receitas, aumentou 7,8% em termos homólogos para 1 722,4 milhões de euros.

A progressão do resultado financeiro beneficiou em 2008 do efeito volume e de uma relativa estabilidade da margem financeira. Considerando os capitais médios do exercício, registou-se um aumento dos depósitos em 16% ao mesmo tempo que o saldo médio de crédito a clientes registou um crescimento de 17%. Aquele efeito volume teve reflexos positivos no resultado financeiro que aumentou 13,9% atingindo 1 086 M€.

A margem financeira do exercício foi de 1,76% sofrendo uma redução de 2 pontos base face à do ano anterior. Para esta redução teve especial relevância:

- a reorientação do crédito para segmentos de menor risco, em paralelo com iniciativas tendentes à actualização da política de preços por forma a incorporarem os prémios de liquidez associados à escassez de recursos nos mercados de capitais internacionais; e
- o encarecimento generalizado dos recursos induzido pela crise financeira internacional, com especial reflexo nos “Outros Recursos” cuja taxa média passou de 5,01% para 5,09%.

A abordagem comercial assente na adequação das ofertas para os vários segmentos de clientes particulares e empresas, na melhoria da qualidade do serviço e atendimento, e na promoção do *cross-selling* no quadro de uma actuação proactiva das redes comerciais foi determinante para as comissões de serviços prestados, que ascenderam a 636,2 milhões de euros em 2008. De entre os serviços que evidenciaram um melhor desempenho destacam-se os créditos documentários (+176,7%), resultante sobretudo do apoio às empresas exportadoras, a gestão de meios de pagamento (+12,2%), a actividade de cartões (+10,5%) e as relacionadas com as garantias prestadas (+7,5%).

Os resultados de operações financeiras e outros resultados atingiram 165,7 milhões de euros, valor que compara com 404,1 milhões de euros em 2007. Este resultado, ainda que positivo, foi fortemente penalizado pela instabilidade dos mercados financeiros. Os outros resultados foram igualmente condicionados pela apropriação da parte proporcional nos resultados da BES Vida (-37,8 milhões de euros) devido ao reconhecimento de imparidades na carteira de títulos.

Os **custos operativos** totalizaram 1 001,6 milhões de euros, ou seja, um aumento de apenas 5,4% relativamente ao ano anterior. Este facto ficou a dever-se, não só aos programas de integração e racionalização da operativa em Espanha, da fusão da Besleasing e Factoring no BES, mas também a uma política de restrições nos gastos com publicidade, remunerações variáveis e outros custos correntes, apesar dos efeitos da expansão da rede global de balcões, que no final do exercício atingiu 803 unidades (aumento de 11% no número médio de balcões).

Os **custos com pessoal** aumentaram 3,8% sendo especialmente significativo o desempenho na actividade doméstica que registou um crescimento de apenas 1,7%, apesar do aumento verificado nos custos com benefícios pós-emprego.

A evolução dos gastos gerais administrativos reflecte, principalmente, o alargamento da rede doméstica, o investimento no reforço das equipas a nível internacional e maiores gastos informáticos resultantes da introdução de melhorias/automatização dos processos.

Ao longo do exercício de 2008 foram desencadeadas iniciativas que conduziram a uma desaceleração expressiva do crescimento dos custos que passou de 11,3% no primeiro trimestre para 5,4% para o total do exercício.

No que respeita às responsabilidades para com benefícios pós-emprego, procedeu-se ao recálculo actuarial, tendo sido ajustado a taxa de desconto para 5,75%.

As responsabilidades totais totalizavam 2 065 milhões de euros e encontravam-se totalmente cobertas através dos activos dos fundos (2 057 milhões de euros) e de passivos reconhecidos no balanço no valor de 13 milhões de euros. As contribuições do Grupo para os fundos de pensões totalizaram 538 milhões de euros e os desvios actuariais em balanço fora do corredor atingiram 765 milhões de euros, os quais serão objecto de amortização em custos com pessoal durante quinze anos.

Os gastos gerais administrativos tiveram um incremento de 6,3%, valor que se situa abaixo dos níveis de crescimento geral da actividade no exercício devido às políticas restritivas em certas despesas discricionárias.

As amortizações evidenciam um aumento de 11,7% devido à expansão da actividade internacional e aos investimentos em balcões na área doméstica.

O crescimento da actividade e consequentemente do produto bancário, conjugado com o controlo dos custos, continuaram a reflectir-se em ganhos sustentados de produtividade e eficiência, designadamente na diminuição do rácio dos custos operativos por unidade de activo líquido médio gerido, que progrediu de 1,53% (Dez, 07) para 1,40%.

A redução dos resultados de *trading*, por um lado, e a expansão internacional e o alargamento da rede doméstica de balcões, por outro, influenciaram negativamente a evolução do indicador *Cost to Income* total. No entanto, excluindo os resultados de *trading*, o *cost to income* comercial reduziu-se de 59,5% (2007) para 58,2%. O Grupo tem vindo a consolidar a capacidade de geração de rendimentos de natureza recorrente ao mesmo tempo que tem conseguido controlar o agravamento dos custos o que tem permitido melhorar, substancialmente, os níveis de eficiência.

O ano de 2008 ficou marcado por um reforço generalizado das provisões, que totalizaram 375,8 milhões de euros (+43,0%). A acentuada queda dos mercados, com desvalorização de acções e obrigações, para além dos reflexos na redução das reservas de justo valor, conduziu a que alguns dos investimentos da carteira de títulos disponíveis para venda apresentassem indícios de imparidade. Como consequência, foram reconhecidas perdas por imparidade no montante de 58,1 milhões de euros.

No que respeita ao provisionamento do crédito, cujo reforço atingiu 274,4 milhões de euros (2007: 213,2 milhões de euros), foi acentuada a política de prudência na avaliação dos riscos. Em linha com o actual contexto de crise, a carga de provisionamento passou de 0,49% em 2007 para 0,57%, com reflexos nos níveis de cobertura do crédito total por provisões que passou de 2,29% para 2,38%.

O reconhecimento de provisões para outros riscos e encargos totalizou 43,3 milhões de euros, e incluem a constituição da provisão para a fusão por incorporação da Besleasing e Factoring no BES, bem assim como a constituição de provisões para imparidade em imóveis recebidos em dação por incumprimento de crédito concedido.

O ano de 2008 foi um ano marcadamente difícil para os mercados de capitais em geral e para os mercados de acções em particular. O sector da Banca, estando no epicentro desta crise foi naturalmente bastante penalizado durante o ano. O índice *DJ Europe Stoxx Banks* teve uma performance negativa de 64,8% com o BES a apresentar, neste contexto extremamente difícil, uma *outperformance* face ao sector de 9,0%, registando uma desvalorização de 55,5% durante o ano. Esta *outperformance* reflecte, em certa medida, uma apreciação positiva do mercado sobre a exposição do BES aos riscos que estiveram na génese da actual crise financeira internacional. As acções apresentaram uma volatilidade de 175,1%, atingindo um mínimo de 5,51 euros por acção em Dezembro e um máximo de 15,16 euros por acção em Janeiro.

Em circunstâncias de mercado adversas, a acção BES aumentou o nível de liquidez. Foram transaccionadas diariamente 1 194 mil acções, um crescimento de 31,1% face às 911 mil acções transaccionadas em média diariamente durante 2007. Em virtude da queda do preço das acções, o valor médio transaccionado caiu para os 11,8 milhões de euros face aos valores médios registados em 2007 de 14,4 milhões de euros.

Em função da desvalorização generalizada dos índices de acções em geral e do sector da Banca em particular, o BES diminuiu a sua capitalização bolsista, valendo no final do ano 3 345 milhões de euros em bolsa. No entanto essa desvalorização não impediu que o BES recuperasse um lugar face a 2007 no *ranking* das empresas com maior peso no índice PSI20. O BES no final de 2008 era a 4ª empresa com maior peso no PSI 20 (5º lugar em 2007) e a segunda entre as empresas da área financeira.

Ao longo de 2008 as três principais agências de *rating* internacionais reafirmaram as suas notações atribuídas ao BES:

- *Standard & Poor's*: A / Stable / A-1, tendo como referência o facto de os bancos portugueses enfrentarem a actual conjuntura com uma boa posição financeira, nomeadamente, no que diz respeito à rendibilidade e eficiência (em 14 de Outubro);
- *Moody's*: Aa3 / Stable / P1, reflectindo o facto de o Banco ter uma forte e diversificada rede de balcões ao nível nacional, um bom perfil financeiro e planos de expansão da actividade internacional;
- *FitchRatings*: A+ / Stable / F1, baseado no forte posicionamento do Grupo BES no mercado nacional, a sua qualidade dos activos, perfil de baixo risco e adequados níveis de solvabilidade e rendibilidade (em 21 de Novembro).

Conscientes dos novos desafios e dos riscos acrescidos que a crise financeira e económica desencadearão, o Conselho de Administração decidiu apresentar à Assembleia Geral uma proposta de aumento do capital social do Banco Espírito Santo. O encaixe, que deverá proporcionar 1 200 milhões de euros, permitirá ao Grupo enfrentar estes desafios numa posição relativa mais forte.

3.3. PARTRAN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Durante o exercício de 2008 a actividade da PARTRAN cingiu-se ao acompanhamento da actividade da “Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.” e das suas filiais seguradoras.

Em 31 de Dezembro de 2008, a PARTRAN detinha 27 000 000 de acções representativas de 100% do capital social da Companhia de Seguros Tranquilidade, e de igual percentagem de direitos de voto.

3.3.1. Factos relevantes relativos à actividade da PARTRAN durante o exercício de 2008

Em 31 de Dezembro de 2008 o activo da PARTRAN é constituído fundamentalmente pela participação no capital da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., cujo valor de balanço ascende a 490,4 milhões de euros, não tendo sofrido alteração face a 31 de Dezembro de 2007.

O passivo da PARTRAN, no montante de 141,7 milhões de euros, é composto, quase que exclusivamente, por empréstimos de accionistas. Face ao montante que apresentava em 31 de Dezembro de 2007 (159,6 milhões de euros), o passivo registou uma evolução favorável no montante de 17,9 milhões de euros (redução de 11%).

Ao nível dos rendimentos obtidos, no exercício de 2008 a PARTRAN recebeu da sua participada Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., dividendos no valor de 18 milhões de euros, enquanto que no exercício anterior, tinha recebido 60,2 milhões de euros.

Ao nível dos custos, há que realçar a diminuição muito significativa dos custos financeiros no montante de 1,2 milhões de euros, que passaram de 1,3 milhões de euros em 2007 para 0,1 milhões de euros em 2008. Esta evolução favorável resulta fundamentalmente do reembolso integral da dívida bancária que ocorreu no início do segundo trimestre de 2007 e cujos efeitos naturalmente sobressaem em 2008.

Este conjunto de circunstâncias contribuíram para que o resultado líquido apurado em base individual no exercício de 2008 atingisse 17,9 milhões de euros, enquanto no exercício de 2007, o resultado cifrou-se em 58,8 milhões de euros.

3.3.2. Estrutura accionista actual

Em 31 de Dezembro de 2008 a estrutura accionista da PARTRAN é como segue:

ACCIONISTAS	Nº ACÇÕES	% C. SOCIAL
Espírito Santo Financial Group, SA	23.786.300	52,78%
Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., SA	20.279.700	45,00%
BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	1.000.000	2,22%
TOTAL	45.066.000	100,00%

3.4. Grupo Tranquilidade

3.4.1. Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

A Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Tranquilidade) encerrou o exercício de 2008 com resultados líquidos de 10,1 milhões de euros – contas individuais não auditadas – que compara com os 22,8 milhões de euros alcançados no ano anterior. O volume de prémios de seguro directo ascendeu em 2008 a 334,0 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 7,7% em relação a 2007. O mercado segurador Não Vida também apresentou um decréscimo na sua produção de seguro directo de 1,3%.

Na Tranquilidade, a quebra na produção deveu-se essencialmente às quebras no ramo Automóvel (-15,5% face ao ano anterior, essencialmente devido à intensa concorrência por via

do preço e queda do prémio médio) e em Acidentes e Doença (-3,2% em relação a 2007, reflectindo a perda de um seguro importante de Protecção ao Crédito para a BES Seguros). A Tranquilidade obteve um bom desempenho nos ramos Acidentes de Trabalho e Saúde e no grupo Incêndio e Outros Danos, com crescimentos acima do mercado (respectivamente, +0,5% vs -2,8% do mercado +20,9% vs +10,5% do mercado e +5,0% vs +3,7% alcançado pelo mercado). De notar que, excluindo a produção de Automóvel e a perda de um seguro importante no ramo Acidentes Pessoais, a Tranquilidade teria apresentado em 2008 um crescimento homólogo de 3,6%.

A Tranquilidade apresenta uma quota de mercado de 7,8% mantendo a 4ª posição em termos de ranking de prémios Não Vida.

O total de custos operacionais decresceu 12,5%, atingindo um valor de 77,3 milhões de euros em 2008. A descida dos custos foi conseguida devido às fortes medidas de contenção desenvolvidas pela sociedade, nomeadamente em termos de redução de recursos humanos, de negociação de custos de cobrança, de contratos com fornecedores e de redução de custos informáticos.

O ano de 2008 ficou marcado por uma crise sem precedentes nos mercados financeiros internacionais e pelo forte abrandamento da actividade económica à escala global. A turbulência e a volatilidade sentida nos mercados financeiros em 2008 condicionaram a actividade financeira da Tranquilidade. Este cenário induziu à alteração significativa na política financeira delineada no início do ano. Exemplos dessas alterações foram a redução da exposição ao mercado accionista, valores praticamente nulos no final de 2008, e a manutenção dos elevados montantes em liquidez. Em termos de resultados financeiros, o ano de 2008 ficou marcado por um impacto negativo, por via do registo de imparidades sob posições obrigacionistas e da realização de perdas na saída de posições accionistas consideradas de *trading*, que foram compensadas por valias realizadas com a alienação de algumas participações financeiras “non-core”.

O rácio de solvabilidade passou para 343,3% contra 273,9% registado em 2007. Para esta evolução favorável contribuiu o acréscimo dos Elementos Constitutivos que engloba os Capitais Próprios, e no qual se destaca a variação da Reserva de Reavaliação – Justo valor.

Em termos comerciais, em 2008, a Tranquilidade desenvolveu a sua orientação para a segmentação de clientes, aumentando o investimento nas suas estruturas dedicadas para médias empresas e *private*. Durante este ano continuou igualmente o seu investimento na sua rede de lojas franchisadas, que atingiu o número de 71 no final do ano. Da mesma forma, multiplicou, em parceria com o Banco Espírito Santo, o número de postos avançados para 42.

No ano de 2008 a Tranquilidade lançou um novo desafio para o triénio 2008-2010, que intitulou de Programa Triatlo, com o objectivo de dinamizar o crescimento do negócio e de reduzir a estrutura de custos da Companhia.

As condicionantes económico-financeiras aliadas à agressividade no mercado, provocando redução significativa das tarifas, induz à continuidade do projecto de redução de custos na Companhia, reduzindo o seu *expense ratio*. Assim, para este ano, a Tranquilidade irá prosseguir o programa do triénio, através do alargamento da disponibilização de capacidades operativas descentralizadas, bem como no aumento da produtividade das suas equipas. Ao nível comercial, a Tranquilidade vai investir nos próximos anos em 5 eixos:

1. Aumentar a sua eficácia comercial em Não Vida, alavancada na sua oferta Vida e Assurfinance;
2. Optimizar a retenção de clientes, em particular no Automóvel;
3. Desenvolver a sua cobertura nacional, aumentando a sua presença em mais pontos de venda multimarca;
4. Continuar a desenvolver abordagens segmentadas ao mercado, entrando no segmento Negócios mais estruturadamente;
5. Assegurar aos seus clientes um serviço cada vez melhor.

3.4.2. T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (T-Vida), Seguradora do Grupo Espírito Santo, constituída a 28 de Julho de 2006, iniciou a sua actividade no Ramo Vida, em 1 de Agosto de 2006, tendo assim dois anos de actividade. No ano de 2008, a T-Vida apresentou um resultado líquido negativo de 13,2 milhões de euros. O total de prémios ascendeu a 394,3 milhões de euros (incluindo os produtos classificados de acordo com o IFRS 4 e a IAS 39), o que significa uma variação positiva de 405,5% face ao período homólogo, num mercado em evolução de 17,3% (excluindo 300,0 milhões de euros relativos a uma operação de capitalização com distribuição através do BES, o crescimento da T-Vida seria de 20,9%, com um total de prémios de 94,3 milhões de euros).

O crescimento da Companhia foi suportado pelo aumento da produção de produtos PPR *unit linked*, em cerca de 19,1 milhões de euros (+127,1%), tendo este segmento sido favorecido essencialmente pela produção do produto PPR Poupança Activa. Os produtos de Capitalização também apresentaram um crescimento de +87,7%, justificado pelo aumento dos produtos *unit linked* com destaque para o favorável desempenho de produtos a prémio único. No segmento tradicional, verificou-se um crescimento dos prémios de +10,2%.

O stock de apólices em carteira cresceu 8,7%, chegando às 141 345 apólices a 31 de Dezembro de 2008, tendo as apólices novas um contributo positivo, apresentando um crescimento de 2,5%. As apólices anuladas tiveram um acréscimo de 31,6%, consequência do volume elevado de vencimentos.

Em 2008, foi efectuado um aumento dos fundos próprios com o reforço do capital social no valor de 45 milhões de euros, passando a ser de 65 milhões de euros e o reembolso de prestações acessórias no valor de 20 milhões de euros.

Os custos operacionais apresentaram um acréscimo de 18% face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento substancial dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos (27,2%), justificado pela prestação de serviços da BES-Vida em tarefas operacionais relativas às áreas de Subscrição, Gestão de Carteira, Sinistros e Contabilidade, da T-Vida. Os custos com pessoal apresentaram um acréscimo de 10,3%, resultado do reforço dos quadros da Companhia com a admissão de mais 3 colaboradores, totalizando 15 colaboradores no final de 2008.

O ano de 2009 será mais um ano decisivo na infra-estruturação e consolidação da T-Vida, devendo esta constituir-se como um dos eixos da oferta financeira global do Grupo Segurador Tranquilidade. A partir de 1 de Janeiro de 2009 será implementado um novo modelo de negócio que prevê sinergias entre a T-Vida, a BES-Vida e o BES. A actuação da T-Vida insere-se numa lógica de fidelização da base de Clientes e de complementaridade à proposta de valor para os Agentes da Tranquilidade. Assim, os principais pilares em que assentará o crescimento objectivado do negócio da T-Vida são:

- Aprofundamento da aposta na rede de Agentes do programa Assurfinance, designadamente como rede vocacionada para a comercialização da oferta Vida Financeira;
- Alargamento da base de Agentes distribuidores de produtos tradicionais (risco e mistos);
- Desenvolvimento de uma abordagem comercial Vida Grupos para os Clientes dos segmentos de Médias e de Grandes Empresas.

3.4.3. Seguros Logo, S.A.

O lançamento comercial da LOGO ocorreu no dia 14 de Janeiro de 2008, tendo sido assinalado com uma conferência de imprensa de apresentação da Empresa e com o início da primeira campanha publicitária. Integrando o Grupo Espírito Santo (é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.), a LOGO insere-se na estratégia multi-especialista e multi-canal

de abordagem ao mercado que o Grupo tem vindo a seguir nos últimos anos. A LOGO foi constituída com um capital social de 15 milhões de euros, o qual foi realizado em 7,5 milhões de euros em 2007 e o restante em 2008. Em 2009 existiu um reforço de 5 milhões de euros de capital, totalizando 20 milhões de euros.

Com um objectivo inicial de aquisição de 20 000 clientes até final de 2008, a LOGO superou esse objectivo em quase 50%, atingindo os 28 641 clientes a 31 de Dezembro de 2008, o que permitiu um volume de prémios de 4,1 milhões de euros. O resultado líquido da Companhia foi negativo em -10,9 milhões de euros, resultante do esforço inicial do arranque da actividade, nomeadamente do investimento em publicidade e dos impactos das provisões técnicas. O rácio de solvabilidade, na ordem dos 260,9%, correspondente a um excesso de 5,1 milhões de euros, face às necessidades da margem de solvência.

O ano de 2009 será de consolidação do posicionamento e estratégia provada em 2008, com vista a alcançar os objectivos definidos para o triénio 2008-10, objectivos esses que se consubstanciam no alcançar de 100 mil clientes activos no final de 2010. Neste contexto, durante 2009, a LOGO irá desenvolver a sua actividade tendo em conta 3 objectivos principais a nível da sua carteira de clientes:

- Consolidar o ritmo de aquisição de clientes, mantendo e melhorando os níveis de eficácia alcançados nos últimos meses de 2008;
- Continuar a garantir a excelência no nível do serviço que presta aos seus clientes, proporcionando processos simples e rápidos, em todos os aspectos da sua actividade;
- Desenvolver políticas de retenção de clientes, que permitam manter o *churn* em níveis reduzidos e alinhados com o sector.

4. Proposta de distribuição dos resultados do exercício de 2008

Nos termos da alínea b) do art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** propõe para aprovação da Assembleia Geral, que o resultado líquido positivo do exercício de 2008, de 71.712.326,72 euros, adicionado aos resultados transitados positivos, no valor de 446.921,76 euros, o que perfaz um total de 72.159.248,48 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Para reforço da reserva legal (5%)	3.600.000,00 euros
- Para dividendo pago antecipadamente em 2008 (0,70 euros por acção)	37.884.000,00 euros
- Para dividendo adicional (0,38 euros por acção)	30.400.000,00 euros
- Para resultados transitados	275.248,48 euros

Lisboa, 5 de Maio de 2009

O Conselho de Administração

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
(Presidente)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
(Vice-Presidente)

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Olindo Reis de Oliveira

Augusto de Athayde Soares d'Albergaria

**INFORMAÇÃO PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO
DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E SOBRE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**



ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL)
SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

**INFORMAÇÃO PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 447º E 448º DO
CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

1. INFORMAÇÃO RELATIVA AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

- 1.1 Acções da Espírito Santo Financial (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., pertencentes a sociedades em que qualquer das pessoas referidas em 1. exerça, em 31 de Dezembro de 2008, algum cargo de administração ou fiscalização, ou possua, pelo menos, metade do capital social ou dos votos correspondentes :

		Nº ACÇÕES	%C. SOCIAL
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP S.A.		80 000 000	100,00%
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	Administrador - Presidente		
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	Administrador - Vice-Presidente		
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	Administrador		

2. ACCIONISTAS TITULARES DE PELO MENOS UM DÉCIMO, UM TERÇO OU METADE DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE

- 2.1 Em 31 de Dezembro de 2008:

ACCIONISTA	Nº ACÇÕES	%C. SOCIAL
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP S.A.	80 000 000	100,00%

**ESTA PÁGINA FOI DEIXADA
PROPOSITADAMENTE EM BRANCO**

3

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Juros e rendimentos similares		211	146
Juros e encargos similares		<u>5.324</u>	<u>3.339</u>
Margem financeira		<u>(5.113)</u>	<u>(3.193)</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	16	80.106	70.898
Encargos de serviços e comissões		(28)	(21)
Resultados de passivos ao justo valor através de resultados	10	(266)	-
Outros resultados de exploração		<u>(199)</u>	<u>(1)</u>
Produto da actividade		<u>74.500</u>	<u>67.683</u>
Custos com pessoal		749	701
Gastos gerais administrativos		1 971	1 373
Depreciações e amortizações	7	56	49
Custos operacionais		<u>2.776</u>	<u>2.123</u>
Resultado antes de impostos		<u>71.724</u>	<u>65.560</u>
Impostos correntes		<u>12</u>	<u>7</u>
Resultado líquido do exercício		<u><u>71.712</u></u>	<u><u>65.553</u></u>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

CONTAS INDIVIDUAIS – 2008

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Activo			
Disponibilidades em instituições de crédito	4	461	155
Activos financeiros disponiveis para venda	5	701	-
Aplicações em instituições de crédito	6	393	-
Activos tangíveis	7	108	164
Investimentos em subsidiárias e associadas	8	1.020.701	821.081
Activos por impostos correntes		26	25
Outros activos	9	15	11
Total de Activo		1.022.405	821.436
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	10	266	-
Outros empréstimos	11	471.915	438.090
Responsabilidades representadas por títulos	12	98.513	66.412
Passivos por impostos correntes		12	7
Outros passivos	13	608	380
Total de Passivo		571.314	504.889
Capital Próprio			
Capital	14	400.000	270.600
Reservas e resultados transitados	15	17.263	13.948
Resultado líquido do exercício		71.712	65.553
Dividendos antecipados		(37 884)	(33 554)
Total de Capital Próprio		451.091	316.547
Total de Passivo e Capital Próprio		1.022.405	821.436

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	Capital	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Distribuição de dividendos antecipados	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	270 600	9 843	76 084	(37 343)	319 184
Constituição da reserva legal	-	3 805	(3 805)	-	-
Distribuição de dividendos (ver Nota 15)	-	-	(71 979)	37 343	(34 636)
Distribuição antecipada de dividendos	-	-	-	(33 554)	(33 554)
Resultados transitados	-	300	(300)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	65 553	-	65 553
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	270 600	13 948	65 553	(33 554)	316 547
Aumento de capital	129 400	-	-	-	129 400
Constituição da reserva legal	-	3 280	(3 280)	-	-
Distribuição de dividendos (ver Nota 15)	-	-	(62 238)	33 554	(28 684)
Distribuição antecipada de dividendos	-	-	-	(37 884)	(37 884)
Resultados transitados	-	35	(35)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	71 712	-	71 712
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	400 000	17 263	71 712	(37 884)	451 091

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

CONTAS INDIVIDUAIS – 2008

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		209	149
Juros e custos pagos		(3.255)	(2.960)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(2.252)	(1.721)
Outros pagamentos relativos às actividades operacionais		(488)	(444)
Pagamentos relativos ao imposto sobre o rendimento		(8)	(5)
Recebimentos relativos ao imposto sobre o rendimento		-	105
		<u>(5.794)</u>	<u>(4.876)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	8	(199.620)	(36.524)
Dividendos recebidos	16	80.106	70.898
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(51.650)	(82.330)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		50.950	84.210
		<u>(120.214)</u>	<u>36.254</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos de accionistas - recebimento		233.125	40.425
Empréstimos de accionistas - pagamento		(69.900)	-
Dividendos pagos	15	(66.568)	(68.191)
Emissão de obrigações	12	60.000	-
Empréstimo obrigacionista - pagamento		(29 892)	(3 514)
Amortização de contratos de locação financeira		(59)	(46)
		<u>126.706</u>	<u>(31.326)</u>
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		<u>698</u>	<u>52</u>
Caixa e equivalentes no início do período		155	103
Caixa e equivalentes no fim do período		<u>853</u>	<u>155</u>
		<u>698</u>	<u>52</u>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

INTRODUÇÃO**NOTA 1 – ACTIVIDADE**

A **Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (ESF (P))** foi constituída em 10 de Setembro de 1990 sob a forma jurídica de sociedade gestora de participações sociais, ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de Dezembro, e tem como único objecto a gestão de participações sociais noutras empresas, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A ESF (P) faz parte do Grupo Espírito Santo (GES), pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**2.1 Bases de apresentação**

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da ESF (P) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal na Instrução nº 18/2005.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, designadamente (i) a valorimetria e provisionamento do crédito concedido, (ii) os benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e (iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS, ao não permitir a valorização dos activos tangíveis ao justo valor.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excepto no que se refere aos activos financeiros disponíveis para venda e aos passivos financeiros detidos para negociação que se encontram registados ao justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que a Sociedade efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 2.3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 5 de Maio de 2009.

2.2 Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

a) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a ESF (P) tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do reconhecimento inicial ou (iii) que não sejam empréstimos e valores a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

b) Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito são constituídas por depósitos de curto prazo e são registados no activo pelo seu valor nominal. Os juros a receber são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e são contabilizados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico dos depósitos caso não sejam recebidos durante o período.

c) Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

Incluem as participações em que a ESF (P), directa ou indirectamente, exerce uma relação de domínio em resultado de possuir a maioria dos direitos de voto ou tem o direito de nomear ou exonerar a maioria dos membros dos órgãos sociais ou de controlar, por si só, na sequência de acordo com outros accionistas, a maioria dos direitos de voto.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a ESF(P) detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a ESF(P) exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a ESF(P) exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Estes investimentos em subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As desvalorizações de valor significativo identificadas nas participações detidas são avaliadas pelo Conselho de Administração e reconhecidas perdas de imparidade se forem consideradas de carácter permanente. O Conselho de Administração considera que em 31 de Dezembro de 2008 não existiam situações que requeressem a constituição de quaisquer perdas de imparidade.

d) Activos tangíveis

Os Activos tangíveis compreendem as imobilizações corpóreas, as quais de acordo com a IAS 16 são registadas ao custo de aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Anos</u>
Equipamento informático	4
Equipamento transmissão	5
Material de transporte	4

e) Responsabilidades representadas por títulos

As responsabilidades representadas por títulos são constituídas por empréstimos obrigacionistas, registados no passivo (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subseqüentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

f) Transacções e operações em moeda estrangeira

As transacções expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros a taxas de câmbio que se aproximam das taxas vigentes à data da operação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes à data do balanço, por referência às paridades então vigentes, integram os resultados correntes do exercício.

g) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

h) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam. Os prejuízos fiscais de um determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos seis anos seguintes.

i) Caixa e equivalentes a caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes corresponde ao somatório dos saldos das rubricas de Disponibilidades em instituições de crédito e de Aplicações em instituições de crédito.

j) Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 6 do IAS 14, a Sociedade está dispensada de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo.

k) Normas e Interpretações ainda não adoptadas

Na Nota 22 são apresentadas as Normas e interpretações ainda não adoptadas pela Sociedade.

2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela ESF (P) são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela ESF (P) foi apresentada na Nota 2.2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da ESF (P) e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A ESF (P) encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela ESF (P), durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da ESF(P), de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressuposto ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

NOTA 4 – DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta rubrica é constituído por depósitos à ordem em instituições de crédito no país e no estrangeiro.

NOTA 5 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica é constituída por certificados de depósito no BES, com vencimento até 30 dias, remunerados a taxas de juro de mercado:

	<u>Dez 08</u>	<u>Dez 07</u>
Certificados de depósito	700	–
Juros a receber	<u>1</u>	<u>–</u>
	<u><u>701</u></u>	<u><u>–</u></u>

NOTA 6 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica é constituída por depósitos a prazo no Banque Privée Espírito Santo SA, com vencimento até 30 dias, remunerados a taxas de juro de mercado:

	<u>Dez 08</u>	<u>Dez 07</u>
Aplicações de muito curto prazo	392	–
Juros a receber	<u>1</u>	<u>–</u>
	<u><u>393</u></u>	<u><u>–</u></u>

NOTA 7 – ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é analisada com segue:

	Saldo inicial		Adições (bruto)	Movimentos		Saldo final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		Amortizações do exercício	Abates (líquidos)	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imobilizações corpóreas								
Equipamento	8	8	-	-	-	8	8	-
Imobilizado em locação financeira	246	82	-	56	-	223	115	108
	<u>254</u>	<u>90</u>	<u>-</u>	<u>56</u>	<u>-</u>	<u>231</u>	<u>123</u>	<u>108</u>

NOTA 8 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

A ESF (P) detém uma participação directa no capital das seguintes sociedades:

	Sede	Custo de aquisição		Participação detida %		Valor patrimonial da participação detida		Diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial	
		2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Empresas subsidiárias									
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	Lisboa	821 081	821 081	67,40	67,40	923 389	942 536	(102 308)	(121 455)
Empresas associadas									
Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	Lisboa	199 620	-	45,00	-	156 924	-	42 696	-
		<u>1 020 701</u>	<u>821 081</u>			<u>1 080 313</u>	<u>942 536</u>	<u>(59 612)</u>	<u>(121 455)</u>

Em 30 de Junho de 2008 a ESF (P) adquiriu um lote de 20 279 700 acções representativas de 45% do capital social da PARTRAN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA à ESFG pelo montante de 199 620 milhares de euros.

A carteira de títulos da ESF (P) em 31 de Dezembro de 2008 é analisada como segue:

	Quantidade	Acções			
		Valor nominal unitário (em euros)	Custo médio de aquisição (em euros)	Valor de cotação	Valor de balanço
BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	92 076 027	5,00	8,92	-	821 081
PARTRAN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	20 279 700	5,00	9,84	-	199 620
					<u>1 020 701</u>

NOTA 9 – OUTROS ACTIVOS

As contas de Outros activos englobam os seguintes saldos:

	<u>Dez 08</u>	<u>Dez 07</u>
Outros activos		
Outros devedores diversos	15	10
Outros custos diferidos	–	1
	<u>15</u>	<u>11</u>

NOTA 10 – PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	<u>Dez 08</u>	<u>Dez 07</u>
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	<u>266</u>	<u>–</u>

Os instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo referem-se a contratos sobre taxas de juro e são analisados como segue:

	<u>Dez 08</u>		<u>Dez 07</u>	
	<u>Nocial</u>	<u>Justo valor</u>	<u>Nocial</u>	<u>Justo valor</u>
Interest Rate Swaps	<u>60 000</u>	<u>266</u>	<u>–</u>	<u>–</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, os instrumentos financeiros derivados têm um prazo de vencimento de um a cinco anos.

NOTA 11 – OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica compreende essencialmente os empréstimos obtidos do accionista único ESFG, os quais são registados pelo seu valor nominal e não vencem juros.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica é constituída por empréstimos, não remunerados e sem prazo de reembolso definido concedidos pela ESFG, no valor de 471 915 milhares de euros e 438 090 milhares de euros, respectivamente.

NOTA 12 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As responsabilidades representadas por títulos respeitam a quatro empréstimos obrigacionistas num total de 3 551 200 obrigações ao portador (Dezembro 2007: 6 539 190), emitidas sob a forma escritural, no montante global de 95 500 milhares de euros (Dezembro 2007: 65 392 milhares de euros).

A 31 Dezembro de 2008 e 2007 o saldo desta rubrica no balanço é analisado como segue:

	<u>Dez 08</u>	<u>Dez 07</u>
Empréstimos obrigacionistas	95 500	65 392
Juros a pagar e encargos	<u>3 013</u>	<u>1 020</u>
	<u>98 513</u>	<u>66 412</u>

Emissão de 2003***Obrigações a taxa de juro variável – 8 anos e 1 dia***

Em Julho de 2003 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 1 500 000 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 15 000 milhares de euros.

Os juros das obrigações vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 26 de Julho e 26 de Janeiro de cada ano de vida das obrigações, na base Actual / 360. A taxa de juro dos cupões é variável, determinada no segundo “Dia Útil Target” anterior ao início de cada período de contagem de juros, sendo igual à taxa EURIBOR a 6 meses, acrescida de 1,25%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 8 anos e 1 dia, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 8.º ano de vida (26 de Julho de 2011).

Emissão de 2004***Obrigações a taxa de juro variável – 8 anos e 1 dia***

Em Julho de 2004 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 550 000 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 5 500 milhares de euros.

Os juros das obrigações vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 9 de Julho e 9 de Janeiro de cada ano de vida das obrigações, na base Actual / 360. A taxa de juro dos cupões é variável, igual à taxa EURIBOR a 6 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 0,65%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 8 anos e 1 dia, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 8.º ano de vida (10 de Julho de 2012).

Obrigações a taxa de juro variável – 20 anos

Em Outubro de 2004 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 1 500 000 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 15 000 milhares de euros.

Os juros das obrigações vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 27 de Outubro e 27 de Abril de cada ano de vida das obrigações, na base Actual / 360. A taxa de juro dos cupões é variável, igual à taxa EURIBOR a 6 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 0,874%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 20 anos, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 20.º ano de vida (27 de Outubro de 2024).

Emissão de 2008

Obrigações clássicas a taxa de juro variável – 5 anos

Em Julho de 2008 foi emitido um empréstimo obrigacionista de 1 200 obrigações ao portador, sob a forma escritural, no montante global de 60 000 milhares de euros.

Os juros das obrigações vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Julho e 22 de Janeiro de cada ano de vida das obrigações, na base 30/360 no primeiro ano de vida e na base Actual / 360 para o restante período. No primeiro ano de vida das obrigações a taxa de juro dos cupões é fixa (9,875%). No segundo ano e seguintes a taxa de juro dos cupões é variável, igual à taxa EURIBOR a 6 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 0,50%.

O empréstimo tem uma duração máxima de 5 anos, a amortização será efectuada ao par, de uma só vez, no final do 5º ano de vida (22 de Julho de 2013).

NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos engloba os seguintes saldos:

	<u>Dez 08</u>	<u>Dez 07</u>
Outros passivos		
Fornecedores	408	220
Férias e subsídio de férias	98	96
Sector público administrativo	26	27
Outros encargos a pagar	76	36
Outros credores	–	1
	<u>608</u>	<u>380</u>

NOTA 14 – CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o valor do capital é composto por:

	<u>Dez 08</u>	<u>Dez 07</u>
Capital realizado	<u>400 000</u>	<u>270 600</u>

No mês de Novembro de 2008, a ESF(P) aumentou o capital social de 270 600 milhares de euros para 400 000 milhares de euros. Esta operação foi realizada por incorporação de suprimentos no montante de 129 400 milhares de euros pertencente à accionista única (ESFG) mediante a emissão de 25 880 000 novas acções, escriturais, com o valor nominal de cinco euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital da ESF (P), integralmente subscrito e realizado, era representado por 80 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada (31 de Dezembro de 2007: 54 120 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a ESFG detinha a totalidade do capital da ESF (P).

NOTA 15 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

A rubrica Reservas e Resultados Transitados inclui os resultados transitados de exercícios anteriores e a reserva legal.

- **Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social e, em conformidade com a legislação portuguesa aplicável às sociedades gestoras de participações sociais, terá de ser reforçada anualmente por uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da Sociedade, até que represente a quinta parte do capital social.

- **Aplicação dos resultados**

A Assembleia Geral anual realizada em 29 de Maio de 2008 deliberou que o lucro do exercício de 2007, de 65 553 milhares de euros, tivesse a seguinte distribuição:

– Para reforço da reserva legal (5%)	3 280 milhares de euros
– Para dividendos pagos antecipadamente em 2007 (0,62 euros por acção)	33 554 milhares de euros
– Para dividendos adicionais (0,53 euros por acção)	28 684 milhares de euros
– Para resultados transitados	35 milhares de euros

• **Distribuição de dividendos**

Em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral que aprovou a distribuição de resultados, no mês de Junho de 2008, a ESF (P) procedeu ao pagamento de dividendos no montante total de 28 684 milhares de euros, o que corresponde a um dividendo de 0,53 euros por acção (2007: 34 637 milhares de euros, o que corresponde a um dividendo de 0,64 euros por acção).

• **Distribuição antecipada de dividendos**

Em Julho de 2008, a ESF(P) efectuou um adiantamento sobre os lucros do exercício de 2008 no montante de 37 884 milhares de euros, o que correspondeu a um dividendo de 0,70 euros por acção.

NOTA 16 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

A rubrica Rendimentos de instrumentos de capital corresponde aos dividendos distribuídos pela BESPARG.

NOTA 17 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções da ESF (P) com as suas participadas em 31 de Dezembro de 2008, assim como os respectivos movimentos em resultados neste período, resumem-se no quadro seguinte:

	<u>Dez 08</u>		<u>Dez 07</u>	
	<u>Empréstimos</u>	<u>Proveitos</u>	<u>Empréstimos</u>	<u>Proveitos</u>
BESPARG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	–	80 106	–	70 898

No exercício de 2008 não se realizaram quaisquer transacções com partes relacionadas entre a ESF (P) e o seu accionista para além do referido aumento do capital social por incorporação de suprimentos e do pagamento de dividendos.

Os preços e condições das transacções realizadas com empresas do Grupo e com empresas relacionadas correspondem aos preços e às condições normalmente praticadas no mercado para transacções idênticas.

NOTA 18 – IMPOSTOS

A diferença entre o lucro contabilístico e a matéria colectável do exercício de 2008 resulta essencialmente do seguinte:

Lucro contabilístico	71 712
Juros e outros custos não aceites para efeitos fiscais	4 635
Eliminação da dupla tributação económica dos dividendos recebidos	<u>(80 106)</u>
Prejuízo para efeitos fiscais	<u>(3 759)</u>
Matéria colectável	<u><u>–</u></u>

Conforme referido na Nota 2.2 h), os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Os prejuízos fiscais declarados pela Sociedade nos últimos seis exercícios, que podem ser deduzidos aos lucros fiscais futuros, são como segue:

ANO	Prejuízo fiscal declarado	Ano limite para a dedução
2003	1 217	2009
2004	1 341	2010
2005	2 368	2011
2006	1 652	2012
2007	1 998	2013
2008 (estimado)	<u>3 759</u>	2014
	<u><u>12 335</u></u>	

Na medida em que não é expectável que existam lucros tributáveis no futuro, não foram reconhecidos impostos diferidos.

NOTA 19 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa da Sociedade.

Risco de mercado

O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro e preços de acções.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada no Departamento Financeiro da Sociedade. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Risco operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para a ESF(P), é analisado como segue:

	Dez 08		Dez 07	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Disponibilidades em instituições de crédito	461	461	155	155
Aplicações em instituições de crédito	393	393	–	–
Activos financeiros disponíveis para venda	701	701	–	–
Total activos financeiros ao justo valor	<u>1 585</u>	<u>1 585</u>	<u>155</u>	<u>155</u>
Responsabilidades representadas por títulos	<u>98 513</u>	<u>101 659</u>	<u>66 412</u>	<u>65 987</u>
Total passivos financeiros ao justo valor	<u>98 513</u>	<u>101 659</u>	<u>66 412</u>	<u>65 987</u>

Disponibilidades e Activos financeiros disponíveis para venda

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos

O justo valor destes instrumentos financeiros foi estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 20 – PESSOAL

O efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço da Sociedade foi de 4 (2007: 4).

NOTA 21 – REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Conselho Fiscal	<u>27</u>	<u>26</u>

NOTA 22 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são descritas seguidamente.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro
IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Sociedade não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de non-vesting conditions e (ii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterada.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) Concentrações de actividades empresarias e uma alteração ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. A Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais, o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatária a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 1 (alterado) – Apresentação de demonstrações financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) Apresentação de demonstrações financeiras, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de “comprehensive income”.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “comprehensive income”.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras

A Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A Sociedade não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros ‘puttable’ e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos ‘puttable’), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda o IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Sociedade.

Alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Sociedade.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A Sociedade não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O IFRIC 16 Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo.

Esta interpretação é de aplicação prospectiva. A Sociedade não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Sociedade não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008 o IASB publicou o Annual Improvement Project o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória em 2009.

As principais alterações decorrentes do Annual Improvement Project resumem-se como segue:

- Alteração ao IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras da Sociedade;
- Alteração ao IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras da Sociedade;
- Alteração ao IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. Esta alteração ao IAS 16 não terá impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade;
- Alteração ao IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras da Sociedade;
- Alteração ao IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. Esta alteração não deverá ter efeitos nas demonstrações financeiras do Sociedade;
- Alteração ao IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras da Sociedade;

- Alteração ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade na medida em que, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com o IAS 27;
- Alteração ao IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao goodwill e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. Esta alteração não deverá ter efeitos nas demonstrações financeiras do Sociedade;
- Alteração ao IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos nas contas da Sociedade;
- Alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente às quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa

efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. Não se esperam impactos nas contas da Sociedade decorrentes da sua adopção;

- Alteração ao IAS 40 Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. Actualmente esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Juros e proveitos similares	4	4 880 704	3 370 232
Juros e custos similares	4	3 804 720	2 424 293
Margem financeira		1 075 984	945 939
Rendimentos de instrumentos de capital		91 856	49 959
Rendimentos de serviços e comissões	5	709 222	715 868
Encargos com serviços e comissões	5	(110 223)	(104 507)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	6	(97 740)	65 864
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	200 799	231 524
Resultados de reavaliação cambial	8	25 619	27 872
Resultados de alienação de outros activos		(4 153)	2 815
Outros resultados de exploração	9	(8 173)	26 300
Proveitos operacionais		1 883 191	1 961 634
Custos com pessoal	10	521 799	502 844
Gastos gerais administrativos	12	404 820	380 346
Depreciações e amortizações	23 e 24	77 962	69 804
Provisões líquidas de anulações	31	19 846	25 408
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	19	274 431	213 184
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17 e 18	57 407	18 187
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22 e 26	24 183	6 085
Custos operacionais		1 380 448	1 215 858
Alienação de subsidiárias e associadas	1	1 673	1 573
Resultados de associadas	25	(28 372)	34 085
Resultado antes de impostos		476 044	781 434
Impostos			
Correntes	32	150 996	86 923
Diferidos	32	(67 486)	65 630
		83 510	152 553
Resultado líquido do exercício		392 534	628 881
Atribuível aos accionistas da Sociedade		75 707	158 342
Atribuível aos interesses minoritários	36	316 827	470 539
		392 534	628 881

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13	2 027 318	1 361 218
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	664 422	720 458
Activos financeiros detidos para negociação	15	3 689 896	3 847 233
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	16	2 161 813	1 426 704
Activos financeiros disponíveis para venda	17	7 094 111	6 238 889
Aplicações em instituições de crédito	18	4 532 376	8 210 331
Crédito a clientes	19	47 049 474	42 170 263
Investimentos detidos até à maturidade	20	2 160 196	407 842
Derivados para gestão de risco	21	936 290	211 890
Activos não correntes detidos para venda	22	148 372	279 408
Outros activos tangíveis	23	638 595	537 932
Activos intangíveis	24	180 958	147 913
Investimentos em associadas	25	670 277	412 915
Activos por impostos correntes		52 747	20 116
Activos por impostos diferidos	32	141 753	23 946
Outros activos	26	3 180 657	2 323 798
Total de activo		75 329 255	68 340 856
Passivo			
Recursos de bancos centrais	27	4 810 458	1 887 622
Passivos financeiros detidos para negociação	15	1 914 423	1 257 201
Recursos de outras instituições de crédito	28	7 783 005	7 197 715
Recursos de clientes	29	26 858 108	24 211 101
Responsabilidades representadas por títulos	30	24 690 688	24 380 002
Derivados para gestão de risco	21	727 475	286 940
Passivos não correntes detidos para venda	22	12 827	233 189
Provisões	31	131 211	143 950
Passivos por impostos correntes		89 527	71 142
Passivos por impostos diferidos	32	37 448	255 903
Passivos subordinados	33	2 828 983	2 094 815
Outros passivos	34	1 316 909	1 525 391
Total de passivo		71 201 062	63 544 971
Capital próprio			
Capital	35	400 000	270 600
Reservas de justo valor	36	(77 143)	162 994
Outras reservas e resultados transitados	36	194 394	112 152
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Sociedade		75 707	158 342
Total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade		592 958	704 088
Interesses minoritários	36	3 535 235	4 091 797
Total de capital próprio		4 128 193	4 795 885
Total de passivo e capital próprio		75 329 255	68 340 856

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(milhares de euros)

	Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Sociedade	Total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade	Interesses minoritários	Total de capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	270 600	127 049	(186 640)	374 878	585 887	3 649 622	4 235 509
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	35 945	-	-	35 945	115 913	151 858
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	943	-	943	407	1 350
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de impostos (ver Nota 11)	-	-	280	-	280	750	1 030
Resultado líquido do exercício	-	-	-	158 342	158 342	470 539	628 881
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	35 945	1 223	158 342	195 510	587 609	783 119
Constituição de reservas	-	-	340 241	(340 241)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias da ESF(P) ^(a)	-	-	(33 554)	(34 637)	(68 191)	-	(68 191)
de subsidiárias	-	-	-	-	-	(158 136)	(158 136)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	(9 118)	-	(9 118)	(24 362)	(33 480)
Outras variações em interesses minoritários (ver Nota 36)	-	-	-	-	-	37 064	37 064
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	270 600	162 994	112 152	158 342	704 088	4 091 797	4 795 885
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	(240 137)	-	-	(240 137)	(687 963)	(928 100)
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	(591)	-	(591)	(5 044)	(5 635)
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de impostos (ver Nota 11)	-	-	140	-	140	377	517
Resultado líquido do exercício	-	-	-	75 707	75 707	316 827	392 534
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	(240 137)	(451)	75 707	(164 881)	(375 803)	(540 684)
Constituição de reservas	-	-	129 658	(129 658)	-	-	-
Aumento de capital	129 400	-	-	-	129 400	-	129 400
Dividendos de acções ordinárias da ESF(P) ^(b)	-	-	(37 884)	(28 684)	(66 568)	-	(66 568)
de subsidiárias	-	-	-	-	-	(181 603)	(181 603)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	(9 081)	-	(9 081)	(24 399)	(33 480)
Outras variações em interesses minoritários (ver Nota 36)	-	-	-	-	-	25 243	25 243
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	400 000	(77 143)	194 394	75 707	592 958	3 535 235	4 128 193

^(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,64 euros e a um dividendo antecipado por acção de 0,62 euros pagos às acções em circulação em 2006 e em 2007, respectivamente.

^(b) Corresponde a um dividendo por acção de 0,53 euros e a um dividendo antecipado por acção de 0,70 euros pagos às acções em circulação em 2007 e em 2008, respectivamente.

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - S.G.P.S., S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2008	31.12.2007
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		4 782 940	3 258 656
Juros e custos pagos		(3 741 280)	(2 313 543)
Serviços e comissões recebidas		723 498	747 344
Serviços e comissões pagas		(112 997)	(113 403)
Recuperações de créditos		21 954	34 857
Contribuições para o fundo de pensões		(537 882)	(42 951)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(478 713)	(804 013)
		657 520	766 947
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades de natureza obrigatória e recursos em bancos centrais		2 650 532	(112 707)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(164 940)	634 547
Aplicações em instituições de crédito		3 674 695	(614 065)
Recursos de instituições de crédito		553 681	1 100 195
Crédito a clientes		(5 022 649)	(7 380 987)
Recursos de clientes e outros empréstimos		2 588 460	1 776 876
Derivados para gestão de risco		7 000	(11 968)
Outros activos e passivos operacionais		(855 921)	(710 936)
		4 088 378	(4 552 098)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros			
Impostos sobre os lucros pagos		(165 245)	(62 700)
		3 923 133	(4 614 798)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais			
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(274 376)	(79 664)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		6 133	12 107
Dividendos recebidos		120 444	83 208
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(26 825 756)	(14 313 458)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		24 458 742	13 358 849
Investimentos detidos até à maturidade		(1 188 807)	119 434
Compra de imobilizações		(228 762)	(307 536)
Venda de imobilizações		522	3 367
		(3 931 860)	(1 123 693)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos de accionistas		233 125	40 425
Reembolso de empréstimos de accionistas		(69 900)	-
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		12 057 337	9 467 710
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(12 221 988)	(3 205 608)
Emissão de passivos subordinados		780 882	21 134
Reembolso de passivos subordinados		(154 456)	(129 690)
Acções próprias		11 599	22 295
Dividendos de acções ordinárias pagos		(248 170)	(219 275)
Dividendos de acções preferenciais pagos		(33 480)	(33 480)
		354 949	5 963 511
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento			
Varição líquida em caixa e seus equivalentes			
		346 222	225 020
Caixa e equivalentes no início do exercício			
		1 582 932	1 372 205
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(5 380)	(14 293)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		346 222	225 020
		1 923 774	1 582 932
Caixa e equivalentes no fim do exercício			
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	13	249 979	277 260
Disponibilidades em Bancos Centrais	13	1 777 339	1 083 958
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória	13	(767 966)	(498 744)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	664 422	720 458
Total		1 923 774	1 582 932

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

Nota 1 – Actividade e estrutura do grupo

A **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (ESF(P))** foi constituída em 10 de Setembro de 1990 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", ao abrigo do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, e tem como único objecto a gestão de participações sociais noutras empresas, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A ESF(P) faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pelo Espírito Santo Financial Group S.A., com sede no Luxemburgo.

Através das suas subsidiárias, o Grupo (ESF(P) e suas subsidiárias) dedica-se a uma grande variedade de actividades financeiras centradas no Banco Espírito Santo, S.A. ("BES"), no Banco Espírito Santo Angola, S.A.R.L. (BESA) e no Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ("BESI").

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

A estrutura do grupo de empresas nas quais a ESF(P) detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL), SGPS, SA	1990	-	Portugal	Gestão de participações sociais		
PARTRAN, SGPS, SA	1990	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	45,0%	Eq. Patrimonial
BESPAR, SGPS, SA	1991	1991	Portugal	Gestão de participações sociais	67,4%	Integral
BANCO ESPÍRITO SANTO, SA (BES)	1937	1991	Portugal	Banca	40%	Integral
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100%	Integral
Espírito Santo Servicios, SA	1996	1997	Espanha	Colocação de seguros	99,98%	Integral
Espírito Santo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de activos	92,50%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	66%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SARL (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	79,96%	Integral
BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	2008	2008	Angola	Gestão de fundos de investimento	79,33%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank, Inc. (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	98,45%	Integral
BES Betiefigungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100%	Integral
Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PÇMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	100%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	85%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Banco Espírito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100%	Integral
ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	100%	Integral
Espírito Santo Financial Consultants, SA (ESFC)	1999	2000	Portugal	Gestão de patrimónios	100%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	40,96%	Integral
Espírito Santo Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	84,90%	Integral
Espírito Santo Data, S.G.P.S., SA (ESDATA)	1989	1995	Portugal	Prestação de serviços informáticos	100%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
Céntimo, SGPS, SA (CÉNTIMO)	1988	1995	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	81%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58,79%	Integral
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	57,09%	Integral
Europ Assistance - Comp. Portuguesa Seguros Assistência, SA (EURASS)	1993	1993	Portugal	Seguros	23%	Eq. Patrimonial
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	50%	Eq. Patrimonial
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25%	Eq. Patrimonial
Fiduprivate - Soc. de Serviços, Consult., Adm. de Empresas, SA (FIDUPRIVATE)	1994	1994	Portugal	Prestação de serviços de consultoria	24,76%	Eq. Patrimonial
Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA (ESUMÉDICA)	1994	1994	Portugal	Prestação de cuidados médicos	24,90%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	22,50%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	45%	Eq. Patrimonial

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100%	Integral
<i>Esírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)</i>	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
<i>HLC - Centrais de Cogeração, S.A.</i>	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,5%	Eq. Patrimonial
<i>Coporgest</i>	2002	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	25%	Eq. Patrimonial
<i>Neumáticos Andrés Investment, S.A.</i>	2006	2006	Espanha	Prestação de serviços diversos	17,68%	Eq. Patrimonial ³⁾
<i>Synergy Industry and Technology, S.A.</i>	2006	2007	Espanha	Gestão de participações sociais	18,67%	Eq. Patrimonial ³⁾
<i>Salgar Investments, S.L.</i>	2007	2007	Espanha	Prestação de serviços	23,58%	Eq. Patrimonial
<i>Sô Peso Restauração e Hotelaria, S.A.</i>	2006	2007	Portugal	Restauração e hotelaria	9,77%	Eq. Patrimonial ³⁾
<i>ESSI Comunicações SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>ESSI SGPS, SA</i>	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Concordia - Espírito Santo Investment</i>	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	85,42%	Integral
<i>Esírito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100%	Integral
<i>Morumbi Capital Fund</i>	2005	2005	Ilhas Caimão	Fundo	95,16%	Integral
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>ESSI FIN, SGPS, SA</i>	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	60%	Integral
<i>Fin Solutia - Consultoria de Gestão de Créditos, SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão e recuperação de créditos	29,70%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Company, SP</i>	2007	2008	Polónia	Serviços diversos	33%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Capital SP</i>	2007	2008	Polónia	Serviços diversos	33%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Management Company, SP</i>	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	25%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Investimentos, Ltda</i>	1996	1996	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>BES Investimento do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
<i>Esírito Santo Capital Brasil, SA</i>	2005	2005	Brasil	Gestão de participações sociais	90%	Integral
<i>BES Securities do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral
<i>Gespar S/C, Ltda.</i>	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral
<i>BES Activos Financeiros, Ltda</i>	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	82,50%	Integral
<i>FI Multimercado Treasury</i>	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
<i>BRB Internacional, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
<i>Prosport - Com. Desportivas, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25%	Eq. Patrimonial
<i>Apolo Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
<i>Cominvest- SGII, S.A.</i>	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49%	Integral
<i>Kutaya</i>	1999	1999	Portugal	Gestão e Trading Internacional	100%	Integral
<i>Fundo Espírito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,69%	Eq. Patrimonial
BES Beteteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL)</i>	1983	2002	Ilhas Caimão	Banca	100%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	85%	Integral
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Esírito Santo International Management, SA</i>	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	84,83%	Integral
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA</i>	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Esírito Santo Fundo de Pensões, SA</i>	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Capital Mais - Assessoria Financeira, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>Esírito Santo International Asset Management, Ltd.</i>	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	41,65%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Gestão de Patrimónios, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA</i>	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>ESAF - International Distributors Associates, Ltd</i>	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>ESAF - Alternative Asset Management, Ltd</i>	2007	2007	Reino Unido	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Espírito Santo Data, S.G.P.S., SA (ESDATA)	1989	1995	Portugal	Prestação de serviços informáticos	100%	Integral
<i>OBLOG Consulting, SA</i>	1993	1993	Portugal	<i>Prestação de serviços informáticos</i>	66.67%	<i>Eq. Patrimonial</i>
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA</i>	2005	2005	Portugal	<i>Capital de risco</i>	100%	<i>Integral</i>
<i>SGPICE Soc. de Serviços de Gestão</i>	2001	2001	Portugal	<i>Gestão de portais na internet</i>	33.33%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Jampur - Trading Internacional, Lda. (JAMPUR)</i>	1999	2001	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	100%	<i>Integral</i>
<i>Espírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)</i>	2000	2000	Portugal	<i>Gestão de call centers</i>	41.67%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA (ES Vénétie)</i>	1927	1993	França	<i>Banca</i>	42.69%	<i>Eq. Patrimonial</i>
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58.79%	Integral
<i>Atlantic Ventures Corporation</i>	2006	2006	EUA	<i>Gestão de participações sociais</i>	58.79%	<i>Integral</i>
<i>Sousacamp, SGPS, SA</i>	2007	2007	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	22.99%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Global Active - SGPS, SA</i>	2006	2006	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	14.69%	<i>Eq. Patrimonial ^{a)}</i>
<i>Outsystems, SA</i>	2007	2007	Portugal	<i>Tecnologias de informação</i>	16.04%	<i>Eq. Patrimonial ^{a)}</i>
<i>Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA</i>	2006	2006	Portugal	<i>Tecnologias de informação</i>	23.53%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Multiwave Photonics, SA</i>	2003	2008	Portugal	<i>Tecnologias de informação</i>	12.20%	<i>Eq. Patrimonial ^{a)}</i>
<i>Bio-Genesis</i>	2007	2007	Brasil	<i>Gestão de participações sociais</i>	21.16%	<i>Eq. Patrimonial</i>
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	57,09%	Integral
<i>Decomed, SGPS</i>	2006	2006	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	12,15%	<i>Eq. Patrimonial ^{a)}</i>
<i>Soprattutto Café, S.A</i>	2006	2006	Portugal	<i>Comércio e dist. Equipamentos de café</i>	25,59%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Enkrott SA</i>	2006	2006	Portugal	<i>Gestão e Tratamento de Águas</i>	17,13%	<i>Eq. Patrimonial ^{a)}</i>
<i>Rodi - Sinks & Ideas, SA</i>	2006	2006	Portugal	<i>Indústria metálica</i>	25,29%	<i>Eq. Patrimonial</i>
Espírito Santo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de activos	92.5%	Integral
<i>Espírito Santo Gestion, SA, SGIIC</i>	2001	2001	Espanha	<i>Gestão de activos</i>	92.50%	<i>Integral</i>
<i>Espírito Santo Pensiones, S.G.F.P., SA</i>	2001	2001	Espanha	<i>Gestão de fundos de pensões</i>	92.50%	<i>Integral</i>
Espírito Santo Bank, Inc. (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	98,45%	Integral
<i>ES Finacial Services, Inc.</i>	2000	2000	Estados Unidos	<i>Corretagem</i>	79,25%	<i>Integral</i>
<i>Tagide Properties, Inc.</i>	1991	1991	Estados Unidos	<i>Gestão de investimentos imobiliários</i>	98,45%	<i>Integral</i>
<i>Espírito Santo Representaciones</i>	2003	2003	Uruguai	<i>Serviços de representação</i>	98,45%	<i>Integral</i>
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	40.96%	Integral
<i>Concessionaria Autopista Perote-Xalapa, CV</i>	2008	2008	México	<i>Concessionária de auto-estradas</i>	8.19%	<i>Eq. Patrimonial ^{a)}</i>
<i>Ascendil - Concessões de Transportes, SGPS, SA</i>	2007	2008	Portugal	<i>Concessionária de auto-estradas</i>	16.38%	<i>Eq. Patrimonial ^{a)}</i>
<i>Lusoscut - Auto-Estradas da Costa de Prata, S.A.</i>	2000	2000	Portugal	<i>Concessionária de auto-estradas</i>	9.17%	<i>Eq. Patrimonial ^{a)}</i>
<i>Lusoscut - Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A.</i>	2001	2001	Portugal	<i>Concessionária de auto-estradas</i>	9.17%	<i>Eq. Patrimonial ^{a)}</i>
<i>Lusoscut - Auto-Estradas do Grande Porto, S.A.</i>	2002	2002	Portugal	<i>Concessionária de auto-estradas</i>	9.17%	<i>Eq. Patrimonial ^{a)}</i>

- a) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.

Adicionalmente, o Grupo consolida entidades de finalidade especial, constituídas no âmbito das operações de titularização as quais são referidas na Nota 40.

No decorrer do exercício de 2008 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo, das quais se destacam as seguintes:

- Empresas subsidiárias

- Constituição em 14 de Março de 2008 da BESAACTIVE – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., detida pelo BES Angola e pela ESAF em 62% e 35%, respectivamente. Esta subsidiária encontra-se sedeadada em Angola, e consolida integralmente no Grupo ESF(P);
- Em Julho de 2008, o BES alienou a participação de 35% que detinha na ES Contact Center – Gestão de Call Centers, S.A. à Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., mantendo o Grupo

ESF(P) 41,67% da empresa por via da participação detida pela ESTV. A ESCC a partir dessa data, passou a ser incluída nas contas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

- No âmbito do processo de fusão da ES Concessões e da OPCA – GEST – Gestão, Exploração e Administração de Concessões, Obras Públicas, S.A., concretizado em 11 de Dezembro de 2008, ocorreu um aumento de capital da primeira sociedade, passando o BES a deter 40,96% da ES Concessões;
- Em 31 de Dezembro de 2008, procedeu-se à fusão por incorporação da Besleasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A. no BES. Desta fusão não resultou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Empresas associadas (ver Nota 25)

- Aquisição, em Fevereiro de 2008, pela ES Concessões, de 20% do capital social da Concessionaria Autopista Perote-Xalapa, CV, pelo valor de 35 056 milhares de euros;
- Em Março de 2008, a ES Concessões passou a consolidar pelo método de equivalência patrimonial a participação representativa de 40% do capital social da Meeseway - Concessões de Transportes, com um valor de aquisição de 2 000 milhares de euros. Em Junho de 2008, esta empresa alterou a denominação social para Ascendi - Concessões de Transportes, SGPS, S.A.;
- No âmbito da fusão da ES Concessões com a OPCA – GEST, as participações nas sociedades Lusoscut – Auto-Estradas da Costa de Prata, S.A., Lusoscut – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A. e Lusoscut – Auto-Estradas do Grande Porto, S.A. passaram a ser consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.
- Alienação, em Maio de 2008, da participação detida pelo Fundo FCR/PME BES na Carlua, SGPS, S.A., gerando uma mais valia de 967 milhares de euros.
- Em Junho de 2008 a ESF(P) adquiriu um lote de 20 279 700 acções representativas de 45% do capital social da PARTRAN – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. à ESFG pelo montante de 199 620 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante de 1 673 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 1 573 milhares de euros) da rubrica ganhos na alienação de subsidiárias e associadas refere-se aos ganhos obtidos na alienação das seguintes participações:

		(milhares de euros)			
Empresa do Grupo detentora da participação		31.12.2008		31.12.2007	
		% de participação alienada	Mais valia	% de participação alienada	Mais valia
Carlua, SGPS, S.A.	Fundo FCR PME / BES	18.34%	967	-	-
ESCC	BES	35.00%	680	-	-
Inovamais, S.A.	Fundo de Capital de Risco ES Ventures II	20.00%	13	-	-
Inova Europe, SPA	Fundo de Capital de Risco ES Ventures II	20.00%	7	-	-
Invent, S.A.	Fundo de Capital de Risco ES Ventures II	20.00%	6	-	-
Sopratutto Café 2, S.A.	Fundo FCR PME / BES	-	-	49.00%	1 013
Sotancro, S.A.	BESI	-	-	44.83%	346
Água Mais	Fundo FCR PME / BES	-	-	29.95%	214
			1 673		1 573

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (ESF(P)) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da ESF(P) agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2008 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2007.

Na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2008, o Grupo adoptou as alterações ao IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações, relativas à transferência de activos financeiros entre categorias, publicadas pelo IASB em Outubro de 2008. Decorrente destas alterações, o Grupo adaptou a sua política contabilística referente a transferências entre categorias (ver política contabilística descrita na Nota 2.6). Os efeitos decorrentes da aplicação em 2008 destas alterações encontram-se incluídos na Nota 20.

Adicionalmente, o Grupo adoptou ainda em 2008 a IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo e a IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção. A adopção destas interpretações não teve efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos

financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 5 de Maio de 2009.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos da ESF(P) e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo ESF(P)), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas da ESF(P) pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades da SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades da SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios da SPE estando por isso exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos da SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas desde 1 de Janeiro de 2004 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Aquisição de interesses minoritários

O *goodwill* resultante da aquisição de interesses minoritários numa subsidiária representa a diferença entre o custo de aquisição do investimento adicional na subsidiária e o valor contabilístico, à data da compra, dos activos líquidos adquiridos, expresso nas contas consolidadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional da ESF(P).

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- **Critérios de classificação**

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

(iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- **Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)**

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- **Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)**

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação de créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.6.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual,

o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- **Activos financeiros ao justo valor através dos resultados**

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 21 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- **Investimentos detidos até à maturidade**

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- **Activos financeiros disponíveis para venda**

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como

a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Durante o mês de Outubro de 2008, o IASB emitiu uma alteração ao IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações. Esta alteração ao IAS 39 veio permitir, em circunstâncias raras, que uma entidade transfira activos financeiros não derivados da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados (com excepção de activos financeiros reconhecidos inicialmente ao justo valor através de resultados), para as categorias de activos financeiros detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Esta alteração veio também permitir a transferência da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Na sequência da publicação desta alteração ao IAS 39, o Grupo procedeu, no quarto trimestre do ano, à transferência de activos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de justo valor através de resultados para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade.

De acordo com as disposições transitórias desta alteração ao IAS 39, as transferências realizadas até 31 de Outubro de 2008, foram efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos determinado com referência a 1 de Julho de 2008, e as transferências realizadas após aquela data foram efectuadas com base no justo valor determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o valor nominal dos activos, será reconhecida em resultados até à maturidade dos activos, com base no método da taxa efectiva.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente

relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

2.10. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de outros activos e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados. O Grupo obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, dos activos recebidos em dação.

Na medida em que estes activos reúnam as condições necessárias à sua alienação imediata e por isso cumpram os requisitos do IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda, são transferidos para activos não correntes detidos para venda e registados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.23.

2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com os IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 –

Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- **Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- **Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15. Benefícios aos empregados

Pensões

Face às responsabilidades assumidas pelo Grupo no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) do sector bancário, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos para o pessoal admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Durante o exercício de 2008 o BES decidiu, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal, proceder à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões, que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pelo Grupo, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor nos termos definidos pelo IAS 19.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do período, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado

dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado semestralmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo, os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o qual as podem vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tenham perante o Banco, ou alternativamente, podem vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA estão contabilizadas como acções próprias, sendo este plano de incentivos enquadrável no âmbito do IFRS 2 – Pagamento com base em acções como um pagamento baseado em acções com liquidação física.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física são avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não são reconhecidas.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BES e das suas subsidiárias têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço definido como 3 anos. O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base

fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicacção de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 3 da IAS 14 – Reporte por segmentos, tendo em consideração que a Sociedade não tem instrumentos de capital ou de dívida cotados, nem se encontra num processo de admissão à cotação de títulos de capital ou de dívida, está dispensada de apresentar o reporte por segmentos.

2.22. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

De acordo com o parágrafo 2 do IAS 33 – Resultados por Acção, tendo em consideração que a Sociedade não tem acções ordinárias ou potenciais acções ordinárias cotadas, nem se encontra num processo de admissão à cotação de acções ordinárias ou potenciais acções ordinárias, está dispensada de apresentar a informação relativa aos resultados por acção.

2.23. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para

alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.24. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e

consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano de 2008, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição (20% em 2007) ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses (seis meses em 2007);
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

3.5. Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua conseqüente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.6. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e

estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da ESF(P) e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.7. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 4 – Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2008			31.12.2007		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
(milhares de euros)						
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	2 817 592	87 295	2 904 887	2 271 698	6 776	2 278 474
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	377 939	377 939	-	412 491	412 491
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	295 210	40 206	335 416	339 457	1 315	340 772
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	219 254	-	219 254	167 182	-	167 182
Juros de derivados para gestão de risco	-	992 874	992 874	-	122 201	122 201
Outros juros e proveitos similares	50 334	-	50 334	49 112	-	49 112
	3 382 390	1 498 314	4 880 704	2 827 449	542 783	3 370 232
Juros e custos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	1 157 766	206 587	1 364 353	880 610	209 918	1 090 528
Juros de recursos de clientes	659 433	16 941	676 374	531 713	4 836	536 549
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	481 026	22 592	503 618	458 142	-	458 142
Juros de passivos subordinados	96 394	33 558	129 952	106 561	10 895	117 456
Juros de derivados para gestão de risco	-	1 111 254	1 111 254	-	219 490	219 490
Outros juros e custos similares	19 169	-	19 169	2 128	-	2 128
	2 413 788	1 390 932	3 804 720	1 979 154	445 139	2 424 293
	968 602	107 382	1 075 984	848 295	97 644	945 939

Incluído em juros de crédito encontra-se o valor de 16 190 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 13 102 milhares de euros) relativo às alterações do montante das provisões para perdas por imparidade do crédito atribuíveis ao efeito do desconto (ver nota 19).

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.18, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

Nota 5 – Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	470 871	483 687
Por garantias prestadas	87 845	64 999
Por operações realizadas com títulos	44 492	63 609
Por compromissos perante terceiros	20 184	17 406
Outros rendimentos de serviços e comissões	85 830	86 167
	709 222	715 868
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	69 548	62 973
Por operações realizadas com títulos	21 699	14 495
Por garantias recebidas	881	249
Outros encargos com serviços e comissões	18 095	26 790
	110 223	104 507
	598 999	611 361

Nota 6 – Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2008			31.12.2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	114 210	107 490	6 720	85 536	113 465	(27 929)
De outros emissores	91 167	69 367	21 800	9 243	5 990	3 253
Acções	84 146	84 226	(80)	102 988	86 015	16 973
Outros títulos de rendimento variável	7 602	47 427	(39 825)	25 978	24 492	1 486
	297 125	308 510	(11 385)	223 745	229 962	(6 217)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	4 153 787	3 381 308	772 479	1 024 759	1 181 110	(156 351)
Contratos sobre taxas de juro	8 906 021	8 908 611	(2 590)	6 570 100	6 512 057	58 043
Contratos sobre acções/índices	1 991 383	2 053 899	(62 516)	1 424 736	1 334 338	90 398
Contratos sobre créditos	905 556	1 010 958	(105 402)	155 214	145 420	9 794
Outros	275 641	915 926	(640 285)	142 130	196 932	(54 802)
	16 232 388	16 270 702	(38 314)	9 316 939	9 369 857	(52 918)
	16 529 513	16 579 212	(49 699)	9 540 684	9 599 819	(59 135)
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	492 582	690 860	(198 278)	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	315 193	239 594	75 599
Acções	3 511	19 306	(15 795)	32 003	815	31 188
Outros títulos de rendimento variável	152 157	217 084	(64 927)	-	-	-
	648 250	927 250	(279 000)	347 196	240 409	106 787
Activos financeiros ⁽¹⁾						
Aplicações em instituições de crédito	35	-	35	49	-	49
Crédito a clientes	30 495	28 077	2 418	626	953	(327)
	30 530	28 077	2 453	675	953	(278)
Passivos financeiros ⁽¹⁾						
Recursos de instituições de crédito	31 166	11 694	19 472	13 033	-	13 033
Recursos de clientes	5 685	9 570	(3 885)	1 544	2 364	(820)
Débitos representados por títulos	298 058	131 891	166 167	44 909	51 911	(7 002)
Outros passivos subordinados	46 752	-	46 752	13 279	-	13 279
	381 661	153 155	228 506	72 765	54 275	18 490
	1 060 441	1 108 482	(48 041)	420 636	295 637	124 999
	17 589 954	17 687 694	(97 740)	9 961 320	9 895 456	65 864

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*.

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui um efeito positivo de 102 126 milhares de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (31 de Dezembro de 2007: efeito positivo de 9 421 milhares de euros).

Em 31 de Dezembro de 2007, encontram-se incluídos em instrumentos financeiros derivados (contratos sobre taxas de juro) cerca de 6,8 milhões de euros de custos inerentes a instrumentos financeiros derivados no âmbito da consolidação de entidades de finalidade especial (de acordo com a SIC 12), as quais foram alienadas durante o ano de 2007.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

Em 2008, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação ascenderam a cerca de 28 438 milhares de euros (2007: 13 291 milhares de euros).

Nota 7 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2008			31.12.2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	4 438	5 114	(676)	3 284	32	3 252
De outros emissores	21 116	59 975	(38 859)	5 773	34 273	(28 500)
Acções	348 328	102 944	245 384	255 818	3 064	252 754
Outros títulos de rendimento variável	3 342	8 392	(5 050)	4 626	608	4 018
	377 224	176 425	200 799	269 501	37 977	231 524

Durante o exercício de 2008, o Grupo procedeu à alienação de (i) 42,7 milhões de acções ordinárias do Bradesco, ajustadas do *stock split* (mais valia: 262,1 milhões de euros), (ii) 29,3 milhões de acções ordinárias da EDP (mais valia: 18,8 milhões de euros) e (iii) 7,6 milhões de acções da Portugal Telecom (mais valia: 8,1 milhões de euros).

Durante o exercício de 2007, o Grupo procedeu à alienação de (i) 7,2 milhões de acções ordinárias do Bradesco, que geraram uma mais valia de 85,5 milhões de euros, (ii) 64,3 milhões de acções ordinárias da EDP que geraram uma mais valia de 41,6 milhões de euros e (iii) 6,9 milhões de acções ordinárias da Portugal Telecom que geraram uma mais valia de 12,8 milhões de euros.

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 39.

Nota 8 – Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2008			31.12.2007		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	1 295 506	1 269 887	25 619	535 066	507 194	27 872
	1 295 506	1 269 887	25 619	535 066	507 194	27 872

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

Nota 9 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Outros proveitos de exploração		
Serviços informáticos	6 565	4 921
Serviços de <i>call center</i>	7 575	7 610
Outros	107 668	100 777
	121 808	113 308
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	12 660	12 934
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	3 901	3 190
Quotizações e donativos	14 325	5 770
Outros	99 095	65 114
	129 981	87 008
	(8 173)	26 300

Nota 10 – Custos com pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Vencimentos e salários	392 822	365 341
Remunerações	387 277	363 981
Prémios por antiguidade (ver Nota 11)	5 545	1 360
Benefícios de saúde - SAMS	19 554	20 288
Outros encargos sociais obrigatórios	47 589	44 210
Custos com pensões de reforma (ver Nota 11)	45 654	53 088
Outros custos	16 180	19 917
	521 799	502 844

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de 8 595 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 9 931 milhares de euros) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver Nota 11).

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 703 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 1 402 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA) e 2 509 milhares de euros relativo ao Plano de pagamento de remuneração variável (PPRV), conforme política contabilística descrita na Nota 2.15. Os detalhes destes planos são analisados na Nota 11.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo ESF(P) são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)			
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Outro pessoal chave da gestão	Total
31 de Dezembro de 2008				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	766	31	15 056	15 853
Custos com pensões de reforma e SAMS	1 499	-	5 035	6 534
Prémios de antiguidade	-	-	178	178
Remunerações variáveis	1 492	-	13 452	14 944
Total	3 757	31	33 721	37 509
31 de Dezembro de 2007				
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	898	23	12 137	13 058
Custos com pensões de reforma e SAMS	241	-	799	1 040
Prémios de antiguidade	-	-	46	46
Remunerações variáveis	1 471	-	13 215	14 686
Total	2 610	23	26 197	28 830

Considera-se pessoal chave da gestão os Administradores das empresas subsidiárias, os Directores Coordenadores e os Assessores do Conselho de Administração do BES.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o valor do crédito concedido pelo Grupo ao pessoal chave da gestão ascendia a 28 725 milhares de euros e 25 641 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de colaboradores do Grupo ESF(P), decompõe-se como segue:

	31.12.2008	31.12.2007
Colaboradores da ESF(P)	4	4
Colaboradores do BES	6 834	6 787
Colaboradores das subsidiárias financeiras do Grupo	2 597	2 131
Total colaboradores em empresas financeiras do Grupo	9 435	8 922
Colaboradores de outras empresas que prestam serviços essencialmente para clientes externos ao Grupo ^{a)}	-	563
Total colaboradores do Grupo	9 435	9 485

a) Em 31 de Dezembro de 2007, o número de colaboradores refere-se à ES Contact Center, que durante o ano de 2008 deixou de consolidar pelo método integral (ver Nota 1)

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo ESF(P) analisa-se como segue:

	31.12.2008	31.12.2007
Funções directivas	900	827
Funções de chefia	998	962
Funções específicas	3 959	4 212
Funções administrativas e outras	3 578	3 484
	9 435	9 485

Nota 11 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Grupo assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Grupo constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT.

Durante o exercício de 1998, o BES e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES, destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. No exercício de 2008 o BES, após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS). Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A..

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Pressupostos Financeiros				
Taxas de evolução salarial	4,00%	3,25%	4,66%	4,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,25%	2,04%	1,59%
Taxas de rendimento do fundo	5,80%	5,25%	-28,03%	12,97%
Taxa de desconto	5,75%	5,25%	-	-
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens			TV 73/77 (ajustada)	
Mulheres			TV 88/90	
Métodos de valorização actuarial			Project Unit Credit Method	

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

As contribuições para o SAMS correspondiam, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a 6,5% da massa salarial. A percentagem correspondente à contribuição a efectuar é estabelecida pelo próprio SAMS, não estando prevista qualquer alteração da mesma.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2008	31.12.2007
Activos	6 292	6 182
Reformados e sobreviventes	5 643	5 540
Total	11 935	11 722

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

(milhares de euros)

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades						
Pensionistas	(1 286 915)	(70 213)	(1 357 128)	(1 397 653)	(80 911)	(1 478 564)
Activos	(671 203)	(36 543)	(707 746)	(572 712)	(29 764)	(602 476)
	(1 958 118)	(106 756)	(2 064 874)	(1 970 365)	(110 675)	(2 081 040)
Saldo dos fundos	1 952 710	103 917	2 056 627	2 233 343	480	2 233 823
Excesso / (défice) de cobertura	-	-	-	262 978	-	262 978
Valores a entregar ao fundo / passivos reconhecidos	(5 408)	(2 839)	(8 247)	-	(110 195)	(110 195)
Desvios actuariais diferidos	955 072	16 100	971 172	305 068	23 019	328 087
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	949 664	13 261	962 925	568 046	(87 176)	480 870

Em 31 de Dezembro de 2008, na sequência da alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões, as coberturas com saldos de fundos incluíam as pensões e os benefícios de saúde. Em 31 de Dezembro de 2007 a cobertura dos benefícios de saúde, no valor de 87 176 milhares de euros encontrava-se assegurada através de passivos reconhecidos em balanço (ver Nota 34).

Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver Nota 26).

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades no início do exercício	1 970 365	110 675	2 081 040	1 891 647	109 797	2 001 444
Custo do serviço corrente	38 618	2 171	40 789	30 292	1 991	32 283
Custo dos juros	105 580	5 884	111 464	87 196	5 085	92 281
Contribuições dos participantes	3 125	1	3 126	2 826	1	2 827
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício:						
- Alteração de pressupostos	(81 301)	(6 383)	(87 684)	(8 258)	(199)	(8 457)
- (Ganhos) e perdas de experiência	23 491	19	23 510	42 590	(1 881)	40 709
Pensões pagas pelo fundo	(101 460)	-	(101 460)	(96 533)	-	(96 533)
Benefícios pagos pelo Grupo	-	(5 779)	(5 779)	-	(5 520)	(5 520)
Reformas antecipadas	5 108	281	5 389	22 158	1 440	23 598
Diferenças cambiais e outros	(5 408)	(113)	(5 521)	(1 553)	(39)	(1 592)
Responsabilidades no final do exercício	1 958 118	106 756	2 064 874	1 970 365	110 675	2 081 040

As responsabilidades associadas com reformas antecipadas, em 31 de Dezembro de 2008, foram reconhecidas por contrapartida da utilização de provisões (ver Nota 31).

Em 31 de Dezembro de 2008, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 16,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 17,0 milhões de euros), e um acréscimo no custo anual do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 1,2 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo dos fundos no início do exercício	2 233 343	480	2 233 823	2 028 303	477	2 028 780
Rendimento real do fundo	(612 249)	(54)	(612 303)	257 763	21	257 784
Contribuições do Grupo	434 392	103 490	537 882	42 951	20	42 971
Contribuições dos empregados	3 125	1	3 126	2 826	1	2 827
Pensões pagas pelo fundo	(101 460)	-	(101 460)	(96 533)	-	(96 533)
Diferenças cambiais e outros	(4 441)	-	(4 441)	(1 967)	(39)	(2 006)
Saldo dos fundos no final do exercício	1 952 710	103 917	2 056 627	2 233 343	480	2 233 823

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

(milhares de euros)

	31.12.2008	31.12.2007
Acções	604 783	1 061 790
Outros títulos de rendimento variável	510 522	246 535
Obrigações	564 293	264 476
Imóveis	204 261	382 637
Outros	172 768	278 385
Total	2 056 627	2 233 823

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2008	31.12.2007
Acções	75 570	51 972
Obrigações	11 033	-
Imóveis	127 319	124 986
Total	213 922	176 958

Em 31 de Dezembro de 2008, as acções detidas pelos fundos de pensões correspondem a 11,3 milhões de acções do BES (31 de Dezembro de 2007: 3,5 milhões de acções do BES).

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios actuariais diferidos no início do exercício	305 068	23 019	328 087	442 352	26 535	468 887
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício:						
- Alteração de pressupostos	(81 301)	(6 383)	(87 684)	(8 258)	(199)	(8 457)
- (Ganhos) e perdas de experiência	750 622	102	750 724	(115 049)	(1 881)	(116 930)
Amortização do exercício	(16 338)	(569)	(16 907)	(11 448)	(1 083)	(12 531)
Amortização adicional por reformas antecipadas	(2 588)	(69)	(2 657)	(2 118)	(357)	(2 475)
Outros	(391)	-	(391)	(411)	4	(407)
Desvios actuariais diferidos no final do exercício	955 072	16 100	971 172	305 068	23 019	328 087
Dos quais:						
Dentro do corredor	194 974	10 689	205 663	223 054	11 067	234 121
Fora do corredor	760 098	5 411	765 509	82 014	11 952	93 966

A evolução dos montantes reflectidos no balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(passivos) no início do exercício	262 978	(110 195)	152 783	136 656	(109 320)	27 336
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	57 810	6 363	64 173	(34 332)	2 080	(32 252)
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	(727 131)	(83)	(727 214)	157 639	(4)	157 635
Encargos do exercício:						
- Custo do serviço corrente	(38 618)	(2 171)	(40 789)	(30 292)	(1 991)	(32 283)
- Custo dos juros	(105 580)	(5 884)	(111 464)	(87 196)	(5 085)	(92 281)
- Rendimento esperado do fundo	114 882	29	114 911	100 124	25	100 149
- Reformas antecipadas	(5 108)	(281)	(5 389)	(22 158)	(1 440)	(23 598)
Outros	967	114	1 081	(414)	-	(414)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	434 392	109 269	543 661	42 951	5 540	48 491
Activos/(passivos) no final do exercício	(5 408)	(2 839)	(8 247)	262 978	(110 195)	152 783

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	38 618	2 171	40 789	30 292	1 991	32 283
Custo dos juros	105 580	5 884	111 464	87 196	5 085	92 281
Rendimento esperado do fundo	(114 882)	(29)	(114 911)	(100 124)	(25)	(100 149)
Amortização do exercício	16 338	569	16 907	11 448	1 083	12 531
Reformas antecipadas	-	-	-	24 276	1 797	26 073
Custos com pessoal	45 654	8 595	54 249	53 088	9 931	63 019

O custo relativo às reformas antecipadas inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A amortização adicional dos desvios actuariais por reformas antecipadas em 2008 foi reconhecida por contrapartida da utilização de provisões (ver Nota 31).

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
No início do exercício	568 046	(87 176)	480 870	579 008	(82 785)	496 223
Custo do exercício	(45 654)	(8 595)	(54 249)	(53 088)	(9 931)	(63 019)
Utilização de provisões	(7 696)	(350)	(8 046)	-	-	-
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	434 392	109 269	543 661	42 951	5 540	48 491
Outros	576	113	689	(825)	-	(825)
No final do exercício	949 664	13 261	962 925	568 046	(87 176)	480 870

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2008		31.12.2007		31.12.2006		31.12.2005		31.12.2004	
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde								
Responsabilidades	(1 958 118)	(106 756)	(1 970 365)	(110 675)	(1 891 647)	(109 797)	(1 826 346)	(117 330)	(1 552 833)	(95 849)
Saldo dos fundos	1 952 710	103 917	2 233 343	480	2 028 303	477	1 816 229	-	1 511 672	-
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	(5 408)	(2 839)	262 978	(110 195)	136 656	(109 320)	(10 117)	(117 330)	(41 161)	(95 849)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	23 491	19	42 590	(1 881)	3 460	(11 577)	39 592	6 548	6 555	410
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	727 131	83	(157 639)	4	(140 990)	-	(69 709)	-	1 169	-

SIBA

No exercício de 2000, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que (i) as podem vender no mercado, (ii) mantê-las em carteira, procedendo neste caso ao pagamento integral da dívida ao Banco ou (iii) vendê-las ao BES pelo seu custo de aquisição.

As principais características de cada plano são como segue:

	Data expectável do fim do plano	Número de acções à data de início de cada plano	Preço médio de exercício (euros)	Número de acções à data de 31.12.2008 ⁽¹⁾	Cobertura por acções
Plano de 2000					
1º lote	Expirado (Dez-04)	548 389	17,37	-	-
2º lote	Expirado (Dez-05)	1 279 576	17,37	-	-
Plano de 2001					
1º lote	Expirado (Mai-06)	1 358 149	11,51	-	-
2º lote	Expirado (Mai-07)	3 169 016	11,51	-	-
Plano de 2002					
1º lote	Expirado (Abr-07)	755 408	12,02	-	-
2º lote	Expirado (Abr-08)	1 762 619	12,02	-	-
Plano de 2003					
1º lote	Expirado (Mai-08)	480 576	14,00	-	-
2º lote	Mai-09	1 121 343	14,00	1 001 231	100%
Plano de 2004					
1º lote	Dez-09	541 599	13,54	106 836	100%
2º lote	Dez-10	1 270 175	13,54	1 371 014	100%

⁽¹⁾ - Inclui as acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão relativo ao aumento de capital de 2006.

O movimento do número de acções subjacentes aos planos em vigor, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foi como segue:

	31.12.2008		31.12.2007	
	Número de acções	Preço médio (euros)	Número de acções	Preço médio (euros)
Saldo no início do exercício	3 484 262	11,89	5 667 612	11,24
Acções alienadas ⁽¹⁾	(1 005 181)	11,54	(2 183 350)	10,21
Saldo no final do exercício	2 479 081	12,04	3 484 262	11,89

⁽¹⁾ Inclui as acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e acções liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

Os pressupostos utilizados na valorização inicial de cada plano foram os seguintes:

	Plano 2004	Plano 2003	Plano 2002	Plano 2001	Plano 2000
Prazo					
1º lote	24 meses	Expirado	Expirado	Expirado	Expirado
2º lote	60 meses	60 meses	Expirado	Expirado	Expirado
Volatilidade	12%	12%	12%	12%	12%
Taxa de juro sem risco					
1º lote	3,04%	2,63%	2,70%	4,38%	4,71%
2º lote	3,22%	3,52%	3,56%	5,01%	5,05%
Dividendo	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%
Justo valor à data de início (milhares de euros)	2 305	2 137	2 830	6 530	3 056

O total de custos reconhecidos com os planos é como segue:

	(milhares de euros)	
	<u>31.12.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 10)	703	1 402

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de Outras reservas conforme política contabilística descrita na Nota 2.15.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008 e na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas do BES, de 31 de Março de 2008, o Banco e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos designado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

Data inicial de referência	02-Jun-2008
Data final de referência	02-Jun-2011
Direitos atribuídos	5 000 000
Preço de referência (euros)	11.00
Taxa de Juro	5.22%
Volatilidade	33.5%
Valor inicial do plano (mil euros)	12 902

Conforme a política contabilística descrita na nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 12 902 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o exercício de 2008 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 2 509 milhares de euros. A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo o valor em 31 de Dezembro de 2008 de 812 mil euros.

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.15, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 27 412 milhares de euros e 23 625 milhares de euros respectivamente (ver Nota 34). Os custos reconhecidos no exercício com o prémio por antiguidade foram de 5 545 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 1 360 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

Nota 12 – Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Rendas e alugueres	62 647	58 225
Publicidade e publicações	45 448	44 592
Comunicações e expedição	39 165	35 939
Conservação e reparação	16 146	16 591
Deslocações e representação	31 980	28 478
Transportes	11 408	10 053
Seguros	6 381	5 908
Serviços especializados		
Informática	50 327	44 863
Trabalho independente	8 400	8 008
Mão de obra eventual	10 816	9 155
Sistema electrónico de pagamentos	12 321	11 709
Estudos e consultas	12 035	13 954
Judiciais, contencioso e notariado	10 138	9 582
Consultores e auditores externos	12 300	12 505
Outros serviços especializados	23 922	29 023
Água, energia e combustíveis	10 016	7 760
Material de consumo corrente	6 232	5 731
Outros custos	35 138	28 270
	404 820	380 346

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informações e bancos de dados. A rubrica Outros custos inclui custos com formação e fornecimentos externos diversos.

As rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis ascendem aos montantes de 179 milhares de euros e 459 milhares de euros com vencimento até 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2012, respectivamente.

Nota 13 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Caixa	249 979	277 260
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	1 161 186	984 887
Outros bancos centrais	616 153	99 071
	1 777 339	1 083 958
	2 027 318	1 361 218

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 767 966 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 498 744 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Durante o exercício de 2008 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 4,07% (2007: 3,94%).

Nota 14 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	285 873	378 824
Depósitos à ordem	<u>37 126</u>	<u>96 043</u>
	<u>322 999</u>	<u>474 867</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	124 580	117 289
Cheques a cobrar	3 263	1 570
Outras disponibilidades	<u>213 580</u>	<u>126 732</u>
	<u>341 423</u>	<u>245 591</u>
	<u>664 422</u>	<u>720 458</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

Nota 15 – Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 553 513	1 366 296
De outros emissores	97 949	153 937
Acções	15 148	187 611
Outros títulos de rendimento variável	2 889	712 199
	1 669 499	2 420 043
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	2 020 397	1 427 190
	3 689 896	3 847 233
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 914 423	1 257 201

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	631 732	412 762
De 3 meses a um ano	453 479	351 206
De um a cinco anos	250 503	409 018
Mais de cinco anos	318 637	581 078
Duração indeterminada	15 148	665 979
	1 669 499	2 420 043

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 553 513	-	1 553 513	1 366 296	-	1 366 296
De outros emissores	44 781	53 168	97 949	145 419	8 518	153 937
Acções	15 148	-	15 148	187 611	-	187 611
Outros títulos de rendimento variável	2 889	-	2 889	12 152	700 047	712 199
	1 616 331	53 168	1 669 499	1 711 478	708 565	2 420 043

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Os instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	31.12.2008			31.12.2007		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	1 183 408			11 779 165		
- vendas	1 186 093	37 508	71 332	11 897 733	112 862	247 220
Currency Swaps						
- compras	1 215 715			373 440		
- vendas	1 229 832	3 818	3 629	325 110	2 000	4 531
Currency Futures	10 571					
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	1 069 029			1 657 950		
- vendas	926 160	154 559	214 750	1 660 293	187 592	176 210
Currency Options	7 710 712	270 688	188 371	4 170 682	57 980	89 482
	14 531 520	466 573	478 082	31 864 373	360 434	517 443
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	1 669 564	1 217	1 471	5 353 657	1 444	342
Interest Rate Swaps	54 909 373	1 179 126	974 341	37 695 485	588 160	360 382
Swaption - Interest Rate Options	5 220 548	8 662	7 745	2 360 536	3 814	2 104
Interest Rate Caps & Floors	9 138 244	67 187	40 568	7 361 058	34 672	30 824
Interest Rate Futures	1 314 551			100 000		
Bonds Options				30 000	665	558
Future Options	20 972 550			5 451 986		189
	93 224 830	1 256 192	1 024 125	58 352 722	628 755	394 399
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	868 417	50 927	61 284	1 835 258	191 300	21 404
Equity / Index Options	4 292 082	186 671	284 943	5 030 269	226 835	309 119
Equity / Index Futures	102 944					
	5 263 443	237 598	346 227	6 865 527	418 135	330 523
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	2 779 578	60 034	65 989	1 608 191	19 866	14 836
Total	115 799 371	2 020 397	1 914 423	98 690 813	1 427 190	1 257 201

Em 31 de Dezembro de 2008, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluía o valor líquido de 5,2 milhões de euros referente ao justo valor passivo dos derivados embutidos, conforme descrito na Nota 2.4 (31 de Dezembro de 2007: 2,8 milhões de euros de justo valor passivo).

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Nocional	Justo valor (líquido)	Nocional	Justo valor (líquido)
Até 3 meses	22 159 442	(130 834)	26 676 635	(99 769)
De 3 meses a um ano	27 487 970	159 994	21 301 291	18 272
De um a cinco anos	49 339 017	76 558	28 482 345	323 321
Mais de cinco anos	16 812 942	256	22 230 542	(71 835)
	115 799 371	105 974	98 690 813	169 989

Nota 16 – Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	1 324 543	1 234 344
Acções	7 146	192 360
Outros títulos	830 124	-
Valor de balanço	2 161 813	1 426 704

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	63 661	468 580
De 3 meses a um ano	568 825	113 332
De um a cinco anos	737 263	155 652
Mais de cinco anos	618 127	496 780
Duração indeterminada	173 937	192 360
	2 161 813	1 426 704

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	716 453	608 090	1 324 543	420 069	814 275	1 234 344
Acções	7 146	-	7 146	192 360	-	192 360
Outros títulos de rendimento variável	167 000	663 124	830 124	-	-	-
	890 599	1 271 214	2 161 813	612 429	814 275	1 426 704

Nota 17 – Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

	(milhares de euros)				
	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 886 264	2 706	(20)	-	1 888 950
De outros emissores	3 133 588	7 254	(34 170)	(27 046)	3 079 626
Acções	1 680 787	36 655	(228 018)	(67 346)	1 422 078
Outros títulos de rendimento variável	709 966	12 105	(6 846)	(11 768)	703 457
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	7 410 605	58 720	(269 054)	(106 160)	7 094 111
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	803 246	911	(1 450)	-	802 707
De outros emissores	2 944 596	27 352	(57 872)	(9 332)	2 904 744
Acções	1 251 511	984 183	(7 774)	(40 207)	2 187 713
Outros títulos de rendimento variável	354 233	4 565	(511)	(14 562)	343 725
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	5 353 586	1 017 011	(67 607)	(64 101)	6 238 889

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidencia objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 37.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	64 101	57 498
Dotações	57 678	20 165
Utilizações	(19 946)	(10 845)
Reversões	(32)	(1 484)
Diferenças de câmbio e outras	4 359	(1 233)
Saldo final	106 160	64 101

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	1 331 963	712 158
De 3 meses a um ano	1 227 702	420 870
De um a cinco anos	926 654	1 371 131
Mais de cinco anos	1 482 257	1 221 488
Duração indeterminada	2 125 535	2 513 242
	7 094 111	6 238 889

As principais posições que justificam o valor da reserva de justo valor, com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são as seguintes:

(milhares de euros)					
31.12.2008					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	412 745	-	(20 493)	-	392 252
Portugal Telecom	454 356	-	(91 222)	-	363 134
EDP	375 893	-	(75 815)	-	300 078
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	7 963	-	(682)	9 761
	1 245 474	7 963	(187 530)	(682)	1 065 225

(milhares de euros)					
31.12.2007					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	286 047	661 695	-	-	947 742
Portugal Telecom	291 914	76 010	-	-	367 924
EDP	263 801	70 497	-	-	334 298
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	8 589	-	(682)	10 387
Bradespar	6 215	22 029	-	-	28 244
	850 457	838 820	-	(682)	1 688 595

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

Em 31 de Dezembro de 2008, as menos valias das principais exposições em activos financeiros disponíveis para venda encontravam-se registadas nas reservas de justo valor, uma vez que não cumpriam os critérios de julgamento para reconhecimento de imparidade, nomeadamente não apresentavam desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição, nem se verificavam valores de mercado inferiores ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.

Durante o exercício de 2008, o BES (i) adquiriu 36,5 milhões de acções, ajustadas do *stock split*, do Banco Bradesco por um valor equivalente a 359,8 milhões de euros, e (ii) alienou 42,7 milhões de acções por 510,7 milhões de euros, das quais 38 milhões à BES Vida, que por sua vez procedeu à sua venda integral no corrente exercício (ver Nota 7 e 39).

No contexto destas transacções, os fundos de investimento mobiliário geridos pela ESAF e o Fundo de Pensões do Grupo adquiriram 25,3 milhões de acções do Banco Bradesco por um valor de cerca de 290,5 milhões de euros e 5,0 milhões de acções do Banco Bradesco por um valor de cerca de 67,1 milhões de euros, respectivamente.

A desagregação dos Activos financeiros disponíveis para venda, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é a seguinte:

	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
(milhares de euros)						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	149 036	1 739 914	1 888 950	85 707	717 000	802 707
De outros emissores	2 787 828	291 798	3 079 626	681 114	2 223 630	2 904 744
Acções	1 180 678	241 400	1 422 078	1 943 689	244 024	2 187 713
Outros títulos de rendimento variável	73 840	629 617	703 457	35 934	307 791	343 725
	4 191 382	2 902 729	7 094 111	2 746 444	3 492 445	6 238 889

Nota 18 – Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	1 326	1 269 865
Depósitos	140 508	83 369
Empréstimos	112 593	67 719
Aplicações de muito curto prazo	58 266	345 042
Outras aplicações	173 022	1 445
	485 715	1 767 440
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	1 605 619	3 541 730
Aplicações de muito curto prazo	191 977	1 137 238
Empréstimos	1 998 801	1 732 552
Outras aplicações	251 286	32 575
	4 047 683	6 444 095
Perdas por imparidade	(1 022)	(1 204)
	4 532 376	8 210 331

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2008, vencem juros à taxa média anual de 4,41% (2007: 4,47%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui 33 635 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 559 687 milhares de euros) de aplicações em instituições de crédito registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 21).

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	2 473 242	7 812 446
De 3 meses a um ano	1 347 718	156 240
De um a cinco anos	352 317	110 002
Mais de cinco anos	354 970	132 596
Duração indeterminada	5 151	251
	4 533 398	8 211 535

Os movimentos ocorridos no exercício com perdas por imparidade em aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	1 204	2 354
Dotações	417	1 757
Reversões	(656)	(2 251)
Diferenças de câmbio e outras	57	(656)
Saldo final	1 022	1 204

Nota 19 – Crédito a clientes

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	11 927 971	9 794 194
Créditos em conta corrente	5 653 679	5 655 418
Locação financeira	3 086 997	2 829 881
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	906 749	1 114 157
<i>Factoring</i>	1 096 588	1 156 111
Descobertos	37 647	49 777
Outros créditos	266 223	245 152
A particulares		
Habitação	10 394 044	9 545 741
Consumo e outros	2 394 856	2 310 264
	35 764 754	32 700 695
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	6 436 457	6 092 130
Créditos em conta corrente	2 076 222	1 520 636
Locação financeira	293 250	288 123
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	179 742	135 949
<i>Factoring</i>	77 692	-
Descobertos	276 742	74 396
Outros créditos	1 585 150	985 137
A particulares		
Habitação	551 043	529 488
Consumo e outros	319 548	326 505
	11 795 846	9 952 364
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	112 777	74 790
De 3 meses a 1 ano	174 977	102 863
De 1 a 3 anos	229 075	212 154
Há mais de 3 anos	120 110	117 792
	636 939	507 599
	48 197 539	43 160 658
Perdas por imparidade	(1 148 065)	(990 395)
	47 049 474	42 170 263

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 4 408,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 2 903,4 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 40). Os passivos associados a estas

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 30 e 40).

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito vivo inclui 2 722 664 milhares de euros de crédito à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias (ver Nota 30).

A 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica incluía 605 737 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 163 726 milhares de euros) de créditos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 21).

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado a Nota 41.

O escalonamento do crédito a clientes por prazo de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	6 503 207	6 591 577
De 3 meses a um ano	4 869 629	5 821 538
De um a cinco anos	10 393 506	8 584 877
Mais de cinco anos	25 794 258	21 655 067
Duração indeterminada	636 939	507 599
	48 197 539	43 160 658

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	990 395	869 327
Dotações	312 950	257 737
Utilizações	(87 441)	(80 481)
Reversões	(38 519)	(44 553)
Efeito do desconto	(16 190)	(13 102)
Diferenças de câmbio e outras	(13 130)	1 467
Saldo final	1 148 065	990 395

O efeito do desconto reflecte o valor do juro reconhecido em relação ao crédito vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

31.12.2008							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	5 343 713	536 339	29 031 563	250 721	34 375 276	787 060	33 588 216
Crédito a particulares - Habitação	1 042 219	205 718	9 978 063	25 428	11 020 282	231 146	10 789 136
Crédito a particulares - Outro	304 240	88 745	2 497 741	41 114	2 801 981	129 859	2 672 122
Total	6 690 172	830 802	41 507 367	317 263	48 197 539	1 148 065	47 049 474

(milhares de euros)

31.12.2007							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	3 283 164	398 599	27 022 385	304 821	30 305 549	703 420	29 602 129
Crédito a particulares - Habitação	871 399	152 696	9 269 550	24 799	10 140 949	177 495	9 963 454
Crédito a particulares - Outro	252 055	68 933	2 462 105	40 547	2 714 160	109 480	2 604 680
Total	4 406 618	620 228	38 754 040	370 167	43 160 658	990 395	42 170 263

O crédito com imparidade calculada em base individual inclui créditos correntes com sinais de imparidade, créditos vencidos há mais de 90 dias e o crédito renegociado.

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito vivo (crédito a clientes excluindo o crédito e juros vencidos) inclui 78 017 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2007: 64 218 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

O juro reconhecido na conta de exploração relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 334,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 239,3 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto do crédito vencido com imparidade.

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

A distribuição do crédito por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Taxa fixa	5 569 098	4 040 800
Taxa variável	42 628 441	39 119 858
	48 197 539	43 160 658

O crédito de locação financeira, por prazos residuais é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	607 861	572 483
De um a cinco anos	1 597 098	2 058 919
Mais de cinco anos	<u>1 368 869</u>	<u>1 172 297</u>
	<u>3 573 828</u>	<u>3 803 699</u>
Juros vincendos		
Até um ano	29 639	117 264
De um a cinco anos	75 071	278 854
Mais de cinco anos	<u>88 871</u>	<u>289 577</u>
	<u>193 581</u>	<u>685 695</u>
Capital vincendo		
Até um ano	578 222	455 219
De um a cinco anos	1 522 027	1 780 065
Mais de cinco anos	1 279 998	882 720
	3 380 247	3 118 004

Nota 20 – Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	504 424	394 935
De outros emissores	1 655 772	12 907
	2 160 196	407 842

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	406 203	19 740
De 3 meses a um ano	142 941	11 298
De um a cinco anos	974 999	351 625
Mais de cinco anos	636 053	25 179
	2 160 196	407 842

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	31.12.2008			31.12.2007		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	504 424	-	504 424	379 768	15 167	394 935
De outros emissores	1 262 253	393 519	1 655 772	-	12 907	12 907
	1 766 677	393 519	2 160 196	379 768	28 074	407 842

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na Nota 41. O Grupo avaliou, com referência a 31 de Dezembro de 2008, a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Durante o exercício de 2008 o Grupo procedeu à transferência de títulos no valor de 767,2 milhões de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	Valor de Aquisição	Na data da transferência				Valor de mercado em Dezembro 2008	Reserva de justo valor amortizada no ano	Impacto em resultados ^{c)}	
		Valor de Balanço	Reserva de justo valor		Valor dos Cash flows futuros ^{a)}				
			Positiva	Negativa					
De Activos financeiros disponíveis para venda	551 897	522 715	424	(29 607)	701 070	5.75%	485 831	925	-
De Activos financeiros detidos para negociação	243 114	244 530	-	-	408 976	11.50%	237 295	-	2 136
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	795 011	767 245	424	(29 607)	1 110 046		723 126	925	2 136

a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; Juros futuros calculados com base nas taxas forwards decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forwards decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data da maturidade do activo.

c) Impacto em resultados consequência das reclassificações com data retroactiva a 1 de Julho.

A reclassificação de activos financeiros detidos para negociação para investimentos detidos até à maturidade, foi realizada no âmbito das alterações efectuadas ao IAS 39 e à IFRS 7 adoptadas pelo Regulamento (CE) nº 1004/2008 emitido em 15 de Outubro de 2008, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6. Esta reclassificação foi efectuada devido à situação excepcionalmente adversa dos mercados, provocada pela crise financeira internacional que caracterizou o exercício de 2008, situação que foi considerada como uma das raras circunstâncias previstas na referida alteração à IAS 39.

No segundo semestre de 2008, o Grupo adquiriu à BES VIDA, para a carteira de investimentos detidos até à maturidade, títulos no valor de 689,5 milhões de euros, dos quais 517,9 milhões de euros foram adquiridos através de *brokers*.

Nota 21 – Derivados para gestão de risco

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

(milhares de euros)				
31.12.2008				31.12.2007
	Cobertura	Gestão do risco	Total	
Derivados para gestão do risco				
Derivados para gestão do risco - activo	598 469	337 821	936 290	211 890
Derivados para gestão do risco - passivo	<u>(193 464)</u>	<u>(534 011)</u>	<u>(727 475)</u>	<u>(286 940)</u>
	405 005	(196 190)	208 815	(75 050)
Componente de justo valor dos activos e passivos cobertos				
Activos financeiros				
Títulos	-	(726)	(726)	(1 805)
Aplicações em instituições de crédito	-	35	35	49
Crédito a clientes	<u>(26 182)</u>	<u>27 929</u>	<u>1 747</u>	<u>(141)</u>
	(26 182)	27 238	1 056	(1 897)
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	(29 920)	8 843	(21 077)	7 234
Recursos de clientes	(4 088)	10 196	6 108	2 087
Responsabilidades representadas por títulos	(258 107)	162 953	(95 154)	67 601
Passivos subordinados	<u>(17 431)</u>	<u>-</u>	<u>(17 431)</u>	<u>23 257</u>
	(309 546)	181 992	(127 554)	100 179
	(335 728)	209 230	(126 498)	98 282

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, a rubrica derivados para gestão de risco inclui, para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2008							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
<i>Currency Interest Rate Swap</i>	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro e câmbio	18 605	(27)	(104)	358	16
<i>Currency Interest Rate Swap</i>	Passivos subordinados	Taxa de juro e câmbio	274 098	(9 390)	19 102	9 196	(19 135)
<i>Currency Interest Rate Swap</i>	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro e câmbio	299 213	(1 763)	(2 415)	(2 243)	2 415
<i>Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	Taxa de Juro	197 572	26 603	25 652	(26 182)	(24 894)
<i>Interest Rate Swap</i>	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de Juro	5 080 698	318 489	286 811	(258 465)	(293 023)
<i>Interest Rate Swap</i>	Passivos subordinados	Taxa de Juro	506 600	33 910	26 527	(26 627)	(27 617)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	Taxa de Juro	196 077	8 232	5 572	(4 088)	(5 685)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de Juro	148 000	28 951	30 660	(27 677)	(30 730)
			6 720 863	405 005	391 805	(335 728)	(398 653)

⁽¹⁾ Atribuível ao risco coberto

⁽²⁾ Inclui juro corrido

(milhares de euros)

31.12.2007							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
<i>Currency Interest Rate Swap</i>	Empréstimos subordinados	Taxa de juro e câmbio	181 895	(22 678)	(11 995)	22 455	12 621
<i>Currency Interest Rate Swap</i>	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro e câmbio	18 777	60	(63)	265	(32)
<i>Currency Interest Rate Swap</i>	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro e câmbio	407 405	(4 841)	(4 191)	4 633	4 191
<i>Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	Taxa de juro	91 993	1 210	969	(767)	(953)
<i>Interest Rate Swap</i>	Passivos subordinados	Taxa de juro	20 000	(864)	(593)	802	658
<i>Interest Rate Swap</i>	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	2 564 460	(15 405)	46 205	30 690	(41 027)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	Taxa de juro	307 859	1 057	(1 580)	1 286	395
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de Juro	128 000	(1 228)	(9 130)	2 601	8 842
			3 720 389	(42 689)	19 622	61 965	(15 305)

⁽¹⁾ Atribuível ao risco coberto

⁽²⁾ Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2008, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 6,8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: proveito de 4,3 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8, e que o Grupo não designou para

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2008								
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade ⁽¹⁾
	Activo							
<i>FX swap</i>	Aplicações em Instituições de Crédito	33 670	(145)	(145)	35	35	33 635	33 635
<i>Interest Rate Swap</i>	Bilhetes do tesouro	231 514	280	280	(726)	3 216	228 000	228 000
<i>Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	563 308	(27 073)	(19 204)	27 929	27 312	605 737	579 291
	Passivo							
<i>Credit Default Swap</i>	Débitos representados por títulos	50 045	(7 031)	(7 201)	5 214	5 340	39 907	47 221
<i>Currency Interest Rate Swap</i>	Débitos representados por títulos	41 283	(1 127)	(6 315)	1 374	7 848	61 382	53 543
<i>Equity/ Index Swap</i>	Débitos representados por títulos	452 832	(42 689)	(39 794)	55 745	58 923	226 469	289 044
<i>Index swap</i>	Débitos representados por títulos	49 281	(547)	(1 369)	222	997	47 191	47 201
<i>Interest Rate Swap / Forwards</i>	Débitos representados por títulos	1 456 159	(119 409)	(121 802)	101 106	54 440	1 344 094	1 402 724
<i>Interest Rate Swap e FX Options</i>	Débitos representados por títulos	10 390	521	521	(708)	(708)	3 784	4 153
<i>Credit Default Swap</i>	Recursos de Instituições de Crédito	150 000	(1 050)	(1 082)	1 083	1 083	148 917	150 000
<i>FX swap</i>	Recursos de Instituições de Crédito	1 494 617	1 129	1 129	(436)	(436)	1 484 940	1 484 940
<i>Interest Rate e Credit Default Swap</i>	Recursos de Instituições de Crédito	39 020	(416)	(416)	332	332	28 092	27 760
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de Instituições de Crédito	7 894	(301)	(301)	7 864	7 864	8 135	8 523
<i>Index Swap / Interest Rate Swap</i>	Recursos de Clientes	25 838	1 668	(20 179)	10 196	9 570	122 630	112 434
		4 605 851	(196 190)	(215 878)	209 230	175 816	4 380 913	4 466 469

⁽¹⁾ Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade

(milhares de euros)

31.12.2007								
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade ⁽¹⁾
	Activo							
<i>Currency Swap</i>	Aplicações em instituições de crédito	561 051	3 716	(198)	49	49	559 687	561 051
<i>Interest Rate Swap</i>	Activos financeiros detidos para negociação	185 000	319	467	(1 805)	1 098	187 545	189 350
<i>Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	122 000	511	511	626	626	163 726	162 668
	Passivo							
<i>Equity Swap</i>	Recursos de clientes	18 969	(192)	(27)	29	29	18 897	14 575
<i>Index Swap</i>	Responsabilidades representadas por títulos	185 800	13 827	4 474	(12 432)	(1 898)	195 903	181 223
<i>Index Swap</i>	Recursos de clientes	82 702	(429)	172	(180)	(275)	82 407	66 204
<i>Interest Rate Swap</i>	Responsabilidades representadas por títulos	1 186 741	(49 099)	(33 613)	49 078	35 955	905 223	969 483
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	90 862	(1 014)	961	952	(969)	90 041	90 325
		2 433 125	(32 361)	(27 253)	36 317	34 615	2 203 429	2 234 879

⁽¹⁾ Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Grupo, ascende em 31 de Dezembro de 2008 a 109 725 milhares de euros de proveitos em termos acumulados (31 de Dezembro de 2007: 7 599 milhares de euros de proveitos) e 102 126 milhares de euros de proveitos gerados no exercício (31 de Dezembro de 2007: 9 421 milhares de euros de proveitos do exercício).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	8 003 253	(107 611)	886 563	9 381
De 3 meses a um ano	1 318 965	(63 654)	1 460 489	8 863
De um a cinco anos	5 518 979	101 442	1 889 030	(3 317)
Mais de cinco anos	2 452 779	278 638	1 917 432	(89 977)
	17 293 976	208 815	6 153 514	(75 050)

Nota 22 – Activos e passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Activos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	17 042	12 827	235 993	233 189
Imóveis	151 954	-	49 499	-
Equipamento	1 413	-	-	-
Outras imobilizações	1 339	-	-	-
	154 706	-	49 499	-
Perdas por imparidade	(23 376)	-	(6 084)	-
	131 330	-	43 415	-
	148 372	12 827	279 408	233 189

Os valores apresentados referem-se (i) a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo, e (ii) a imóveis recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata.

Em 31 de Dezembro de 2008 o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 31 367 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 15 855 milhares de euros), tendo o Grupo registado uma perda por imparidade no valor de 6 863 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2007: 2 299 milhares de euros).

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2008 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	49 499	-
Entradas	132 163	60 998
Vendas	(28 290)	(11 744)
Outros movimentos	1 334	245
Saldo final	154 706	49 499

As entradas referem-se a activos inicialmente registados na rubrica de Outros activos, que foram transferidos para esta categoria de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	6 084	-
Dotações	16 131	2 605
Utilizações	(4 848)	(2 017)
Reversões	(134)	(45)
Transferências ^(a)	6 143	5 541
Saldo final	23 376	6 084

^(a) Imparidade transferida da rubrica de Outros activos, no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11 (ver Nota 26).

Nota 23 – Outros activos tangíveis

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Imóveis		
De serviço próprio	407 858	405 878
Beneficiações em edifícios arrendados	223 583	200 834
Outros	341	3 913
	631 782	610 625
Equipamento		
Equipamento informático	259 053	248 451
Instalações interiores	118 922	103 341
Mobiliário e material	116 769	105 651
Equipamento de segurança	31 021	24 868
Máquinas e ferramentas	33 665	32 967
Material de transporte	5 402	4 702
Outros	5 340	6 150
	570 172	526 130
Outras imobilizações	1 119	804
	1 203 073	1 137 559
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	17 265	16 275
Imóveis	86 215	12 049
Equipamento	9 430	17 934
Outros	1 026	365
	113 936	46 623
	1 317 009	1 184 182
Depreciação acumulada	(678 414)	(646 250)
	638 595	537 932

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	483 211	480 778	1 789	34 328	1 000 106
Adições	47 710	35 148	272	56 454	139 584
Abates / vendas	(3 567)	(14 104)	(32)	-	(17 703)
Transferências (a)	10 668	24 646	-	(44 736)	(9 422)
Variação cambial	(1 269)	(883)	(14)	(173)	(2 339)
Outros movimentos (b)	73 872	545	(1 211)	750	73 956
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	610 625	526 130	804	46 623	1 184 182
Adições	11 413	29 728	-	124 250	165 391
Abates / vendas	(2 490)	(9 677)	(23)	(2)	(12 192)
Transferências (c)	11 363	27 677	324	(57 864)	(18 500)
Variação cambial	1 899	(497)	13	550	1 965
Outros movimentos (d)	(1 028)	(3 189)	1	379	(3 837)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	631 782	570 172	1 119	113 936	1 317 009
Depreciações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	219 050	397 681	350	-	617 081
Depreciações do exercício	17 082	26 761	240	-	44 083
Abates / vendas	(3 036)	(13 965)	(32)	-	(17 033)
Transferências (a)	(2 946)	3 362	-	-	416
Variação cambial	(151)	(917)	(10)	-	(1 078)
Outros movimentos	-	2 931	(150)	-	2 781
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	229 999	415 853	398	-	646 250
Depreciações do exercício	17 920	30 815	257	-	48 992
Abates / vendas	(2 498)	(9 192)	(23)	-	(11 713)
Transferências (c)	(1 873)	(1 134)	-	-	(3 007)
Variação cambial	146	(156)	10	-	-
Outros movimentos (d)	160	(2 055)	(213)	-	(2 108)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	243 854	434 131	429	-	678 414
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	387 928	136 041	690	113 936	638 595
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	380 626	110 277	406	46 623	537 932

(a) Inclui 13 576 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 207 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço

(b) Inclui 73 509 milhares de euros referentes à consolidação pela primeira vez em 2007 da sociedade Praça do Marquês

(c) Inclui 18 500 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 3 007 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço

(d) Inclui 4 287 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 2 243 milhares de euros de amortizações acumuladas referente à desconsolidação da ES Contact Center

Nota 24 – Activos intangíveis

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Goodwill	72 207	64 183
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	20 847	13 324
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	483 475	428 285
Outras	1 025	1 099
	484 500	429 384
Imobilizações em curso	21 210	31 106
	598 764	537 997
Amortização acumulada	(417 806)	(390 084)
	180 958	147 913

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.13).

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	<i>Goodwill</i>	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	60 024	411 469	30 393	19 429	521 315
Adições:					
Geradas internamente	-	91	-	6 042	6 133
Adquiridas a terceiros	3 854	14 675	150	26 739	45 418
Abates / vendas	-	(3 941)	(27 058)	-	(30 999)
Transferências	-	15 633	392	(20 179)	(4 154)
Variação cambial	-	45	-	(10)	35
Outros movimentos	305	3 637	(2 778)	(915)	249
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	64 183	441 609	1 099	31 106	537 997
Adições:					
Geradas internamente	-	142	-	8 173	8 315
Adquiridas a terceiros	8 147	16 134	74	30 701	55 056
Abates / vendas	-	(390)	(31)	-	(421)
Transferências	-	48 908	(108)	(48 800)	-
Variação cambial	(124)	112	23	29	40
Outros movimentos	1	(2 193)	(32)	1	(2 223)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	72 207	504 322	1 025	21 210	598 764
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	-	370 247	25 674	-	395 921
Amortizações do exercício	-	25 494	227	-	25 721
Abates / vendas	-	(3 940)	(25 200)	-	(29 140)
Transferências	-	(3 230)	(392)	-	(3 622)
Variação cambial	-	46	-	-	46
Outros movimentos	-	368	790	-	1 158
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	-	388 985	1 099	-	390 084
Amortizações do exercício	-	28 731	239	-	28 970
Abates / vendas	-	(347)	(31)	-	(378)
Transferências	-	(512)	512	-	-
Variação cambial	-	62	7	-	69
Outros movimentos	-	(3)	(936)	-	(939)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	-	416 916	890	-	417 806
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	72 207	87 406	135	21 210	180 958
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	64 183	52 624	-	31 106	147 913

No exercício de 2008, a variação ocorrida no *goodwill* deve-se, fundamentalmente, à aquisição de 10,64% da BES Leasing e Factoring, da qual resultou um *goodwill* de 7 893 milhares de euros. A variação ocorrida no *goodwill* em 2007 deve-se, fundamentalmente, à aquisição de 51% da ES DATA, da qual resultou um *goodwill* de 3 691 milhares de euros.

Nota 25 – Investimentos em associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
BES VIDA	7 699 814	7 647 855	7 600 312	7 375 001	99 502	272 854	1 103 970	822 964	(67 861)	52 218	279 451	279 451
PARTRAN	1 881 805	-	1 649 435	-	232 370	-	441 751	-	(13 895)	-	199 620	-
BES VÉNÉTIE	1 335 734	1 288 135	1 185 707	1 187 920	150 027	100 215	98 142	87 942	11 423	12 889	42 293	22 000
LOCARENT	320 322	291 074	314 543	286 903	5 779	4 171	94 542	72 839	1 608	1 107	2 517	2 517
BES SEGUROS	115 515	108 662	92 532	84 207	22 983	24 455	64 516	61 862	4 008	4 723	3 749	3 749
ESEGUR	42 419	41 466	29 788	31 552	12 631	9 914	64 482	62 369	5 020	3 609	9 634	9 634
EUROP ASSISTANCE	32 072	31 401	23 255	21 778	8 817	9 623	26 432	26 046	1 581	1 211	1 147	1 147
FUNDO ES IBERIA	23 939	26 430	790	1 938	23 149	24 492	652	26	(562)	(1 262)	10 496	10 496
SCI GEORGES MANDEL	12 432	11 916	35	40	12 397	11 876	1 270	1 133	521	353	2 401	2 401
BRB INTERNACIONAL	12 350	11 756	12 203	10 213	147	1 543	2 105	59	(2 619)	(1 002)	10 033	10 033
SGPICE	3 722	2 577	14 025	10 614	(10 303)	(8 037)	10 139	6 255	(1 707)	(612)	2 667	2 667
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA	284 861	-	134 217	-	150 644	-	-	-	-	-	35 056	-
LUSOSCUR COSTA DE PRATA	424 782	-	394 851	-	29 931	-	44 290	-	9 704	-	9 972	-
LUSOSCUR BEIRA LITORAL E ALTA	1 020 565	-	925 025	-	95 540	-	122 327	-	30 087	-	23 776	-
LUSOSCUR GRANDE PORTO	674 060	-	643 086	-	30 974	-	53 809	-	352	-	27 948	-
ASCENDI	7 952	-	3 023	-	4 929	-	-	-	(71)	-	2 000	-
RODI SINKS & IDEAS	49 819	36 659	33 770	21 211	16 049	15 448	14 825	-	751	(225)	1 240	1 240
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57 213	45 819
											721 213	391 154

Nota: Dados ajustados para efeitos de consolidação

(milhares de euros)

	% detida		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível ao Grupo	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
	BES VIDA	50,00%	50,00%	208 582	297 207	(35 880)
PARTRAN	45,00%	-	184 605	-	(10 033)	-
BES VÉNÉTIE	42,69%	40,00%	64 187	40 089	4 609	5 156
LOCARENT	45,00%	45,00%	2 722	1 998	724	497
BES SEGUROS	25,00%	25,00%	5 743	6 112	1 001	1 180
ESEGUR	44,00%	44,00%	12 402	11 206	2 209	1 468
EUROP ASSISTANCE	23,00%	23,00%	2 028	2 214	364	279
FUNDO ES IBERIA	38,69%	38,69%	9 342	9 811	(519)	(488)
SCI GEORGES MANDEL	22,50%	22,50%	2 789	2 672	117	79
BRB INTERNACIONAL	24,93%	24,93%	37	386	(349)	(274)
SGPICE	33,33%	33,33%	-	-	-	-
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA ^{a)}	8,19%	-	30 154	-	-	-
LUSOSCUR COSTA DE PRATA ^{a)}	9,17%	-	18 714	-	554	-
LUSOSCUR BEIRA LITORAL E ALTA ^{a)}	9,17%	-	43 909	-	1 290	-
LUSOSCUR GRANDE PORTO ^{a)}	9,17%	-	23 788	-	87	-
ASCENDI ^{a)}	16,38%	-	1 972	-	(28)	-
RODI SINKS & IDEAS	25,29%	25,29%	5 773	5 560	213	(168)
Outras	-	-	53 530	35 660	7 269	2 426
			670 277	412 915	(28 372)	34 085

a) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	412 915	408 600
Alienações	(4 460)	(10 534)
Aquisições (b)	336 072	43 140
Resultado de associadas	(28 372)	34 085
Reserva de justo valor de associadas (a)	(34 598)	(24 063)
Dividendos recebidos	(28 588)	(33 249)
Diferenças de câmbio e outras (b)	17 308	(5 064)
Saldo final	670 277	412 915

(a) Correspondente essencialmente à variação de reservas de justo valor da BES Vida e da Partran

(b) Em 2008 corresponde essencialmente aos movimentos de consolidação das Lusoscut Beira Litoral, Grande Porto e Costa de Prata, da Perote-Xalapa e da Partran

Em Junho de 2008 o Grupo adquiriu 45% do capital social da Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.. Esta transacção foi contabilizada numa base provisional, de acordo com o IFRS 3. Durante o primeiro semestre de 2009 o Grupo completará o processo de determinação do justo valor dos activos identificáveis, passivos e passivos contingentes.

Nota 26 – Outros activos

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Devedores e outras aplicações		
Cauções prestadas pela realização de contratos de opções	314 414	208 910
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	148 964	128 695
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	43 046	52 742
Contas caução	359 237	126 295
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	193 124	222 599
Sector público administrativo	51 527	42 498
Outros devedores diversos	278 966	143 989
	<u>1 389 278</u>	<u>925 728</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(18 003)	(12 099)
	<u>1 371 275</u>	<u>913 629</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	13 505	13 423
Outros activos	85 568	45 023
	<u>99 073</u>	<u>58 446</u>
Proveitos a receber	54 959	71 392
Despesas com custo diferido	139 383	111 273
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	166 021	5 016
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	107 512	412 072
Outras operações a regularizar	160 098	92 242
	<u>433 631</u>	<u>509 330</u>
Activos recebidos em dação por recuperações de crédito	126 359	100 633
Perdas por imparidade para activos recebidos em dação	(6 948)	(8 951)
	<u>119 411</u>	<u>91 682</u>
Pensões de reforma e benefícios de saúde (ver Nota 11)	962 925	568 046
	<u>3 180 657</u>	<u>2 323 798</u>

Os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 118 500 milhares de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (31 de Dezembro de 2007: 118 500 milhares de euros) e 59 726 milhares de euros relativos a suprimentos à Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (31 de Dezembro de 2007: 89 589 milhares de euros).

A rubrica de despesas com custo diferido inclui, em 31 de Dezembro de 2008, o montante de 106 104 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 79 823 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o sector bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de serviço do colaborador no futuro.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na trade date, conforme política contabilística descrita na nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	21 050	19 950
Dotações	11 015	3 967
Utilizações	(319)	-
Reversões	(2 829)	(442)
Outros ^(a)	(3 966)	(2 425)
Saldo final	24 951	21 050

^(a) Inclui imparidade transferida para Activos não correntes detidos para venda (6 143 milhares de euros), no momento em que os activos foram também transferidos, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11 (ver Nota 22).

Nota 27 – Recursos de Bancos Centrais

A rubrica Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Mercado monetário interbancário	100 000	-
Depósitos	40 505	71 102
Outros recursos	1 300 000	-
	1 440 505	71 102
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	3 369 953	1 762 012
Operações com acordo de recompra	-	54 508
	3 369 953	1 816 520
	4 810 458	1 887 622

Os outros recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, no valor de 1 300 milhões de euros, encontram-se colateralizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda (ver Nota 37).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais, por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	4 283 333	1 843 714
De 3 meses a um ano	527 125	43 908
	4 810 458	1 887 622

Nota 28 – Recursos de outras instituições de crédito

A rubrica Recursos de outras instituições financeiras é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
No país		
Empréstimos	101 288	102 578
Mercado monetário interbancário	46 314	37 814
Depósitos	1 165 898	1 176 055
Recursos a muito curto prazo	73 112	37 353
Operações com acordo de recompra	1 664	1 571
Outros recursos	1 072	5 599
	1 389 348	1 360 970
No estrangeiro		
Depósitos	3 328 035	2 867 043
Empréstimos	1 645 745	2 120 707
Recursos a muito curto prazo	694 520	241 620
Operações com acordo de recompra	433 247	497 507
Outros recursos	292 110	109 868
	6 393 657	5 836 745
	7 783 005	7 197 715

A 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica incluía 1 670 084 milhares de euros de recursos de outras instituições de crédito registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 21).

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	4 165 934	3 634 217
De 3 meses a um ano	1 080 970	1 055 290
De um a cinco anos	2 176 439	1 729 939
Mais de cinco anos	359 662	778 269
	7 783 005	7 197 715

Nota 29 – Recursos de clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	8 873 571	9 938 230
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	13 383 655	9 281 688
Outros	14 753	29 169
	13 398 408	9 310 857
Depósitos de poupança		
Reformados	83 536	121 998
Outros	1 616 750	1 912 976
	1 700 286	2 034 974
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	1 820 566	1 426 814
Outros	1 065 277	1 500 226
	2 885 843	2 927 040
	26 858 108	24 211 101

Esta rubrica inclui 122 630 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 191 345 milhares de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 21).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Exigível à vista	8 873 571	9 938 230
Exigível a prazo		
Até 3 meses	11 964 393	9 470 236
De 3 meses a um ano	4 028 676	2 344 846
De um a cinco anos	463 960	626 063
Mais de cinco anos	1 055 593	1 393 636
Duração indeterminada	471 915	438 090
	17 984 537	14 272 871
	26 858 108	24 211 101

Nota 30 – Responsabilidades representadas por títulos

As Responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN) ^{a)}	10 130 109	11 711 322
Obrigações de caixa	5 563 026	5 913 198
Certificados de depósitos	3 518 348	5 899 817
Obrigações hipotecárias	2 663 350	-
Outros	2 815 855	855 665
	24 690 688	24 380 002

a) Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de EMTN inclui 179,9 milhões de euros de *Extendible Notes* (31 de Dezembro de 2007: 882,3 milhões de euros).

O justo valor da carteira de Responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na Nota 41.

Esta rubrica inclui 1 722 827 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 1 101 126 milhares de euros) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 21).

Durante o exercício de 2008, o Grupo ESF(P) procedeu à emissão de obrigações hipotecárias no valor 2 500 milhões de euros no âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros.

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo ESF(P), conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e na Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As características destas emissões são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating
BES Obrigações hipotecárias 25/01/2011	1 250 000	1 339 189	25-01-2008	25-01-2011	Anual	4,375%	AAA
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2010	1 250 000	1 324 161	21-07-2008	21-07-2010	Anual	5,50%	AAA

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende a cerca de 2 722 664 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008 (ver Nota 19).

O movimento ocorrido durante o exercício de 2008 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 31.12.2007	Emissões	Reembolsos	Recompras (líquidas)	Outros Movimentos ^{a)}	Saldo em 31.12.2008
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	11 711 322	1 790 414	(3 328 030)	(106 642)	63 045	10 130 109
Obrigações de caixa	5 913 198	2 785 401	(802 433)	(2 476 852)	143 712	5 563 026
Certificados de depósitos	5 899 817	-	(2 322 344) ^{b)}	(16 113)	(43 012)	3 518 348
Obrigações hipotecárias	-	2 500 000	-	(2 062)	165 412	2 663 350
Outros	855 665	4 981 522	(3 101 985)	(69 186)	149 839	2 815 855
	24 380 002	12 057 337	(9 554 792)	(2 670 855)	478 996	24 690 688

^{a)} Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial

^{b)} No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor dos mesmos é apresentado pelo líquido

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de recompras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de recompra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2008	31.12.2007
Até 3 meses	5 243 878	5 786 650
De 3 meses a um ano	3 161 434	3 933 906
De um a cinco anos	11 781 350	9 082 346
Mais de cinco anos	4 504 026	5 577 100
	24 690 688	24 380 002

As características essenciais destes recursos, para o Grupo, são como segue:

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

(milhares de euros)

		31.12.2008					
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro	
BES	BESLEAS.IMOB.00	EUR	2000	391	2010	Euribor 6 meses + 0,67%	
BES	BES EURO RENDA Agosto 2001	EUR	2001	15 286	2009	Taxa fixa - 5,53%	
BES	BES Euro Renda	EUR	2002	22 514	2010	Taxa fixa - 5,39%	
BES	BES-T.14,5%MAIO	a) EUR	2004	4 693	2014	Euribor 12 meses	
BES	BEF 2004/2014	EUR	2004	55 682	2014	Euribor 6 Meses + 0,75%	
BES	BES 12/01/2009	a) USD	2005	680	2009	US Libor 6 meses	
BES	BIC EURO VALOR	EUR	2005	9 947	2010	Euribor 6 meses + 3,00%	
BES	BEF 24/EM	EUR	2005	13 091	2010	Taxa fixa - 4,50%	
BES	BEF 2005/2010	EUR	2005	17 206	2010	Euribor 6 Meses + 0,70%	
BES	BEF 2005/2011	EUR	2005	4 836	2011	Euribor 3 Meses + 0,715%	
BES	BIC SNOWBL ABR0	EUR	2005	11 117	2012	Euribor 6 meses	
BES	BEF 2005/2012	EUR	2005	15 053	2012	Euribor 3 Meses + 0,73%	
BES	BES TARGET 10%	EUR	2005	4 245	2013	Taxa fixa - 5,00%	
BES	BIC E.RENDA 4%	a) EUR	2005	2 884	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano	
BES	BES-E.RENDA 4%	a) EUR	2005	8 240	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano	
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	2 403	2013	Taxa fixa 4,08% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano	
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	1 808	2013	Taxa fixa 4,14% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano	
BES	BES ER3,75%0805	a) EUR	2005	2 400	2013	Taxa fixa 3,85% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano	
BES	BES COMMODIT 7%	a) EUR	2005	1 733	2014	Taxa fixa - 7,00%	
BES	BES FEV 2009	EUR	2006	6 738	2009	Taxa fixa - 4,00%	
BES	BES BRIC MAR.06	a) EUR	2006	5 197	2009	b)	
BES	BES CR.JAPAO PL	a) EUR	2006	4 788	2009	Nikkei 225	
BES	BLF L	EUR	2006	20 422	2011	Taxa fixa - 4,74%	
BES	Certificados de depósito	EUR	2007	325 142	2009	3,00 % - 5,60%	
BES	Certificados de depósito	USD	2007	11 601	2009	4,37% - 5,40%	
BES	BES INF. ESTR.07	a) EUR	2007	1 930	2009	c)	
BES	BES I. EST. 07	EUR	2007	2 933	2009	c)	
BES	BES JAPAO FEV07	a) EUR	2007	4 114	2010	Nikkei 225	
BES	BES DUE 2010	EUR	2007	399 982	2010	Euribor 3 meses + 0,09%	
BES	BES 4,125% 2010	EUR	2007	52 496	2010	Taxa fixa - 4,125%	
BES	BES BRIC MAR.07	a) EUR	2007	7 395	2010	S&P BRIC 40 EUR Price Return	
BES	BES DUE MAIO 10	EUR	2007	501 984	2010	Euribor 3 meses + 0,07%	
BES	BES EN.ALT.2010	a) EUR	2007	4 792	2010	DAX Global Alternative Energy EUR Price Return	
BES	BES DUE 2012	EUR	2007	1 001 258	2012	Euribor 3 meses + 0,10%	
BES	BES DUE 2013	EUR	2007	502 730	2013	Euribor 3 meses + 0,125%	
BES	BES DUE JUN 14	EUR	2007	495 812	2014	Euribor 3 meses + 0,15%	
BES	BES BENS AGRIC.	a) EUR	2008	2 986	2010	Indexado Cabaz Commodities	
BES	BES OP. FEV.08	a) EUR	2008	858	2010	Indexado Índice Dow Jones Euro Stoxx 50	
BES	BES OP. MAR.08	a) EUR	2008	1 337	2010	Indexado Índice Dow Jones Euro Stoxx 50	
BES	BES DUE MAIO 10	EUR	2008	1 225 263	2010	Euribor 3 meses + 0,80%	
BES	BES COMM.MAI.08	a) EUR	2008	2 889	2010	Indexado Cabaz Commodities	
BES	BEF Junho2008/Junho2010	EUR	2008	7 377	2010	Taxa fixa 6,047 %	
BES	BES COMM. JUN.08	a) EUR	2008	826	2010	Indexado Cabaz Commodities	
BES	BES 21/07/2010 (obrigações hipotecárias)	EUR	2008	1 324 161	2010	Taxa fixa 5,5%	
BES	BEF Junho2008/Dezembro2010	EUR	2008	40 344	2010	Taxa fixa 6,047 %	
BES	BES 25/12/2011 (obrigações hipotecárias)	EUR	2008	1 339 189	2011	4,38%	
BES	BEF 07_2008/07_2011	EUR	2008	124 363	2011	Taxa fixa 6,138%	
BES	BES DUE 2033 0	EUR	2008	35 434	2033	Cupão 0	
BES	BES DUE 2034 0	EUR	2008	34 245	2034	Cupão 0	
BES	BES DUE 2035 0	EUR	2008	33 246	2035	Cupão 0	
BES	BES DUE 2036 0	EUR	2008	32 282	2036	Cupão 0	
BES	BES DUE 2037 0	EUR	2008	31 393	2038	Cupão 0	
BES	BES DUE 2038 0	EUR	2008	31 105	2038	Cupão 0	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 6 2001	EUR	2001	52 080	2009	Taxa fixa - 5,43%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 7 2001	EUR	2001	52 049	2009	Taxa fixa - 5,41%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 8 2001	EUR	2001	52 034	2009	Taxa fixa - 5,45%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 9 2001	EUR	2001	52 008	2009	Taxa fixa - 5,42%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 10 2001	EUR	2001	52 027	2010	Taxa fixa - 5,53%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 11 2001	EUR	2001	51 988	2010	Taxa fixa - 5,57%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 12 2001	EUR	2001	51 953	2010	Taxa fixa - 5,58%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 13 2001	EUR	2001	51 966	2010	Taxa fixa - 5,73%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 2 2001	EUR	2001	52 536	2011	Taxa fixa - 5,68%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 14 2001	EUR	2001	51 953	2011	Taxa fixa - 5,80%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 15 2001	EUR	2001	53 944	2011	Taxa fixa - 5,79%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 16 2001	EUR	2001	53 938	2011	Taxa fixa - 5,90%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,22%	USD	2001	39 995	2011	Taxa fixa - 5,22%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,22%	USD	2001	39 421	2011	Taxa fixa - 5,22%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 29 2001	EUR	2001	52 532	2011	Taxa fixa - 5,28%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 30 2001	EUR	2001	50 450	2011	Taxa fixa - 5,42%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 17 2001	EUR	2001	54 422	2012	Taxa fixa - 5,89%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 18 2001	EUR	2001	51 821	2012	Taxa fixa - 5,83%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 19 2001	EUR	2001	51 846	2012	Taxa fixa - 5,96%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 20 2001	EUR	2001	51 797	2012	Taxa fixa - 5,94%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 21 2001	EUR	2001	51 755	2013	Taxa fixa - 6,03%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 22 2001	EUR	2001	77 613	2013	Taxa fixa - 6,08%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 23 2001	EUR	2001	82 044	2013	Taxa fixa - 6,03%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 24 2001	EUR	2001	77 193	2014	Taxa fixa - 6,01%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 25 2001	EUR	2001	82 141	2014	Taxa fixa - 6,02%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 26 2001	EUR	2001	76 988	2015	Taxa fixa - 6,16%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 27 2001	EUR	2001	82 431	2015	Taxa fixa - 6,09%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 1 2002	EUR	2002	56 894	2012	Taxa fixa - 5,92%	
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 2 2002	EUR	2002	6 117	2012	Taxa fixa - 4,65%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	58 662	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	96 619	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	123 992	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,74%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/28/10	USD	2003	55 313	2010	StepUp (1º cupão 3,50%)	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 4,82% 01/28/13	USD	2003	62 777	2013	Taxa fixa - 4,82%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 4,83% 02/05/13	USD	2003	62 977	2013	Taxa fixa - 4,83%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/15/13	USD	2003	55 036	2013	StepUp (1º cupão 1,25%)	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/25/13	USD	2003	55 041	2013	StepUp (1º cupão 1,50%)	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13	EUR	2003	81 874	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13	EUR	2003	82 033	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/16/13	EUR	2003	76 025	2013	StepUp (1º cupão 2,90%)	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13	EUR	2003	81 755	2013	StepUp (1º cupão 3,10%)	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	23 588	2013	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,06% 02/11/15	USD	2003	61 870	2015	Taxa fixa - 5,06%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,01% 02/18/15	USD	2003	61 802	2015	Taxa fixa - 5,01%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN 5,37% 03/12/18	USD	2003	64 178	2018	Taxa fixa - 5,37%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	79 487	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	13 711	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,75%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	83 882	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	4 262	2009	Euribor 6 meses	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	1 632	2009	Euribor 6 meses	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	11 864	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	29 276	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	7 015	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	5 845	2014	Cupão único e pago à cabeça	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 07/21/14	USD	2004	55 320	2014	StepUp (1º cupão 2,07%)	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 02/02/17	USD	2004	37 640	2017	StepUp (1º cupão 1,87%)	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 02/11/19	USD	2004	37 588	2019	StepUp (1º cupão 1,78%)	
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2008	34 644	2033	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%	
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecárias	EUR	2008	153 769	2014	Taxa fixa 4,5%	
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecárias	EUR	2008	80 368	2014	Taxa fixa 4%	
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecárias	EUR	2008	81 612	2016	Taxa fixa 4,25%	
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	EUR	2007	1 028 482	2009	4,13% - 4,87%	
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	GBP	2007	511 810	2009	5,51% - 6,72%	
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	USD	2007	806 040	2009	4,79% - 5,47%	
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	AUD	2008	73 987	2009	7,35%	
BES (sucursal de Nova Iorque)	Certificados de depósito	USD	2007	357 540	2009	4,41% - 5,53%	
BES Açores	BES Açores Outubro 2006	EUR	2006	20 101	2009	Euribor 6 meses + 0,35%	
BES Açores	BES Açores Dezembro 2006	EUR	2006	28 138	2009	Euribor 6 meses + 0,35%	
BES Açores	BES Açores 2007	EUR	2007	23 007	2010	Euribor 6 meses + 0,35%	
BES Açores	BES AÇOR.DEZ.08	EUR	2008	30 060	2011	Euribor 3 meses + 1,25%	

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

(milhares de euros)

31.12.2008						
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES Finance	EMTN 36	EUR	2004	605 567	2009	Euribor 3 meses + 0,19%
BES Finance	EMTN 29	EUR	2004	602 760	2009	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 30	EUR	2004	302 872	2011	Euribor 3 meses + 0,20%
BES Finance	EMTN 37	EUR	2004	24 418	2029	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,30%
BES Finance	EMTN 41	EUR	2005	503 394	2010	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 44	EUR	2005	300 678	2010	Euribor 3 meses + 0,13%
BES Finance	EMTN 39	EUR	2005	101 079	2015	Euribor 3 meses + 0,23%
BES Finance	EMTN 40	a) EUR	2005	147 254	2035	d)
BES Finance	EMTN 50	EUR	2006	302 609	2009	Euribor 3 meses + 0,11%
BES Finance	EMTN 54	EUR	2006	750 411	2009	Euribor 3 meses + 0,10%
BES Finance	EMTN 48	EUR	2006	750 208	2011	Euribor 3 meses + 0,12%
BES Finance	EMTN 49	a) GBP	2006	61 382	2011	Libor 3 meses + 0,072%
BES Finance	EMTN 51	EUR	2006	18 644	2011	Taxa fixa - 3,65%
BES Finance	EMTN 53	EUR	2006	501 170	2011	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	Extendible Notes	a) USD	2007	179 930	2009	Libor 1 mês + 0,05% (Extendible notes)
BES Finance	Exchangeable Notes	USD	2008	648 214	2011	e)
BESI	BESI CAIXA BEST ACCOES EUROPA 4%	a) EUR	2005	2 523	2010	f)
BESI	BESI MULTITESTRATEGIA MAR2010	a) EUR	2005	2 501	2010	g)
BESI	BESI OBRIG BULL&BEAR JUN10	a) EUR	2005	1 514	2010	Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11	a) EUR	2005	4 143	2011	Indexado a Câmbio e Taxa de Juro
BESI	BESI OBRIG RENDIMENTO 20% MAY2015	EUR	2005	2 370	2015	Taxa Fixa 5% + Indexada a CMS
BESI	BESI CERT DUAL5%+SX5E JUN09	a) EUR	2006	2 259	2009	Taxa Fixa 5% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI VMOP OREY JUN2009	EUR	2006	285	2009	Taxa Fixa 14,75%
BESI	BESI CAIXA 6,15% NIKKEI JAN2011	EUR	2006	3 898	2011	Indexada a Nikkei 225
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	2006	3 616	2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CERT DUALREND-EUSTOXX AUG14	a) EUR	2006	2 917	2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI OBCX R ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	2 861	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI ZERO COUPON JAN2009	a) EUR	2008	48 032	2009	Cupão Zero
BESI	BESI FIX RAT NOTE 5,308% MAY2009	a) EUR	2008	124 163	2009	Taxa Fixa 5,308%
BESI	BESI FIX RAT NOTE 5,26% JUN2009	a) EUR	2008	47 893	2009	Taxa Fixa 5,26%
BESI	BESI ZERO COUPON NOTE AUG2009	a) EUR	2008	21 251	2009	Cupão Zero
BESI	12-CDB A	BRL	2008	385 997	2009	1,30%
BESI	12-CDB B	BRL	2008	12 573	2009	1,30%
ES Investment Plc	ES INVESTPLC SEP09 EURIBOR CAPII	EUR	1999	2 589	2009	Euribor 6M (Capped 8%)
ES Investment Plc	ESIP JAN01JAN11 CRDLKD US 11,85	a) USD	2001	1 877	2011	Taxa Fixa 5% + Indexada a Evento de Crédito
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT APR2010	EUR	2002	279	2010	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP NOV02 OCT2017 CALLABLE STEP	EUR	2002	7 054	2017	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP JUL03JUL11 LINKED CMS	a) EUR	2003	12 930	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS+CLN
ES Investment Plc	ESIP NOV2011 CMS LINKED EUR 5M	EUR	2003	5 043	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP DEC2011 CMS LINKED EUR 6,5M	EUR	2003	6 545	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP EURCRE CRDLNK NOV09	a) EUR	2004	2 088	2009	Indexado a risco de crédito
ES Investment Plc	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5,5M	a) EUR	2004	5 782	2012	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP CMS LINKED NOV2014	EUR	2004	3 643	2014	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	a) EUR	2004	7 264	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP HYBRID (FX AND EUR6M) OCT09	EUR	2005	3 681	2009	Taxa Fixa + i)
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT FEB2010	EUR	2005	3 328	2010	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP AMORTIZING MAY2010 ESTOXX50	a) EUR	2005	1 223	2010	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL AND FX NOV11	EUR	2005	511	2011	i)
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013	EUR	2005	4 454	2013	Taxa Fixa 4,75% + Range accrual
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	EUR	2005	2 290	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP BESLEAS&INFLAT LINK MAY15	a) EUR	2005	7 820	2015	Indexada a HIPC Ex-Tobacco + j)
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	192	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	a) EUR	2005	1 291	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	4 561	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP SEP17 RANGE ACC TARN	EUR	2005	2 290	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	EUR	2005	969	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP AGO05 SEP35 CALLABLE INV FL	EUR	2005	9 087	2035	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036	EUR	2005	11 592	2036	Euribor 12 meses + k)
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 EUR	a) EUR	2006	1 664	2009	Taxa Fixa 7,44% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 USD	a) USD	2006	617	2009	l)
ES Investment Plc	ESIP EURTRY LINKED NOV2009	a) EUR	2006	1 261	2009	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP NOV09 STOCK BASKET LKD USD	a) USD	2006	1 593	2009	m)
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE EUR SNOWBALL MAY10	EUR	2006	2 809	2010	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP INDEX BASKET LINKED SEP2011	a) EUR	2006	6 318	2011	n)
ES Investment Plc	ESIP EUR6M DIGITAL SEP2011	EUR	2006	1 516	2011	Indexado a Taxa de Juro Digital
ES Investment Plc	ESIP PORTUGAL TELECOM FIN LINKED	a) EUR	2006	8 358	2012	j)
ES Investment Plc	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	EUR	2006	4 135	2016	Euribor 12M
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL USD NOV2021	USD	2006	5 988	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP USD RANGE ACCRUAL NOV2021	USD	2006	3 459	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP EUR3M+9BPS JAN2009	EUR	2007	198 545	2009	Euribor 3M
ES Investment Plc	ESIP EURIBOR12M APRIL2009	EUR	2007	15 533	2009	Euribor 12M
ES Investment Plc	ESIP MAY2009 TOPIX LINKED	a) EUR	2007	3 081	2009	Indexada a Topix
ES Investment Plc	ESIP JUL2009 SXSE LINKED	a) EUR	2007	1 465	2009	Indexada a Eurostoxx50
ES Investment Plc	ESIP AUG2009 EQL BASKET	a) EUR	2007	7 896	2009	o)
ES Investment Plc	ESIP AUG2011 BASKET LINKED	EUR	2007	1 900	2009	Indexada a Eurostoxx50
ES Investment Plc	ESIP JAN2010 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	962	2010	p)
ES Investment Plc	ESIP JUL2010 EQUITY BASKET LKD	a) EUR	2007	687	2010	q)
ES Investment Plc	ESIP DEC2010 CLIQUET MSCI BRAZIL	a) USD	2007	1 436	2010	Indexada a MSCI Brasil
ES Investment Plc	ESIP CIMPOR FIN CRD LKD MAY2011	a) EUR	2007	9 841	2011	r)
ES Investment Plc	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	4 297	2011	s)
ES Investment Plc	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LINKED	a) EUR	2007	11 380	2011	t)
ES Investment Plc	ESIP DEC2011 BBVA POP LINKED	a) EUR	2007	1 860	2011	Indexada a BBVA e Banco Popular
ES Investment Plc	ESIP FEB2012 DEUTSCHE BANK LKD	a) EUR	2007	3 408	2012	Indexada a Deutsche Telecom
ES Investment Plc	ESIP JUN2012 BASKET LINKED	a) EUR	2007	1 021	2012	u)
ES Investment Plc	ESIP JUL2012 LUSITANO BSK LINKED	a) EUR	2007	4 367	2012	v)
ES Investment Plc	ESIP EURTRY LINKED OCT2012	a) EUR	2007	3 478	2012	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP METAL INVESTMENT OCT2012	a) EUR	2007	756	2012	Commodity Linked
ES Investment Plc	ESIP MAY14 EQUITY BASKT LINKED	a) USD	2007	1 265	2014	w)
ES Investment Plc	ESIP BCP FIN CRD LKD DEC2015	a) EUR	2007	4 439	2015	x)
ES Investment Plc	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	4 296	2017	y)
ES Investment Plc	ESIP 7% RANGE ACC SEPTEMBER2017	USD	2007	3 783	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP CMS LINKED JUN2019	EUR	2007	23 078	2019	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE ZERO COUPON NOV37	EUR	2007	2 867	2037	Juro composto
ES Investment Plc	ESIP JAN2009 SXSE LINKED	a) EUR	2008	1 056	2009	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP FEB2009 ESTOXX50 LINKED	a) EUR	2008	596	2009	Indexada ao BSCH
ES Investment Plc	ESIP FEB2009 ESTOXX50 LINKED 2	a) EUR	2008	1 238	2009	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP MAY2009 REV CONV BASKET LNK	a) EUR	2008	2 156	2009	Indexada a BCP, Barclays e BSCH
ES Investment Plc	ESIP STD CRD LINKED JUL2009	a) USD	2008	4 306	2009	w)
ES Investment Plc	ESIP SEP2009 EQL LINKED	a) EUR	2008	2 527	2009	y)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 EMERGING NOT LINKED	a) EUR	2008	1 516	2009	z)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 WRC SHARE LKD	a) EUR	2008	1 419	2009	aa)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 WRC SHARE LKD 3	a) USD	2008	927	2009	ab)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 WRC SHARE LKD 2	a) EUR	2008	242	2009	ac)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 WRC SHARE LKD 4	a) USD	2008	273	2009	ad)
ES Investment Plc	ESIP NOV2009 EQL LINKED	a) EUR	2008	961	2009	ae)
ES Investment Plc	ESIP DEC2009 WRC BZ SHARE LKD	a) USD	2008	205	2009	af)
ES Investment Plc	ESIP DEC2009 EQL LINKED	a) EUR	2008	953	2009	ag)
ES Investment Plc	ESIP DEC2009 WRC BZ SHARE LKD 2	a) EUR	2008	2 025	2009	ah)
ES Investment Plc	ESIP FEB2010 ESTOXX50 LINKED	a) EUR	2008	2 668	2010	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP MAR2010 WRC BZ SHARE LKD	a) EUR	2008	695	2010	ai)
ES Investment Plc	ESIP APR10 INDX BASQ LIND 80%	a) EUR	2008	1 094	2010	aj)
ES Investment Plc	ESIP APR10 INDX BASQ LIND 90%	a) EUR	2008	4 393	2010	ak)
ES Investment Plc	ESIP APR11 INDX BASQ LKD 80% II	a) EUR	2008	2 832	2010	al)
ES Investment Plc	ESIP MAY2010 SAN IBE LINKED	a) EUR	2008	1 548	2010	Indexada a BSCH e Iberdrola
ES Investment Plc	ESIP FX EURUSD LINKED JUL2010	a) USD	2008	775	2010	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 LUXURY GOODS	a) EUR	2008	3 738	2011	am)
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 BRASIL+INDIA II BSK	a) EUR	2008	2 885	2011	Indexada a MSCI Brasil e Índia
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 BASKET LINKED	a) EUR	2008	5 621	2011	an)
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 BRASIL+INDIA BASKET	a) EUR	2008	3 062	2011	Indexada a MSCI Brasil e Índia
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 CLIQUET MSCI BRAZIL	a) EUR	2008	2 202	2011	Indexado MSCI Brasil
ES Investment Plc	ESIP MAR2011 EURUSD FX LINKED	a) EUR	2008	3 596	2011	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP MAR2011 BASKET LINKED	a) EUR	2008	6 215	2011	ao)
ES Investment Plc	ESIP APR11 INDX BASQ LKD 80%	a) EUR	2008	3 833	2011	ap)

Nota 31 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisão para reestruturação	Outras Provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	1 686	138 196	139 882
Reforços / (reposições)	23 363	2 045	25 408
Utilizações	(848)	(7 560)	(8 408)
Diferenças de câmbio e outras	-	(12 932)	(12 932)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	24 201	119 749	143 950
Reforços / (reposições)	5 688	14 158	19 846
Utilizações	(22 049)	(10 182)	(32 231)
Diferenças de câmbio e outras	-	(354)	(354)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	7 840	123 371	131 211

Em Maio de 2006 procedeu-se à fusão da Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., tendo sido preparado e aprovado um plano de reestruturação, no âmbito do qual foi constituída uma provisão de 10,8 milhões de euros para encargos com o referido processo. À data de 31 de Dezembro de 2008 encontram-se por utilizar 1,4 milhões de euros desta provisão.

Em Abril de 2007, no âmbito do processo de fusão do BESSA, e sua transformação em sucursal do BES, foi constituída uma provisão no valor de 23,4 milhões de euros para encargos com o referido processo. Em 2008, o processo de reestruturação foi interrompido tendo sido reposta uma parte da provisão constituída, no valor de 9,2 milhões de euros, referentes a compromissos ainda não assumidos. À data de 31 de Dezembro de 2008, encontram-se por utilizar 6,0 milhões de euros desta provisão.

No exercício de 2008, foi constituída uma provisão para reestruturação no valor de 14,9 milhões de euros para suportar os custos inerentes ao “Projecto de Reestruturação 20-10”. Este projecto é composto por diversas iniciativas, sendo de destacar a integração da subsidiária BES Leasing & Factoring no BES. À data de 31 de Dezembro de 2008, encontram-se por utilizar 0,4 milhões de euros desta provisão. As utilizações do ano, no valor de 14,5 milhões de euros, incluem aproximadamente 8 milhões de euros referentes a custos com reformas antecipadas (ver Nota 11).

As outras provisões, cujo valor ascende a 123 371 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 119 749 milhares de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 33,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 38,6 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 17,0 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008 (31 de Dezembro de 2007: 7,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Grupo mantém provisões de cerca de 53,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 52,4 milhões de euros);
- O valor remanescente, de cerca de 19,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 21,2 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da actividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

Nota 32 – Impostos

A Sociedade e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido dos exercícios de 2008 e 2007 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais).

As declarações de autoliquidação, da Sociedade e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Instrumentos financeiros derivados	10 849	9 654	(73 756)	(73 588)	(62 907)	(63 934)
Activos financeiros disponíveis para venda	56 974	7 945	(32 965)	(271 747)	24 009	(263 802)
Crédito a clientes	149 612	101 770	-	-	149 612	101 770
Outros activos tangíveis	-	-	(10 930)	(8 922)	(10 930)	(8 922)
Activos intangíveis	158	197	-	-	158	197
Investimentos em subsidiárias e associadas	26 535	2 361	(48 418)	(28 923)	(21 883)	(26 562)
Provisões	18 459	24 025	-	(4 327)	18 459	19 698
Pensões	16 499	16 111	(42 782)	(37 941)	(26 283)	(21 830)
SAMS	27 176	21 812	-	-	27 176	21 812
Prémios de antiguidade	6 965	6 470	-	-	6 965	6 470
Outros	119	5 481	(6 508)	(4 025)	(6 389)	1 456
Prejuízos fiscais reportáveis	6 318	1 690	-	-	6 318	1 690
Imposto diferido activo/(passivo)	319 664	197 516	(215 359)	(429 473)	104 305	(231 957)
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(177 911)	(173 570)	177 911	173 570	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	141 753	23 946	(37 448)	(255 903)	104 305	(231 957)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	(231 957)	(88 903)
Reconhecido em resultados	67 486	(65 630)
Reconhecido em reservas de justo valor	268 874	(83 689)
Reconhecido em outras reservas	2 506	7 771
Variação cambial e outros	(2 604)	(1 506)
Saldo final (Activo / (Passivo))	104 305	(231 957)

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2008 e 2007 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros derivados	(1 027)	-	48 155	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(18 937)	(268 874)	1 232	83 689
Crédito a clientes	(47 842)	-	(38 970)	-
Outros activos tangíveis	2 008	-	43	-
Activos intangíveis	39	-	854	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	(4 679)	-	3 914	-
Provisões	1 239	-	8 562	-
Pensões	7 794	(3 341)	(18 918)	(5 013)
SAMS	(5 364)	-	(549)	-
Prémios de antiguidade	(495)	-	(945)	-
Outros	4 405	835	(1 184)	(2 758)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	-	-	19 958	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(4 627)	-	43 478	-
Imposto Diferido	(67 486)	(271 380)	65 630	75 918
Impostos Correntes	150 996	3 831	86 923	5 720
Total do imposto reconhecido	83 510	(267 549)	152 553	81 638

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

O imposto corrente reconhecido em reservas inclui 3 341 milhares de euros relativos a pensões de reforma e 186 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções (31 de Dezembro de 2007: 5 013 milhares de euros e 372 milhares de euros, respectivamente).

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	31.12.2008		31.12.2007	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários		476 044		781 434
Taxa de imposto da ESF(P)	26,5		26,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto da ESF(P)		126 152		207 080
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(1,7)	(8 234)	(1,3)	(9 913)
Dividendos excluídos de tributação	(7,9)	(37 392)	(2,4)	(19 105)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(5,6)	(26 444)	(4,9)	(38 566)
Mais-valias não tributadas	(0,4)	(2 012)	(1,6)	(12 482)
Alterações de estimativas	(0,0)	(23)	2,4	18 566
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	0,4	1 741	-	-
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no período	2,7	13 046	0,7	5 866
Resultado de associadas não sujeitos a tributação	1,6	7 519	(1,1)	(8 455)
Custos não dedutíveis	1,3	5 971	0,7	5 374
Outros	0,7	3 186	0,5	4 188
	17,5	83 510	19,5	152 553

Nota 33 – Passivos subordinados

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Obrigações	1 649 819	886 815
Empréstimos	228 527	159 319
Obrigações perpétuas	950 637	1 048 681
	2 828 983	2 094 815

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)

		31.12.2008					
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade	
BES (sucursal de Caimão)	Empréstimos subordinados	2005	237 831	228 527	3.95%	2015	
BES Finance	Obrigações subordinadas	1999	35 925	36 253	7.80%	2009	
BES Finance	Obrigações subordinadas	2000	300 000	316 394	6.63%	2010	
BES Finance	Obrigações subordinadas	2001	400 000	414 355	6.25%	2011	
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	2002	500 000	392 861	6.63%	2012 a)	
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	2004	500 000	542 754	4.50%	2015 a)	
BES Finance	Obrigações subordinadas	2008	20 000	20 138	6.13%	2018	
BESI	Obrigações subordinadas	2003	10 000	9 660	5.50%	2033	
BESI	Obrigações subordinadas	2005	60 000	59 735	5.33%	2015	
BESI	Obrigações subordinadas	2007	21 184	16 975	1.30%	2014	
BESI	Obrigações subordinadas	2008	2 158	2 287	1.30%	2013	
BESI	Obrigações subordinadas	2008	8 632	9 008	1.30%	2015	
BES	Obrigações subordinadas	2001	7 000	506	6.05%	2011	
BES	Obrigações subordinadas	2004	25 000	25 312	6.31%	2014 b)	
BES	Obrigações perpétuas subordinadas	2005	15 000	15 022	5.38%	2015 a)	
BES	Obrigações subordinadas	2008	40 650	41 651	4.43%	2018	
BES	Obrigações subordinadas	2008	90 000	92 224	6.13%	2018	
BES	Obrigações subordinadas	2008	50 000	50 200	4.99%	2018	
BES	Obrigações subordinadas	2008	150 000	152 909	6.13%	2018	
BES	Obrigações subordinadas	2008	150 000	152 424	6.13%	2018	
BES	Obrigações subordinadas	2008	75 964	76 714	6.13%	2018	
BES	Obrigações subordinadas	2008	118 547	119 122	6.13%	2019	
BES	Obrigações subordinadas	2008	53 939	53 952	6.13%	2019	
			2 871 830	2 828 983			

a) Data da call option

b) Com call option de exercício em 2009

O movimento ocorrido durante o exercício de 2008 nos passivos subordinados foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 31.12.2007	Emissões	Reembolsos	Recompras (líquidas)	Outros Movimentos ^(a)	Saldo em 31.12.2008
Obrigações	886 815	760 882	-	(12 734)	14 856	1 649 819
Empréstimos	159 319	20 000	-	(19 090)	68 298	228 527
Obrigações perpétuas	1 048 681	-	-	(122 632)	24 588	950 637
	2 094 815	780 882	-	(154 456)	107 742	2 828 983

^{a)} Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de recompras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de recompra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados. Na sequência das recompras efectuadas em 2008, o Grupo reconheceu um ganho de 27,9 milhões de euros.

Nota 34 – Outros passivos

A rubrica de Outros passivos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	49 635	49 558
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	49 641	48 527
Contas caução	185 462	40 924
Credores diversos		
Credores por benefícios de saúde - SAMS (ver Nota 11)	-	87 176
Credores por operações sobre valores mobiliários	187 395	204 522
Credores por fornecimento de bens	73 953	106 272
Credores por contratos de <i>factoring</i>	15 979	9 369
Outros credores	241 452	142 576
	803 517	688 924
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 11)	27 412	23 625
Outros custos a pagar	147 584	130 537
	174 996	154 162
Receitas com proveito diferido	12 078	10 347
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	90 450	466 435
Operações cambiais a liquidar	128 799	27 306
Outras operações a regularizar	107 069	178 217
	326 318	671 958
	1 316 909	1 525 391

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Nota 35 – Capital e prémios de emissão***Capital***

No mês de Novembro de 2008, a ESF(P) aumentou o capital social de 270 600 milhares de euros para 400 000 milhares de euros. Esta operação foi realizada por incorporação de suprimentos no montante de 129 400 milhares de euros pertencentes à accionista única (ESFG) mediante a emissão de 25 880 000 novas acções, escriturais, com o valor nominal de cinco euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital da ESF (P), integralmente subscrito e realizado, era representado por 80 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada (31 de Dezembro de 2007: 54 120 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada).

Nota 36 – Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados e interesses minoritários***Reserva legal***

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital e, em conformidade com a legislação aplicável às Sociedades Gestoras de Participações Sociais, terá de ser reforçada anualmente por uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da Sociedade, até que aquela represente a quinta parte do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses minoritários.

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	(milhares de euros)					
	Reservas de justo valor			Outras reservas e Resultados transitados		
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Restantes reservas e Resultados transitados	Total Outras reservas e Resultados transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	171 686	(44 637)	127 049	9 731	(196 371)	(186 640)
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	280	280
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	(9 118)	(9 118)
Alterações de justo valor	55 492	(19 547)	35 945	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	-	-	943	943
Constituição de reservas	-	-	-	3 805	302 882	306 687
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	227 178	(64 184)	162 994	13 536	98 616	112 152
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	140	140
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	(9 081)	(9 081)
Alterações de justo valor	(314 110)	73 973	(240 137)	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras reservas de consolidação	-	-	-	-	(591)	(591)
Constituição de reservas	-	-	-	3 280	88 494	91 774
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(86 932)	9 789	(77 143)	16 816	177 578	194 394

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	7 410 605	5 353 586
Imparidade acumulada reconhecida	(106 160)	(64 101)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	7 304 445	5 289 485
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	7 094 111	6 238 889
Ganhos/(perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(210 334)	949 404
Reservas de justo valor associadas a activos transferidos para investimentos detidos até à maturidade (ver Nota 20)	(28 258)	-
Impostos diferidos	19 315	(260 898)
Ganhos/(Perdas) potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	(44 781)	(11 885)
Reserva de justo valor total	(264 058)	676 621
Reserva de justo valor adquirida, classificada em outras reservas	-	(12 579)
Interesses minoritários	186 915	(501 048)
Reserva de justo valor atribuível aos accionistas da ESF(P)	(77 143)	162 994

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses minoritários, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Saldo no início do exercício	162 994	127 049
Variação de justo valor	(275 954)	114 044
Alienações do exercício	(58 048)	(63 693)
Imparidade reconhecida no exercício	15 563	5 398
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	78 302	(19 804)
Saldo no final do exercício	(77 143)	162 994

Interesses minoritários

O detalhe da rubrica de Interesses minoritários por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
Na BESPARG	447 368	51 616	558 936	79 174
No BES	2 334 358	240 350	2 791 730	363 361
Nas subsidiárias do BES				
BES Finance - Acções preferenciais	600 000	-	600 000	-
Outras subsidiárias	153 509	24 861	141 131	28 004
	3 535 235	316 827	4 091 797	470 539

O movimento de interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Interesses minoritários no início do exercício	4 091 797	3 649 622
Alterações de perímetro de consolidação ⁽¹⁾	(3 368)	15 749
Dividendos distribuídos de acções ordinárias	(181 603)	(158 136)
Dividendos distribuídos de acções preferenciais	(24 398)	(24 362)
Variação da reserva de justo valor	(687 963)	115 913
Movimentos decorrentes da compra e venda de acções próprias e outros	23 943	22 472
Resultado líquido do ano	316 827	470 539
Interesses minoritários no final do exercício	3 535 235	4 091 797

(1) Durante o ano de 2007, as alterações de perímetro de consolidação referem-se essencialmente à consolidação do Fundo FIQ Ventures (cuja participação detida diminuiu no segundo semestre de 2007), da Cominvest e da Concordia, tendo estas últimas sido consolidadas pelo método integral pela primeira vez em Junho e Dezembro de 2007, respectivamente.

Nota 37 – Passivos contingentes e compromissos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	6 426 610	5 370 597
Activos financeiros dados em garantia	2 279 209	711 451
Créditos documentários abertos	2 127 792	1 073 334
Outros	107 946	103 121
	10 941 557	7 258 503
Compromissos		
Compromissos revogáveis	10 027 892	7 921 925
Compromissos irrevogáveis	4 586 554	3 413 098
	14 614 446	11 335 023

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 254 610 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 156 987 milhares de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 1 400 000 milhares de euros (o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 4 568 649 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 15 322 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 53 209 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 62 894 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 62 408 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 521 600 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 287 000 milhares de euros).

Estes títulos dados em garantia encontram-se registados nas diversas carteiras de títulos do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Grupo, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Depósito e guarda de valores	60 595 075	67 905 088
Valores recebidos para cobrança	280 250	249 453
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	3 766 429	4 228 346
Outras responsabilidades por prestação de serviços	4 136 767	4 844 388
	68 778 521	77 227 275

Nota 38 – Activos sob gestão

De acordo com a legislação em vigor, as sociedades gestoras em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor dos fundos de investimento geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Fundos de investimento mobiliários	4 748 358	4 966 403
Fundos de investimento imobiliários	1 142 083	1 288 683
Fundos de pensões	2 608 269	2 800 088
Outros activos sob gestão	9 010 162	9 330 399
	17 508 872	18 385 573

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do Balanço.

Nota 39 – Transacções com partes relacionadas

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo ESF(P) além das subsidiárias da Nota 1, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

Entidades associadas do Grupo ESF(P)

Empresas
Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA
Europe Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, SA
Fiduprivate - Sociedade de Serviços, Consultadoria e Administração de Empresas, SA
Banque Espirito Santo et de la Vénétié, SA
BES, Companhia de Seguros, SA
Esegur - Empresa de Segurança, SA
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA
Outras:
Fin Solutia - Consultoria de Gestão de Créditos, SA
Polish Hotel Company, SP
Polish Hotel Capital SP
Polish Hotel Management Company, SP
SES Iberia
Hlc - Centrais de Cogeração, SA
Coporgest
Neumáticos Andrés, Investment, SA
Synergy Industry and Technology, SA
Salgar Investments, SL
Só Peso Restauração e Hotelaria, SA
Apolo Films S.L
Brb Internacional, S.A.
Prosport, SA
S.G.P.I.C.E.-Soc. de Serviços de Gestão de Portais na Internet e Consultoria de Empresas, S.A.
E.S. Contact Center - Gestão de Call Centers, SA
Esiam - Espirito Santo International Asset Management, Ltd
Oblog - Consulting, SA
Société 45 Avenue Georges Mandel, SA
Concessionaria Autopista Perote-Xalapa, CV
Ascendi - Concessões de Transportes, SGPS, SA
Lusoscut - Auto-Estradas da Costa de Prata, S.A.
Lusoscut - Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A.
Lusoscut - Auto-Estradas do Grande Porto, S.A.
SOUSACAMP, SGPS, SA
GLOBAL ACTIVE - GESTÃO P.S.SG.PS, SA
OUTSYSTEMS, SA
Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA
Multiwave Photonics, SA
BIO-GENESIS
Decomed, SGPS
Sopratutto Café, S.A
Enkrott SA
Rodi Sinks & Ideas, SA

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG

Empresas
Espirito Santo Financial Group, SA
BESPAR, SGPS, SA
Group Credit Agricole
Credit Agricole SA
Calyon, SA
Calyon Corporate and Investment Bank
Calyon North America Holding
Cassa di Risparmio di Parma e Piacenza SPA
Banco Credibom, SA
Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Esfil - Espirito Santo Financière, S.A. (Luxemburgo)
Companhia de Seguros Tranquilidade, SA
GRUPO ESPIRITO SANTO INTERNACIONAL
ESFG International, Ltd
The Atlantic Company (Portugal) - Turismo e Urbanização, SA
Clup Vip - Marketing de Acontecimentos, SA
Espirito Santo Hotéis, SGPS, SA
Espirito Santo Irmãos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Espirito Santo Tourism Ltd
Espirito Santo Tourism (Europe) SA
Espirito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Espirito Santo Industrial SA
Espirito Santo Resources Ltd
Espirito Santo Resources (Portugal), SA
Escopar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Esim - Espirito Santo Imobiliário, SA
Espart - Espirito Santo Participações Financeiras, SGPS, SA
Espirito Santo Property Holding (Portugal), SA
Euroamerican Finance, SA
Gestres - Gestão Estratégica Espirito Santo, SA
Herdade da Boina - Sociedade Agrícola, SA
Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, SA
Hotelagos, SA
Marinoteis - Sociedade de Promoção e Construção de Hotéis, SA
Multiger - Sociedade de Compra Venda e Administração de Propriedades, SA
Prostistemas - Consultores de Engenharia, SA
Prostistemas Ambiente - Engenharia e Gestão, SA
Activator - Sociedade de Valorização de Activos, Lda
Portucale - SGFTC, SA
Escom Investment Limited
Escom Alrosa Limited
Escom Espirito Santo Commerce (UK) Ltd

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG

Empresas
Escom Afrique Central, Lda
Escom Agro Industries Investments Assets Ltd
Escom Alluvials Ltd
Escom Asia Ltd
Escom Capital Development Ltd
Escom - Congo, SARL
Escom Energy Ltd
Escom Holdings BV
Escom - Espirito Santo Imobiliária SARL
Escom Infrastructures BV
Escom Investments BV
Escom Kimberlities Ltd
Escom Investimentos e Participações, Lda
Escom Management Ltd
Escom Mining Chimbongo Ltd
Escom Mining Development Co. Ltd
Escom Mining Inc
Escom Mining Services Ltd
Escom Natural Resources BV
Escom Opca Africa Contractors BV
Escom - Promoção Imobiliária Lda
Espirito Santo Commerce RDC, SPRL
Escom Real Estate Ltd
Escom - Espirito Santo Commerce, SA
Escom Trading & MarketingLtd
Banque Privée Espirito Santo
ES Bank (Panama), SA
Espirito Santo Saúde SGPS, S.A.
Hospor - Hospitais Portugueses, SA
HME Gestão Hospitalar
Hospital da Arrábida - Gaia, SA
OUTRAS:
Societe Financiere et Immobiliare Cosm
ES Bankers (Dubai) Limited
Esfq Overseas, Ltd
Espirito Santo - Unidades de Saúde e de Apio à Terceira Idade, S.A.
Omnium Lyonnais de Participations Industrielles, SA
Espirito Santo Health & Spa (Portugal) - SGPS, SA
Rml - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA
Key Space Investments LLC
SCI Bourdonnais, 42
Société Lyonnaise de Marchands de Biens
Tranquilidade SGPS - Unipessoal, Lda
Advancecare - Gestão e Serviços de Saúde, SA
Africa Natural Resources, Ltd
Africa Resources, Ltd
Agribahia, S/A
Air Gemini Angola - Companhia de Transportes Aéreos, Lda.
Aleluia - Cerâmicas, SA
Sociedade de Investimentos Hotel Almansor, SA
African Markets Development Limited
Angola Diamonds International Ltd
Atr - Actividades Turísticas e Representações, Lda
Aveiro Incorporated
Azimuth International Resorts LLC
Beach Heath Investments Ltd
Companhia Agrícola Botucatu, SA
Cerca da Aldeia - Sociedade Imobiliária, SA
Clarendon Properties Inc.
Clínica Parque dos Poetas, SA
Cliria - Hospital Privado de Aveiro, SA
Club Campo Villar Olalla, SA
Clube de Campo da Comporta - Actividades Desportivas e Lazer, Lda
Clube Residencial da Boavista, SA
Companhia Brasileira de Agropecuária Cobrape
Coimbra Jardim Hotel - Sociedade de Gestão Hoteleira, SA
Construcciones Sarion, SL
Ganadera Corina Campos y Haciendas, S/A
E.S.B. Finance Ltd
Eastelco - Consultoria e Comunicação, SA
E.S. Asset Administration Ltd
Espirito Santo Cachoeira Desenvolvimento Imobiliário, Ltda
ES Comercial Agrícola, Ltda
Espirito Santo Guarujá Desenvolvimento Imobiliário, Ltda
ES Holding Administração e Participações, S/A
Espirito Santo Industrial (BV) SA
Espirito Santo Indaiatuba Desenvolvimento Imobiliário, Ltda
Espirito Santo Industrial (Portugal) - SGPS, SA
Espirito Santo Itatiba Desenvolvimento Imobiliário, Ltda
Espirito Santo Management Corp.
Espirito Santo Primavera Desenvolvimento Imobiliário, Ltda
ES Private Equity Ltd
Espirito Santo Property (Brasil) S/A
ES Saúde - Residência com Serviços Senior, S.A.
Espirito Santo Services SA
Espirito Santo - Unidades de Saúde e de Apio à Terceira Idade, SA
Espirito Santo Venture Ltd
ES Viagens e Turismo, Lda
Espirito Santo Viagens - Consultoria e Serviços, SA
Esai - Espirito Santo Activos Imobiliários, Ltda (Brasil)

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG		Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG	
Empresas		Empresas	
ESAP Brasil Agro - Pecuária, Ltda		Paviseu - Materiais Pré-Fabricados, SA	
Espirito Santo BVI Participation Ltd		Pavitel, SARL	
Escae Consultoria, Administração e Empreendimento, Ltda		Personda - Sociedade de Perfurações e Sondagens, SA	
ESDI Administração e Participações, Ltda		Piscicultura Preto Prata Indústria e Comércio, Ltda	
Esger - Empresa de Serviços e Consultoria, SA		Placon - Estudos e Projectos de Construção, Ltda	
Espirito Santo International (BVI) SA		Pojuca Administração, SA	
E.S. International Overseas Ltd		Pojuca, SA	
Esiam - Espirito Santo International Asset Management Ltd		Pontave - Construções, SA	
E.S. - Espirito Santo, Mediação Imobiliária, SA		Agência Receptivo Praia do Forte, Ltda	
Espirito Santo do Oriente - Estudos Financeiros e de Mercado de Capitais, Ltda		Praia do Forte Operadora de Turismo, Ltda	
Espirito Santo Property SA		Progest Congo, SARL	
Espirito Santo Property Holding (BVI) SA		Grupo Proyetos y Servicios Sarrion, SA	
Espirito Santo Property España, S.L.		Quinray Technologies Corp.	
Espart Madeira SGPS, Unipessoal, Lda		Quinta da Areia - Sociedade Agricola Quinta da Areia, SA	
E.S. Resources Overseas Ltd		Recigreen - Reciclagem e Gestão Ambiental, SA	
Espirito Santo Resources SA		Recigroup - Indústrias de Reciclagem, SGPS, SA	
Estoril Incorporated		Recipav - Engenharia e Pavimentos, Unipessoal, Lda	
Euroamerican Finance Corporation Inc.		Recipneu - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Ltda	
Euroatlantic Realty Inc.		Rushton Business Consultants, Ltd	
Europe Assistance Macau - Serviços de Assistência Personalizados, Lda		Santa Mónica - Empreendimentos Turísticos, SA	
Europeia - Agência Turística, SA		Saramagos S/A Empreendimentos e Participações	
Fafer - Empreendimentos Turísticos e de Construção, SA		Société Congolaise de Construction et Travaux Publics, SARL	
Fimoges - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA		Seguros Logo, SA	
Fisheries Co Limited		Seicor - Comércio, Administração e Participações, S/A	
GES Finance Ltd		Series - Serviços Imobiliários Espirito Santo, SA	
Gesfimo - Espirito Santo, Irmãos, Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários,SA		Société Immobilière du Congo, SARL	
Goggles Marine, Ltd		SIM - Société D' Investissement Minier, SARL	
Sociedad Agricola Golondrina, S/A		Sintra Empreendimentos Imobiliários, Ltda	
GreenWoods Ecoresort - Empreendimentos Imobiliários, Lda		Sisges, SA Desenvolvimento de Projectos de Energia	
GTD - Goods Trading and Distribution Inc.		Société Congolaise de Carriers et des Mines, SARL	
GTD South Africa (Property) Ltd		Soguest - Sociedade Imobiliária, SA	
HCI - Helath Care International Inc		Solférias - Operadores Turísticos, Lda	
HDC - Serviços de Turismo e Imobiliário, S.A.		Soltrade International Limited	
Hospital da Luz, SA		Sopol - Concessões, SGPS, SA	
Hoteis Tivoli, SA		Sotal - Sociedade de Gestão Hoteleira, SA	
Hospital Residencial do Mar, SA		Space - Sociedad Peninsular de Aviación, Comercio e Excursiones, SA	
I.A.C. Uk Limited		Starfish - Empreendimentos Pesqueiros SARL	
Inter-Atlântico, S/A		Sulglor - Imobiliária do Sul, SA	
Iber Foods - Produtos Alimentares e Biológicos, SA		Surgicare - Unidades de Saúde, SA	
Imopca, SA		T - Vida, Companhia de Seguros, SA	
Instituto de Radiologia Dr. Idalio de Oliveira - Centro de Radiologia Médica, S.A.		TA DMC, Brasil - Viagens e Turismo, SA	
Lupiri - Sociedade de Investimentos e Participações		Agência de Viagens Tagus, SA	
Lusitânia, SA		Terras de Bragança Participações, Ltda	
Luzboa, SA		Timeantube Comércio e Serviços de Confeções, Ltda	
Monteiro de Barros - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA		Tivoli Gare do Oriente - Sociedade de Gestão Hoteleira, SA	
Sociedade de Pesca Mar Bonançoso Limitada		TOP A DMC Viagens, SA	
Sociedade de Pesca Mar Ondulado Limitada		Top Atlântico - Viagens e Turismo, SA	
Margrimar - Mármore e Granitos, SA		Top Atlântico DMC, SA	
Marmetal - Mármore e Materiais de Construção, SA		Touravion Ltd	
Multiples - Espirito Santo Services Ltd		Transcontinental - Empreendimentos Hoteleiros, SA	
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA		Turifonte - Empreendimentos Hoteleiros, SA	
Net Viagens - Agência de Viagens e Turismo, SA		Turistrader - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, SA	
New Media Investments Assets, Ltd		Vértice Serviços, Lda	
Novagest Assets Management, Ltd		Vila Lusitano - Unidades de Saúde, SA	
OBLQG - Consulting, SA		Viveiros da Herdade da Comporta - Produção de Plantas Ornamentais, Lda	
Opca Angola, SA		Sociedade de Administração de Bens-Pedra da Nau, S.A.	
Opca Moçambique, Lda		Ribeira do Marchante, Administração de Bens e Imóveis, S.A.	
Opcatelecom . Infraestruturas de Comunicação, SA		Casa da Saudade, Administração de Bens Móveis Imóveis, S.A.	
OPWAY - Engenharia, SA		Angra Moura-Sociedade de Administração de Bens,S.A.	
OPWAY Imobiliária, SA		Sociedade de Administração de Bens - Casa de Bons Ares, S.A.	
OPWAY - SGPS, SA		Sociedade de Silvicultura Monte do Ameirinho, Lda	
Pavi do Brasil - Pré-Fabricação, Tecnologia e Serviços, Lda		Campeque-Compra e Venda de Propriedades, Lda	
Pavicentro - Pré Fabricação, SA		Acro, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	
Pavilis - Pré - Fabricação, SA		Marques e Casal Ribeiro,S.A.	

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

	31.12.2008					31.12.2007				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas associadas										
ESUMÉDICA	1 859	-	-	69	22	1 850	37	-	58	11
EUROP ASSISTANCE	-	1 072	-	29	88	68	1 787	7	1	65
FIDUPPRIVATE	3	-	-	-	16	828	773	-	-	10
BES VÉNÉTIE	388 375	76	3 037	16	15	315 607	647	-	10 872	80
BES SEGUROS	-	177	-	60	320	3	7 518	-	8 098	36
ESEGUR	-	191	1 651	64	139	399	233	1 887	10	149
BES VIDA	663 133	104 260	-	270 871	953	29 514	181 118	8	38 974	3 516
LOCARENT	118 932	-	-	7 142	8 324	123 657	2 066	-	5 529	6 705
OUTRAS	4 196	1 890	-	213	2	2 598	658	-	144	187
	1 176 498	107 666	4 688	278 464	9 879	474 524	194 837	1 902	63 686	10 759

Os activos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da actividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se fundamentalmente a depósitos bancários tomados.

Durante o exercício de 2008, o BES procedeu à venda de 38 milhões de acções do Bradesco (ajustadas do *stock split*) à BES Vida por 438,4 milhões de euros, tendo durante aquele mesmo período a BES Vida procedido à alienação da totalidade destas acções. A mais valia gerada pelo Grupo nesta operação ascendeu a cerca de 234,6 milhões de euros (ver Notas 7 e 17).

No âmbito do acordo de distribuição e gestão operacional existente entre o BES, a BES Vida e o Credit Agricole, o BES concedeu à BES Vida uma garantia de retorno sobre um conjunto de activos associados a contratos de seguros e de investimento. O BES regista esta garantia no passivo pelo seu justo valor, por contrapartida de resultados, sempre que o retorno esperado dos activos é inferior à rentabilidade mínima garantida aos segurados. Da avaliação efectuada em 31 de Dezembro de 2008 não resultou a identificação de qualquer responsabilidade do Grupo perante a BES Vida decorrente desta garantia.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante global dos activos e passivos do Grupo ESF(P) que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas com a ESFG (*holding* da ESF(P)), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2008								
	Activos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	330 255	-	10 958
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	13 602	50	12 362	26 987	11 384	21 311	593	456
PARTRAN	-	-	-	59 726	59 726	-	123	1	97
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	133 097	-	-	133 097	-	10 104	5 656	1 658
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	1 187	-	-	1 187	1 029	66 059	1 463	3 805
GRUPO ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL	-	85 793	83	7 268	93 144	5 684	11 190	1 047	7
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	29 650	-	-	-	29 650	-	56 677	1 442	621
ES BANK PANAMA	218 000	3 984	-	-	221 984	-	-	9 981	475
ES SAUDE	-	101 981	15 810	4 000	121 791	2 784	8 956	10 368	257
OUTRAS	-	3 221	455	-	3 676	95	7 756	7 613	9 012
TOTAL	248 623	342 865	16 398	83 356	691 242	20 976	512 431	38 164	27 346

	31.12.2007								
	Activos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	-	13	5 563
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	833	3 713	31 212	1 030	36 788	1 676	132	411	-
PARTRAN	-	-	-	89 589	89 589	-	189	1 260	55
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	137 847	-	-	137 847	-	27 299	6 124	231
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	2 990	-	432	3 422	1 257	89 409	3 144	11 062
GRUPO ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL	-	153 420	183	7 268	160 871	10 349	15 769	8 089	2
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	4 845	-	-	-	4 845	960	145 059	1 270	143
ES BANK PANAMA	219 472	-	-	-	219 472	-	9 000	8 277	611
ES SAUDE	-	30 700	15 810	4 009	50 519	3	1 105	1 850	53
OUTRAS	-	66 391	458	1 149	67 998	2 002	24 242	13 840	7 268
TOTAL	225 150	395 061	47 663	103 477	771 351	16 247	312 204	44 278	24 988

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo ESF(P), bem como as transacções efectuadas com os mesmos constam na Nota 10.

Em 31 de Dezembro de 2008 o valor dos créditos concedidos pelo Grupo aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores da ESF(P) ascendia a 6 520 milhares de euros (31 de Dezembro de 2007: 10 789 milhares de euros).

Os saldos existentes e as transacções efectuadas com os fundos de pensões do Grupo encontram-se detalhadas na Nota 11.

Nota 40 – Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo Grupo:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Global CDO No.1 plc	Agosto de 2001	1 144 300	71 528	Obrigações domésticas e <i>eurobonds</i>
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	528 872	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	536 348	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	750 571	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	842 092	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	1 108 546	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	818 200	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	946 807	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1 plc	Dezembro de 2007	1 079 100	788 931	Crédito <i>Project Finance</i>
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 865 103	Crédito à habitação (regime geral)

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2008, podem ser analisadas como segue:

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações inicial			Rating das obrigações actual		
						Fitch	Moody's	S&P	Fitch	Moody's	S&P
Lusitano Global CDO No.1 plc	Classe A1	350 000	-	-	Dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
	Classe A2	623 800	-	-	Dezembro de 2015	AAA	Aaa	AAA	n.a.	n.a	NR
	Classe B	42 300	-	-	Dezembro de 2015	AA	Aa1	AA	n.a.	n.a	NR
	Classe C	25 200	-	-	Dezembro de 2015	A	A1	A+	n.a.	Aaa	NR
	Classe D	103 000	72 586	9 866	Dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	433 512	142	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA	AA	Aa3	AA
	Classe C	25 000	25 000	3 000	Dezembro de 2035	A	A2	A	A	A2	A
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB	BB	Ba1	BB
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	461 488	7 073	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	30 000	30 000	10 000	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA	AA	Aa3	AA
	Classe C	28 000	28 000	5 000	Dezembro de 2046	A	A3	A	A	A3	A
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB	BBB-	Ba1	BB
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	683 619	-	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	27 000	23 506	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA	AA	Aa2	AA
	Classe C	18 600	16 193	-	Dezembro de 2047	A	A2	A	A	Baa1	A
	Classe D	14 400	12 536	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB	BBB	Ba3	BBB
	Classe E	10 800	10 800	-	Dezembro de 2047	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	784 693	6 495	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	22 800	22 110	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	AA	Aa2	AA
	Classe C	19 200	18 619	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	A+	A3	A+
	Classe D	24 000	23 273	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+	BBB+	B2	BBB+
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	1 031 839	802	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	26 600	26 600	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	AA	A2	AA
	Classe C	22 400	22 400	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	A	Baa2	A
	Classe D	28 000	28 000	-	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	BBB+	B3	BBB
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	759 525	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	AAA	-	AAA
	Classe B	40 974	40 974	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	AAA	-	AAA
	Classe C	34 073	34 073	-	Dezembro de 2028	BB	-	BB	BB	-	BB
	Classe D	28 035	28 035	28 035	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-
	Classe E	8 626	8 626	8 626	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	794 013	27 953	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	65 450	65 450	42 075	Março de 2060	AA	Aa3	AA	AA	Aa3	AA
	Classe C	41 800	41 800	20 000	Março de 2060	A	A3	A	A	A3	A
	Classe D	17 600	17 600	8 700	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	31 900	31 900	15 950	Março de 2060	BB	-	BB	BB	-	BB
	Classe F	22 000	22 000	22 000	Março de 2060	-	-	-	-	-	-
Lusitano Project Finance No.1 plc	Classe A	890 256	814 767	814 767	Dezembro de 2037	-	-	AAA	-	-	AAA
	Classe B	35 610	35 610	35 610	Dezembro de 2037	-	-	AA	-	-	AA
	Classe C	39 926	39 926	39 926	Dezembro de 2037	-	-	A	-	-	A
	Classe D	23 741	23 741	23 741	Dezembro de 2037	-	-	BBB	-	-	BBB
	Classe E	11 871	11 871	11 871	Dezembro de 2037	-	-	BB	-	-	BB
	Classe F	77 696	77 696	77 696	Dezembro de 2037	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 425 000	1 423 000	Outubro de 2064	-	-	AAA	-	-	AAA
	Classe B	294 500	294 500	294 500	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	BBB-
	Classe C	180 500	180 500	180 500	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	57 000	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortgages No.3, Lusitano Mortgages No.4 e Lusitano Mortgages No.5, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc, o Lusitano Mortgages No. 7 e o Lusitano Project Finance No.1 plc são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua actividade, encontrando-se os respectivos saldos integrados nas

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	4 408 013	2 903 355
Responsabilidades representadas por títulos	1 678 048	1 897 325
Capital próprio	(22 201)	(15 993)
Resultado Líquido	(6 208)	(8 493)

Nota 41 – Justo valor dos activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização		
(milhares de euros)					
31 de Dezembro de 2008					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	2 027 318	-	-	2 027 318	2 027 318
Disponibilidades em outras instituições de crédito	630 787	-	33 635	664 422	664 422
Activos financeiros detidos para negociação	-	1 616 064	2 073 832	3 689 896	3 689 896
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	890 598	1 271 215	2 161 813	2 161 813
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4 191 383	2 902 728	7 094 111	7 094 111
Aplicações em instituições de crédito	4 498 741	-	33 635	4 532 376	4 532 376
Crédito a clientes	45 583 775	-	1 465 699	47 049 474	47 494 261
Investimentos detidos até à maturidade	2 160 196	-	-	2 160 196	2 069 162
Derivados para gestão de risco	-	-	936 290	936 290	936 290
Activos financeiros	54 900 817	6 698 045	8 717 034	70 315 896	70 669 649
Recursos de bancos centrais	4 810 458	-	-	4 810 458	4 810 458
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 914 423	1 914 423	1 914 423
Recursos de outras instituições de crédito	5 727 370	-	2 055 635	7 783 005	7 783 005
Recursos de clientes e outros empréstimos	26 537 625	-	320 483	26 858 108	26 858 108
Responsabilidades representadas por títulos	18 270 974	-	6 419 714	24 690 688	23 834 035
Derivados para gestão de risco	-	-	727 475	727 475	727 475
Passivos subordinados	2 020 684	-	808 299	2 828 983	2 678 569
Passivos financeiros	57 367 111	-	12 246 029	69 613 140	68 606 073
31 de Dezembro de 2007					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 361 218	-	-	1 361 218	1 361 218
Disponibilidades em outras instituições de crédito	720 458	-	-	720 458	720 458
Activos financeiros detidos para negociação	-	1 711 478	2 135 755	3 847 233	3 847 233
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	612 429	814 275	1 426 704	1 426 704
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2 746 444	3 492 445	6 238 889	6 238 889
Aplicações em instituições de crédito	7 650 644	-	559 687	8 210 331	8 210 331
Crédito a clientes	42 006 537	-	163 726	42 170 263	42 471 075
Investimentos detidos até à maturidade	407 842	-	-	407 842	401 898
Derivados para gestão de risco (activo)	-	-	211 890	211 890	211 890
Activos financeiros	52 146 699	5 070 351	7 377 778	64 594 828	64 889 696
Recursos de bancos centrais	1 887 622	-	-	1 887 622	1 887 622
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 257 201	1 257 201	1 257 201
Recursos de outras instituições de crédito	7 197 715	-	-	7 197 715	7 197 715
Recursos de clientes e outros empréstimos	24 019 756	-	191 345	24 211 101	24 211 101
Responsabilidades representadas por títulos	23 278 876	-	1 101 126	24 380 002	23 873 220
Derivados para gestão de risco (passivo)	-	-	286 940	286 940	286 940
Passivos subordinados	2 094 815	-	-	2 094 815	2 068 599
Passivos financeiros	58 478 784	-	2 836 612	61 315 396	60 782 398

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo ESF(P), são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como

inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2008, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para swap de taxa de juro para os respectivos prazos:

	(%)					
	31.12.2008			31.12.2007		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	2.0000	0.1250	1.5000	4.0000	5.0300	5.5000
1 mês	2.6950	0.9500	2.2500	4.2450	4.7000	5.7900
3 meses	2.9450	1.7500	2.7800	4.6600	4.7900	5.8900
6 meses	3.0100	2.0000	2.8200	4.6500	4.6500	5.8450
9 meses	3.0450	2.2500	2.8800	4.6700	4.4350	5.7800
1 ano	2.6790	1.2100	2.0090	4.7060	4.0890	5.5860
3 anos	2.9260	1.6850	2.8930	4.5220	3.9340	5.1849
5 anos	3.2360	2.0770	3.1891	4.5500	4.2080	5.1257
7 anos	3.4630	2.2780	3.3541	4.6100	4.4490	5.0932
10 anos	3.7350	2.4740	3.4850	4.7200	4.7040	5.0420
15 anos	3.8980	2.6750	3.7091	4.8560	4.9240	4.9532
20 anos	3.8450	2.7085	3.6216	4.9070	5.0130	4.8607
25 anos	3.6730	2.6670	3.4716	4.9100	5.0450	4.7732
30 anos	3.5400	2.6310	3.3591	4.8870	5.0710	4.7032

Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo *Markit* representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)

Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2008						
CDX USD Main	11	241.88	228.50	197.54	164.67	148.71
iTraxx Eur Main	10	-	201.61	177.50	161.00	150.71
iTraxx Eur Senior Financial	10	-	-	118.79	-	119.00
Ano 2007						
CDX USD Main	9	76.00	72.00	77.88	79.00	85.72
iTraxx Eur Main	8	-	57.44	49.98	38.75	65.19
iTraxx Eur Senior Financial	8	-	-	45.91	-	49.21

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

(%)

	31.12.2008			31.12.2007		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	43.99	79.02	81.40	12.22	27.26	17.30
3 anos	33.03	59.69	45.60	15.10	29.55	17.70
5 anos	27.26	47.94	33.30	14.77	26.24	15.90
7 anos	23.94	41.54	26.80	14.31	23.78	14.80
10 anos	21.12	36.03	22.10	13.63	21.63	13.70
15 anos	19.37	29.84	18.00	12.72	18.86	13.00

Câmbios e volatilidade cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2008	31.12.2007	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1.3917	1.4721	23.75	23.00	21.00	19.80	19.50
EUR/GBP	0.9525	0.7334	16.90	18.78	18.65	18.26	17.88
EUR/CHF	1.4850	1.6547	11.70	11.00	10.00	9.60	9.20
EUR/NOK	9.7500	7.9580	20.50	18.75	16.80	15.90	15.45
USD/BRL ^{a)}	2.3307	1.7637	35.00	33.00	30.50	29.01	27.50
USD/TRY ^{b)}	1.5440	1.1664	21.50	21.45	21.20	21.00	20.65

^{a)} Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

^{b)} Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre acções:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita	
	31.12.2008	31.12.2007	Variação %	1 mês	3 meses	Call	Put
DJ Euro Stoxx 50	2 448	4 400	(44.4)	41.62	62.93	38.60	38.91
PSI 20	6 341	13 019	(51.3)	21.06	46.98	-	-
IBEX 35	9 196	15 182	(39.4)	39.32	62.97	-	-
FTSE 100	4 434	6 457	(31.3)	30.89	58.88	35.65	36.79
DAX	4 810	8 067	(40.4)	44.83	65.10	37.52	37.76
S&P 500	903	1 468	(38.5)	38.04	70.29	38.69	38.69
BOVESPA	37 550	63 886	(41.2)	43.80	81.22	50.82	46.83

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para instrumentos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Nota 42 – Gestão dos riscos de actividade

O Grupo está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo ESF(P). Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo ESF(P) ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	6 974 137	10 014 747
Activos financeiros detidos para negociação	3 671 859	2 947 423
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 324 543	1 234 344
Activos financeiros disponíveis para venda	4 968 576	3 707 451
Crédito a clientes	47 049 474	42 170 263
Investimentos detidos até à maturidade	2 160 196	407 842
Derivados para gestão de risco	936 290	211 890
Outros activos	552 092	478 623
Garantias e avales prestados	6 426 610	5 370 597
Créditos documentários	2 127 792	1 073 334
Compromissos irrevogáveis	4 586 554	3 413 098
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	581 915	501 645
	81 360 038	71 531 257

A repartição por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se apresentada conforme segue:

	(milhares de euros)								
	31.12.2008								
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
Valor bruto	Imparidade	Valor bruto			Imparidade	Valor bruto	Imparidade		
Agricultura, Silvicultura e Pesca	619 580	(20 317)	4 576	-	1 761	-	-	-	24 541
Indústrias Extractivas	359 339	(5 221)	3 463	-	281	-	-	-	48 104
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	762 750	(14 613)	14 709	-	54 323	(52)	4 306	-	97 878
Têxteis e Vestuário	376 939	(30 625)	9 171	-	22 908	(2 238)	-	-	26 444
Curtumes e Calçado	70 889	(5 150)	1 037	-	499	(499)	-	-	2 995
Madeira e Cortiça	178 445	(12 277)	3 521	-	3 038	-	-	-	6 604
Papel e Indústrias Gráficas	236 259	(5 550)	2 188	-	81 768	-	-	-	40 228
Refinação de Petróleo	59 776	(71)	-	-	-	-	-	-	3 004
Produtos Químicos e de Borracha	601 760	(11 068)	15 565	-	46 109	(5)	13 119	-	70 888
Produtos Minerais não Metálicos	437 653	(11 074)	1 557	-	8 507	-	-	-	47 504
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	543 708	(13 796)	7 083	-	8 014	-	-	-	68 111
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	205 226	(5 261)	1 474	1 981	7 399	(770)	15 467	-	180 668
Fabricação de Material de Transporte	219 522	(5 089)	238 693	-	17 360	-	43 825	-	76 320
Outras Industrias Transformadoras	462 177	(12 772)	1 186	-	3 529	(815)	-	-	15 560
Electricidade, Gás e Água	1 203 185	(7 784)	14 921	-	349 565	-	12 591	-	306 905
Construção e Obras Públicas	5 713 410	(144 439)	172 730	-	326 774	(1 811)	-	-	1 582 880
Comércio por Grosso e a Retalho	3 316 622	(119 655)	26 043	-	140 307	(11 600)	14 645	-	456 361
Turismo	1 273 092	(19 750)	11 874	-	8 905	(376)	-	-	68 346
Transportes e Comunicações	1 838 176	(23 733)	15 659	-	1 033 744	(13 719)	122 573	-	578 606
Actividades Financeiras	2 366 400	(32 740)	1 377 136	2 063 622	1 821 060	(33 829)	900 611	-	501 638
Actividades Imobiliárias	5 139 037	(116 195)	67 173	-	3 546	(968)	-	-	435 895
Serviços Prestados às Empresas	4 950 870	(84 602)	12 082	20	905 480	(13 488)	2 352	-	985 675
Administração e Serviços Públicos	686 795	(9 663)	1 553 579	-	1 888 951	-	504 424	-	45 849
Outras actividades de serviços colectivos	1 778 211	(49 890)	5 046	55 211	243 634	(24 462)	451 389	-	154 115
Crédito à Habitação	11 020 282	(237 772)	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 801 981	(127 934)	-	-	-	-	-	-	119 250
Outros	975 455	(21 024)	129 430	40 979	222 809	(1 528)	74 894	-	482 241
TOTAL	48 197 539	(1 148 065)	3 689 896	2 161 813	7 200 271	(106 160)	2 160 196	-	6 426 610

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

(milhares de euros)

	31.12.2007						Garantias e avales prestados		
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Activos financeiros detidos para venda			Investimentos detidos até à maturidade	
	Valor bruto	Imparidade			Valor bruto	Imparidade		Valor bruto	Imparidade
Agricultura, Silvicultura e Pesca	501 661	(12 360)	1 052	-	-	-	-	47 202	
Indústrias Extractivas	241 823	(3 649)	8 781	543	37 018	-	-	13 172	
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	648 532	(16 004)	3 436	-	63 247	(48)	-	126 891	
Têxteis e Vestuário	364 912	(37 439)	1 435	-	24 484	(2 238)	-	31 739	
Curtumes e Calçado	76 665	(6 720)	127	-	501	(499)	-	3 310	
Madeira e Cortiça	166 716	(11 156)	308	-	-	-	-	8 994	
Papel e Indústrias Gráficas	221 892	(7 103)	6 876	-	33 043	(10)	-	38 212	
Refinação de Petróleo	115 156	(871)	-	-	-	-	-	4 031	
Produtos Químicos e de Borracha	531 766	(6 018)	1 400	-	35 772	(5)	-	38 383	
Produtos Minerais não Metálicos	295 945	(9 889)	221	-	10 041	-	-	48 059	
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	411 273	(11 447)	316	-	8 365	-	-	53 053	
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	405 325	(7 533)	411	-	7 762	(1 356)	-	154 321	
Fabricação de Material de Transporte	355 909	(6 210)	1 050	-	87 691	-	-	100 631	
Outras Industrias Transformadoras	295 975	(8 283)	2 876	-	6 444	(72)	-	25 693	
Electricidade, Gás e Água	832 713	(5 885)	57 396	48 279	344 273	-	-	307 482	
Construção e Obras Públicas	4 928 484	(118 576)	18 472	-	28 712	(1 691)	-	1 351 652	
Comércio por Grosso e a Retalho	2 853 008	(126 160)	13 114	-	59 330	(852)	-	427 496	
Turismo	793 279	(17 691)	2 250	-	8 783	(171)	-	78 382	
Transportes e Comunicações	1 918 958	(32 845)	130 421	-	793 516	(3)	-	698 020	
Actividades Financeiras	1 512 187	(22 324)	2 088 766	1 149 476	2 055 160	(13 843)	12 907	285 769	
Actividades Imobiliárias	5 252 041	(95 474)	6 519	-	127 451	(591)	-	497 082	
Serviços Prestados às Empresas	3 952 450	(53 297)	11 410	143 916	986 225	(23 810)	-	554 675	
Administração e Serviços Públicos	736 175	(11 265)	1 366 949	-	802 707	-	394 935	34 750	
Outras actividades de serviços colectivos	1 638 881	(46 902)	49 024	84 490	579 122	(17 050)	-	159 343	
Crédito à Habitação	10 140 949	(181 985)	-	-	-	-	-	-	
Crédito a Particulares	2 714 160	(107 249)	-	-	-	-	-	78 180	
Outros	1 253 823	(26 060)	74 623	-	203 343	(1 862)	-	204 075	
TOTAL	43 160 658	(990 395)	3 847 233	1 426 704	6 302 990	(64 101)	407 842	- 5 370 597	

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

Em 31 de Dezembro de 2008 a decomposição do crédito a clientes por *ratings* é como segue:

(milhões de euros)			
Modelos de Rating/Scoring	Escala Interna	Valor do Crédito	(%)
Modelos de Grandes Empresas	[aaa;a-]	1 042	6.05%
	[bbb+;-bbb-]	1 969	11.43%
	[bb+;bb-]	6 579	38.19%
	[b+;b-]	7 268	42.19%
	ccc+	370	2.15%
Modelos de Médias Empresas	8-9	317	6.20%
	10-11	499	9.77%
	12-13	868	16.99%
	14-15	1 053	20.61%
	16-17	941	18.41%
	18-19	419	8.20%
	20-21	329	6.44%
	22-23	234	4.58%
Modelos de Pequenas Empresas	24-25	450	8.81%
	A	144	4.86%
	B	654	22.07%
	C	1 134	38.27%
	D	376	12.69%
	E	200	6.75%
Modelos de Crédito Habitação	F	455	15.36%
	01	939	9.27%
	02	2 596	25.62%
	03	2 170	21.42%
	04	1 330	13.13%
	05	794	7.84%
	06	553	5.46%
	07	1 606	15.85%
Modelos de Particulares	08	145	1.43%
	01	107	5.38%
	02	152	7.64%
	03	253	12.72%
	04	398	20.01%
	05	301	15.13%
	06	200	10.06%
	07	167	8.40%
	08	147	7.39%
	09	258	12.97%
10	6	0.30%	
Créditos sem rating/scoring interno		10 775	22.36%
TOTAL		48 198	100.00%

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	milhões de euros							
	31.12.2008				31.12.2007			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	25	22	25	11	11	13	17	10
Risco taxa de juro	33	13	33	9	4	8	6	6
Acções	9	16	9	15	21	9	16	2
Mercadorias	0	1	0	2	2	3	3	3
Efeito da diversificação	-20	-19	-20	-16	-14	-13	-13	-7
Total	47	33	47	21	24	21	28	14

O Grupo apresenta um valor em risco (VaR) de 47 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 24 milhões de euros) para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

CONTAS CONSOLIDADAS – 2008

	31.12.2008							31.12.2007						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	250	250	-	-	-	-	-	277	277	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	6 664	-	6 069	133	47	315	100	9 617	-	8 960	359	50	79	169
Crédito a clientes	47 269	-	30 727	12 030	2 252	1 642	618	42 424	-	27 512	10 903	2 158	1 171	680
Títulos	12 247	2 231	7 135	1 285	986	391	219	10 531	3 691	4 841	986	553	268	192
Fora de balanço			525	43	5	(474)	(84)			84	53	-	(81)	(56)
Total			44 456	13 491	3 290	1 874	853			41 397	12 301	2 761	1 437	985
Recursos de outras ICs	12 867	-	10 466	1 423	119	648	211	9 563	-	7 275	1 084	210	715	279
Depósitos	24 331	472	21 190	1 415	1 179	9	66	21 635	438	19 138	904	768	19	368
Repo's com clientes	1 821	-	1 488	112	218	2	1	1 427	-	1 413	-	14	-	-
Títulos Emitidos*	28 406	-	16 822	528	437	6 564	4 055	26 218	1	17 019	1 848	727	2 736	3 887
Ações Preferenciais	600	-	-	-	-	-	600	600	-	-	-	-	-	600
Fora de Balanço			5 628	563	10	(4 579)	(1 643)			1 423	1 216	(186)	(1 205)	(1 214)
Total			55 594	4 041	1 963	2 644	3 290			46 268	5 052	1 533	2 265	3 920
GAP (Activos - Passivos)			(11 138)	9 450	1 327	(770)	(2 437)			(4 871)	7 249	1 228	(828)	(2 935)

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 100 p.b. em todos os escalões de taxa de juro.

	31.12.2008				31.12.2007			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
Em 31 de Dezembro	43	(43)	40	(40)	108	(108)	70	(70)
Média do exercício	62	(62)	46	(46)	169	(169)	98	(98)
Máximo para o exercício	85	(85)	53	(53)	255	(255)	138	(138)
Mínimo para o exercício	43	(43)	40	(40)	108	(108)	70	(70)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

	31.12.2008			31.12.2007		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	8 379 583	289 966	3,46%	7 899 595	364 124	4,61%
Crédito a clientes	45 657 828	2 904 887	6,36%	39 108 815	2 278 474	5,83%
Aplicações em títulos	7 750 462	574 589	7,41%	6 692 630	506 016	7,56%
Activos financeiros	61 787 873	3 769 442	6,10%	53 701 040	3 148 614	5,86%
Recursos monetários	10 411 060	503 618	4,84%	8 618 177	458 142	5,32%
Recursos de clientes	23 167 613	695 535	3,00%	20 020 900	536 549	2,68%
Outros recursos	28 803 404	1 494 305	5,19%	24 632 533	1 207 984	4,90%
Recursos diferenciais	41 962	-	-	1 036 775	-	-
Passivos financeiros	62 424 038	2 693 458	4,31%	54 308 385	2 202 675	4,06%
Resultado Financeiro		1 075 984	1,79%		945 939	1,81%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por moeda, é analisado como segue:

		31.12.2008				31.12.2007			
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	(3 791 015)	4 064 237	8 966	282 188	(3 465 214)	3 560 809	(108 013)	(12 418)
GBP	LIBRA ESTERLINA	(1 150 808)	1 066 053	33 779	(50 976)	(938 743)	1 028 160	(198 612)	(109 195)
BRL	REAL BRASILEIRO	456 111	(58 636)	(67 828)	329 647	514 625	-	70 085	584 710
DKK	COROA DINAMARQUESA	36 899	(3 773)	-	33 126	358 431	(356 478)	-	1 953
JPY	YEN	(213 029)	277 067	(20 843)	43 195	(62 230)	134 941	10 720	83 431
CHF	FRANCO SUICO	66 484	(56 229)	(62 401)	(52 146)	33 058	21 293	30 983	85 334
SEK	COROA SUECA	24 020	(25 577)	5 227	3 670	(21 620)	19 872	(5 213)	(6 961)
NOK	COROA NORUEGUESA	(8 362)	(7 542)	22 017	6 113	10 044	(7 860)	65 604	67 788
CAD	DOLAR CANADIANO	383	1 193	(203)	1 373	(41 366)	43 201	(7 491)	(5 656)
ZAR	RAND	(1 633)	685	(51)	(999)	4 451	(4 959)	-	(508)
AUD	DOLAR AUSTRALIANO	37 270	(29 892)	14	7 392	65 433	(63 710)	1 606	3 329
AOA	KWANZA	17 601	-	-	17 601	18 358	-	-	18 358
CZK	COROA CHECA	(26 601)	27 907	(17 039)	(15 733)	(34 065)	37 554	(5 302)	(1 813)
	OUTRAS	52 951	12 061	(4 597)	60 415	46 407	(14)	14 177	60 570
		(4 499 729)	5 267 554	(102 959)	664 866	(3 512 431)	4 412 809	(131 456)	768 922

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Para efeitos de gestão de tesouraria, são considerados os seguintes elementos:

	(milhões de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Caixa e outras disponibilidades	6 716	10 049
Débitos de curto prazo junto de Instituições de crédito	(10 559)	(7 747)
Gap de tesouraria I ⁽¹⁾	(3 843)	2 302
Instrumentos liquidificáveis	8 710	6 029
Títulos utilizados em 31 de Dezembro	(1 400)	-
Gap de tesouraria II	3 467	8 331
Rácio de liquidez ⁽²⁾	87%	91%

(1) Gap de tesouraria - liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano. O gap de tesouraria positivo indica níveis de liquidez excedentários.

(2) Rácio de liquidez calculado de acordo com a instrução nº 1/2000 do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2008 o *Gap* de tesouraria era negativo em 3 843 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: positivo em 2 302 milhões de euros), sendo mais que coberto através de títulos transformáveis em meios líquidos, designadamente, junto do Banco Central Europeu ou do mercado de *repos*, no valor de 8 710 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 6 029 milhões de euros). Deste último montante, 1 400 milhões de euros foram utilizados ficando no entanto disponíveis para reutilização, no prazo de uma semana e três meses no valor de 900 milhões de euros e 500 milhões de euros, respectivamente.

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e

(iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva, encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

No seio do Grupo ESF(P) o Banco de Portugal apenas procede à análise dos rácios de capital ao nível do Grupo BES. Os rácios de capital do Grupo ESF(P) não são analisados pelo Banco de Portugal pelo facto da supervisão consolidada do BES ser feita tendo por referências as contas consolidadas da empresa-mãe da ESF(P), a Espírito Santo Financial Group S.A.. Consequentemente, os elementos que iremos apresentar de seguida reportam-se ao Grupo BES.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado por Basileia II, o Grupo concluiu, no dia 28 de Novembro de 2008, o Processo de Candidatura Formal para a utilização da abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) e o método *Standard* para o tratamento do risco operacional (método *The Standardized Approach* – TSA).

O processo de certificação pelo Banco de Portugal para a utilização destas metodologias encontra-se em fase de conclusão.

Actualmente e para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo apresenta os rácios de solvabilidade segundo o método padrão para o risco de crédito e o método do indicador básico para o risco operacional.

Os elementos de capital do Grupo BES dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios de Base (FPB):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor), os resultados retidos do período, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidos as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *goodwill* apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor

ocorridos até 31 de Dezembro de 2007. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras.

- **Fundos Próprios Complementares (FPC):** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.
- **Deduções (D):** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 2008 e 2007 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Saldo no início do exercício	3 953	3 751
Incorporação resultados do ano	289	334
Desvios actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	(133)	157
Amortização do período transitório IFRS	(20)	(141)
Dedução de participações em sociedades financeiras e outros elementos	69	(133)
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	(174)	(56)
Outros efeitos	(36)	41
Saldo no fim do exercício	3 948	3 953

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007:

	(milhões de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
A - Fundos Próprios		
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	3 139	3 127
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)	913	625
Interesses Minoritários	154	141
Activos Intangíveis	(125)	(91)
Desvios Actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	(160)	(27)
Goodwill	(341)	(315)
Reservas de justo valor com impacto prudencial	(230)	(56)
Periodo transitório IFRS	62	82
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1)	3 412
Acções Preferenciais	600	600
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	(64)	(133)
Fundos Próprios de Base (TIER I)	(A2)	3 948
45% das Reservas de justo valor Positivas	36	428
Dívida Subordinada elegível	2 366	1 824
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	(63)	(133)
Fundos Próprios Complementares (TIER II)	2 338	2 119
Deduções	(10)	(5)
Fundos Próprios Elegíveis (Método Standard)	(A3)	6 277
B1- Activos de Risco Equivalentes (Basileia I)		
Calculados de Acordo com o Aviso 1/93 (Carteira Bancária)	n.a.	48 392
Calculados de Acordo com o Aviso 7/96 (Carteira de Negociação)	n.a.	4 464
Total de Activos de Risco Equivalentes (Basileia I)	(B1)	n.a.
B2- Activos de Risco Equivalentes (Basileia II - Standard)		
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)	53 791	n.a.
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)	2 878	n.a.
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)	3 042	n.a.
Total de Activos de Risco Equivalentes (Basileia II - Standard)	(B2)	59 711
C1- Rácios Prudenciais Basileia I		
Rácio Core Tier 1	(A1 / B1)	n.a.
Rácio Tier 1	(A2 / B1)	n.a.
Rácio de Solvabilidade	(A3 / B1)	n.a.
C2- Rácios Prudenciais Basileia II - Standard		
Rácio Core Tier 1	(A1 / B2)	5.7%
Rácio Tier 1	(A2 / B2)	6.6%
Rácio de Solvabilidade	(A3 / B2)	10.5%

Actividade das sucursais financeiras (off-shores)

O Grupo dispõe de uma sucursal financeira exterior localizada na Zona Franca da Madeira e uma sucursal financeira internacional localizada nas Ilhas Caimão.

Através da Sucursal Financeira Exterior localizada na Zona Franca da Madeira, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, tanto junto de clientes e de instituições de crédito não residentes, como de emigrantes. Estes recursos são por sua vez objecto de aplicação no exterior de forma a salvaguardar os requisitos exigidos pelo estatuto fiscal desta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2008, o activo líquido da Sucursal na Zona Franca da Madeira elevava-se a 3 713 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 2 409 milhões de euros), apresentando a seguinte estrutura:

	(milhões de euros)	
	31.12.2008	31.12.2007
Activos financeiros de justo valor	280	156
Activos financeiros disponíveis para venda	65	409
Aplicações em Instituições de crédito	2 811	1 519
Crédito a clientes	383	289
Outros activos	174	36
	3 713	2 409
Recursos de Instituições de crédito	1 569	540
Recursos de clientes	2 005	1 754
Outros passivos	54	70
Fundos próprios	85	45
	3 713	2 409

A sucursal financeira exterior utiliza as estruturas de serviços partilhados, pelo que os procedimentos de controlo interno usados nesta estrutura são idênticos aos implementados no Banco.

Através da Sucursal das Ilhas Caimão, são desenvolvidas essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, junto (i) de clientes não residentes, por via de instrumentos de depósitos a prazo e emissão de obrigações e (ii) do BES Finance, pela captação dos fundos originados pelos programas de dívida de médio e longo prazo, emitidos pelo Grupo no mercado de capitais internacional. Estas duas áreas de actuação, em 31 de Dezembro de 2008, ascendem a 13 933 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 15 216 milhões de euros). Os fundos gerados pelas actividades de captação serve de suporte à actividade global do Grupo e ao desenvolvimento próprio de actividades de investimento, traduzidas numa carteira de crédito e de títulos, que em 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 54 milhões de euros (31 de Dezembro de 2007: 254 milhões de euros).

Os procedimentos e mecanismos de controlo de risco em vigor na Sucursal das Ilhas Caimão são idênticos aos utilizados na estrutura global do Grupo.

Nota 43 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 2 (alterado) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non-vesting conditions* e (ii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterado.

IFRS 3 (revisto) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada)
Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) Concentrações de actividades empresarias e uma alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações à IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração da IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também

que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, contudo, tal como referido na Nota 2.21, o Grupo está dispensado de a adoptar.

IAS 1 (alterada) – Apresentação de demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007 a IAS 1 (alterada) Apresentação de demonstrações financeiras, a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IAS 1 (alterada) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de *comprehensive income*.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income*.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pela IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Grupo estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

IAS 23 (alterada) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 a IAS 23 (alterada) Custos de empréstimos obtidos, a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Grupo não espera que esta alteração à IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração à IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração à IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros *puttable* e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros *puttable* e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos da IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos *puttable*), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda a IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração à IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito da IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou da IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O IFRIC 16 Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;

- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo.

Esta interpretação é de aplicação prospectiva. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;

- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008 o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* resumem-se como segue:

- Alteração ao IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pelo Grupo em 2010;
- Alteração à IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras do Grupo;
- Alteração à IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. Esta alteração à IAS 16 não terá impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo;
- Alteração à IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e

(iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações da IAS 19 serão adoptadas pelo Grupo em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas;

- Alteração à IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com a IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com a IAS 20. Esta alteração não deverá ter efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo;
- Alteração à IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado na IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre a IAS 23 e a IAS 39. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo;
- Alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com a IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras das entidades do Grupo na medida em que, nas respectivas contas individuais, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com a IAS 27;
- Alteração à IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz da IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o

valor recuperável do investimento aumente. Esta norma será adoptada pelo Grupo em 2009 não sendo expectável que a mesma tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas;

- Alteração à IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Grupo;
- Alteração à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente às quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. O Grupo adoptará esta norma em 2009 não esperando actualmente impactos significativos decorrentes da sua adopção;
- Alteração à IAS 40 Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito da IAS 40 (antes abrangidas pela IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. Actualmente esta alteração não deverá ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Nota 44 – Eventos subsequentes

- Em 9 de Janeiro de 2009 o BES colocou, na sua totalidade, uma emissão de dívida a 3 anos garantida pelo Estado no montante de 1,5 mil milhões de euros. Cerca de 80% deste montante foi subscrito por investidores internacionais tendo obrigado a rateio com a procura registada a elevar-se a 1,9 mil milhões de euros.
- O BES anunciou a constituição de uma holding para as participações em activos disponíveis para venda, onde integrará as suas participações não estratégicas (Portugal Telecom, EDP – Energias de Portugal, Banco Bradesco, entre outros). O objectivo do Banco é manter uma maioria de controlo da nova holding, que deverá vir a ser cotada em bolsa.
- **Aumentos de Capital**
No dia 7 de Abril de 2009 a BESPARG realizou um aumento de capital que proporcionou um encaixe de 480 milhões de euros. Este aumento de capital teve como objectivo permitir à Sociedade participar no aumento de capital a realizar pelo BES.

Nos dias 14 e 15 de Abril de 2009 o BES realizou um aumento de capital que proporcionou um encaixe bruto de 1 200 milhões de euros. Este aumento de capital teve como objectivo a melhoria dos rácios de capital para níveis exigidos pelas mais recentes alterações regulamentares do Banco de Portugal a observar até ao final de Setembro de 2009, permitindo o reforço do posicionamento competitivo e a prossecução do crescimento sustentado do negócio do Grupo BES.

5

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS
CONTAS INDIVIDUAIS**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de **1.022.405** milhares de euros e um total de capital próprio de **451.091** milhares de euros, incluindo um resultado líquido de **71.712** milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido no Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido no Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 06 de Maio de 2009

José Manuel Macedo Pereira

6

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS
CONTAS CONSOLIDADAS**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de **75.329.255** milhares de euros e um total de capital próprio de **4.128.193** milhares de euros, incluindo um resultado líquido de **75.707** milhares de euros e interesses minoritários de **3.535.235** milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a Demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com as IFRS adoptadas na União Europeia.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS adoptadas na União Europeia.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 06 de Maio de 2009

José Manuel Macedo Pereira

7

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO
FISCAL**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SGPS, S.A.
(Contas individuais e consolidadas)

Senhor Accionista,

1. De acordo com o disposto nos artigos 420º (competência do conselho fiscal) e 508º-D (fiscalização das contas consolidadas) do Código das Sociedade Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, da **Espírito Santo Financial (Portugal) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** (doravante, ESF (P)), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.
2. Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de Março, a ESF (P) adoptou uma estrutura de administração e fiscalização composta por um Conselho de Administração e Conselho Fiscal, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, passando a fiscalização a competir a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas que não seja membro deste órgão.
3. A ESF (P) é uma sociedade gestora de participações sociais constituída, em 10 de Setembro de 1990, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro e tem como único objecto a gestão de participações sociais noutras empresas, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.
4. Verificámos que actividade da ESF(P) consistiu na apreciação da gestão das empresas:
 - a) Subsidiária – BESPARG, SGPS, SA na qual detém uma participação de 67,4%, sociedade esta que controla toda a actividade do denominado Grupo Banco Espírito Santo;
 - b) Associada – Partran, SGPS, SA, na qual detém uma participação de 45%, adquirida no exercício de 2008, sociedade esta que controla a actividade de seguros desenvolvida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, SA e as empresas por si detidas.

5. Verificámos, também, que os resultados da gestão estão directamente relacionados com a evolução das actividades desenvolvidas, no exercício, quer pela BESPARG quer pela PARTRAN e subsequentemente pelas sociedades que fazem parte do perímetro da consolidação.

6. O Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a evolução da actividade da Sociedade e verificou a regularidade da escrituração contabilística bem como da respectiva documentação.
No âmbito das suas competências este Conselho vigiou pela observância da Lei e dos Estatutos da ESF (P).

7. Cumpre-nos informar que no decorrer do exercício não existiram situações que exigissem a constituição de quaisquer provisões ou ajustamentos.

8. Verificámos que a ESF (P) aumentou o seu capital social em 129,4 milhões de euros, por incorporação de suprimentos, totalizando agora 400 milhões de euros.
Acompanhámos os procedimentos legais e contabilísticos.

9. O relatório de gestão, que nos foi apresentado pelo Conselho de Administração, está elaborado em conformidade com as disposições legais, complementa exhaustivamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e põe em relevo os aspectos de maior importância da sua gestão.

10. O Conselho Fiscal, apreciou ainda, o teor da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas sobre as contas individuais e consolidadas e o Relatório de Auditoria (contas individuais e consolidadas) emitido pelo Auditor Externo, documentos com os quais concorda.

11. O Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

1. - aprove o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2008, sobre a actividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;
2. - aprove a proposta de aplicação do resultado líquido, que faz parte integrante do Relatório de Gestão;

Lisboa, 15 de Maio de 2008

O Conselho Fiscal

Presidente – Carlos Alberto Marques da Costa

Vogal – José Maria Ribeiro da Cunha

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., S.A.** compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 1.022.405 milhares de euros e um total de capital próprio de 451.091 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 71.712 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Mapa das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (NCA), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., S.A.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 6 de Maio de 2009

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida (ROC n.º 967)

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem: o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 75.329.255 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade de 592.958 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Sociedade de 75.707 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o Mapa das alterações nos capitais próprios consolidados do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos capitais próprios consolidados;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação de as demonstrações financeiras das sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., S.A.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa e as alterações nos capitais próprios consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 6 de Maio de 2009

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida (ROC n.º 967)

10

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA
GERAL ANUAL QUE APROVOU AS
CONTAS, REALIZADA EM 27 DE MAIO
DE 2009**

Extracto da acta da Assembleia Geral da “ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.” reunida no dia 27 de Maio de 2009, relativo à proposta de aplicação de resultados:

“3º - no âmbito do ponto número três da Ordem de Trabalhos aprovar a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório do Conselho de Administração da “ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.”, que se transcreve:

“Proposta

de Aplicação dos Resultados do Exercício de 2008

Nos termos da alínea b) do art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da **ESPÍRITO SANTO FINANCIAL (PORTUGAL) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** propõe para aprovação da Assembleia Geral, que o resultado líquido positivo do exercício de 2008, de 71.712.326,72 euros, adicionado aos resultados transitados positivos, no valor de 446.921,76 euros, o que perfaz um total de 72.159.248,48 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Para reforço da reserva legal (5%)	3.600.000,00 euros
- Para dividendo pago antecipadamente em 2008 (0,70 euros por acção)	37.884.000,00 euros
- Para dividendo adicional (0,38 euros por acção)	30.400.000,00 euros
- Para resultados transitados	275.248,48 euros”.